



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
PARÁ / CAMPUS CASTANHAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL E GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS
AGROALIMENTARES
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO RURAL E
GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS AGROALIMENTARES

MARIA ELIANE DE LIMA

**POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E EDUCAÇÃO
TECNOLÓGICA DO CAMPO: estratégias de permanência escolar**

CASTANHAL - PARÁ
2017

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
PARÁ / CAMPUS CASTANHAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL E GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS
AGROALIMENTARES
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO RURAL E
GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS AGROALIMENTARES

MARIA ELIANE DE LIMA

**POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E EDUCAÇÃO
TECNOLÓGICA DO CAMPO: estratégias de permanência escolar**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – Campus Castanhal, Mestrado Profissional em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares. Subárea: Serviço Social. Como requisito final para obtenção do título de Mestre, sob orientação da Professora. Dra. Maria José de Souza Barbosa.

CASTANHAL - PARÁ
2017

MARIA ELIANE DE LIMA

**POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E EDUCAÇÃO
TECNOLÓGICA DO CAMPO: estratégias de permanência escolar**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – Campus Castanhal, Mestrado Profissional em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares. Linha de Pesquisa: Gestão de Empreendimentos Agroalimentares. Subárea: Serviço Social. Como requisito final para obtenção do título de Mestre, sob orientação da Prof^a. Dra. Maria José de Souza Barbosa.

AVALIADA EM: 05/09/2017

CONCEITO: EXCELENTE

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Maria José de Souza Barbosa (Orientadora)

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos
Agroalimentares do IFPA – Campus Castanhal

Prof^a. Dra. Rosemeri Scalabrin (Coorientadora)

Instituto Federal do Pará (IFPA) - Campus Rural de Marabá (CRMB)

Prof^o. Dr. Cláudio Alex Jorge da Rocha (1º Examinador)

Instituto Federal do Pará (IFPA) – Campus Belém/Reitoria

Prof^o. Dr. Cícero Paulo Ferreira (2º Examinador)

Instituto Federal do Pará (IFPA) - Campus Castanhal

Embora ninguém possa voltar atrás e fazer
um novo começo, qualquer um pode começar
agora e fazer um novo fim.

Chico Xavier

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a meus pais *in memoriam* Jaime e Cícera, que me ensinaram a conquistar meus objetivos através de meus próprios méritos, e o caminho foi desenhado por eles através do respeito ao próximo, honestidade e fé em Deus;

Às minhas filhas, esposo, irmãs e irmãos pelo apoio na conquista desse sonho, que suportaram as distâncias, pois muitas vezes tive que me ausentar em prol deste trabalho;

Aos meus colegas de trabalho do IFPA/Campus Rural de Marabá, em especial, à equipe do DASCA pelo incentivo e apoio incondicional para o desenvolvimento dessa pesquisa;

Aos colegas técnicos administrativos e aos docentes que prestaram orientações e incentivaram-me para participar do processo seletivo e entrar de cabeça erguida e com todo o entusiasmo nessa caminhada;

A todos os servidores e educandos da turma de 2014 e 2015 que contribuíram participando do grupo focal, pois suas informações foram fundamentais para esta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, em primeiro lugar. Ele quem me norteia em todas as caminhadas.

Aos meus pais Jaime Lima e Cícera Adriano pelos valores e costumes adquiridos em família.

À minha grande professora, “minha mãe”, na simplicidade da escola no campo onde aprendi a ler, a escrever e dar os primeiros passos na trajetória escolar.

Agradeço à minha irmã Fátima *in memoriam* que há pouco tempo nos deixou, mas em todos os momentos me incentivou.

Aos meus quatorze irmãos pela serenidade, humildade e incentivo.

Ao meu esposo Jeferson Willams pelo incentivo e às minhas filhas Sofia e Poliana, minhas princesas que não entendem muito bem o que é isso, mas que suportaram minhas ausências em prol dessa conquista.

Aos professores do ensino fundamental da minha cidade natal (Bonito-Pará), em especial Professor Vanderley, que me recordo muito bem que nos incentivava para ir além de um “segundo grau”.

À minha grande amiga do ensino fundamental Márcia, à minha amiga que tive a oportunidade de conhecer no Colégio Lauro Sodré Lucilena e que até hoje me apóia e me incentiva nas minhas decisões. Às minhas amigas Consuelo e Assunção, Rita, Eliane, Andrea e minha comadre Elisa que vibra pelo meu sucesso profissional e pessoal.

Aos meus novos amigos e colegas de trabalho Deusanete, Maria da Paz, Leidian, Célia, Carlos, Arleide, Ricardo, Leandro, Shauma, Róbson, Paula, Renan, Professora Rose, e a minha estagiária do serviço social Katriene, pelo apoio e incentivo, pois de perto a cada dia, acompanharam nesse percurso formativo.

Aos demais colegas do CRMB, que, de uma forma ou de outra me ajudaram nessa conquista. Por fim, à minha orientadora Professora Maria José de Souza Barbosa que com sua sabedoria e conhecimento, incansavelmente, trilhou junto comigo me norteando para a efetivação desse trabalho.

LIMA, Maria Eliane de. **POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO CAMPO: estratégias de permanência escolar**. 2017. 104f. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – Campus Castanhal, Mestrado Profissional em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares, 2017.

RESUMO

Esta dissertação apresenta uma discussão para realizar uma intervenção adequada ao problema da retenção dos educandos do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio do Campus Rural de Marabá (CRMB) – Instituto Federal do Pará (IFPA). Tomou-se como elemento de análise e interpretação a percepção dos atores sociais investigados (educandos, servidores técnicos administrativos e gestores do Campus). Buscou-se conhecer essa realidade a fim de criar estratégias para a permanência escolar sob o suporte da Política de Assistência Estudantil (PAE) no contexto da educação tecnológica do campo. O principal objetivo foi compreender quais os fatores mais relevantes que levam a um alto número de educandos ficarem reprovados (que não atingiram a média mínima) e retidos (que ficaram reprovados em três ou mais disciplinas, além do número expressivo de evasão escolar que vem ocorrendo nas últimas turmas do CRMB, considerando o contexto da educação tecnológica do campo. Assim, procurou-se verificar a origem desses educandos e onde estão inseridos, ressaltando que a maioria é de agricultores e filhos de agricultores provenientes da área rural, residentes em assentamentos da Reforma Agrária e de acampamentos localizados no Município de Marabá-Pará e de outros Municípios do Sudeste Paraense. Analisaram-se os dados obtidos em campo por meio de consultas aos documentos e relatórios institucionais, os quais foram complementados com informações essenciais apreendidas sob a técnica do grupo focal com educandos e educadores, o que possibilitou aceder a dimensão de falas significativas dos diversos atores sociais que atuam diretamente no ensino-aprendizagem e a partir dos seus depoimentos elaborou-se o projeto de intervenção, “produto” desse mestrado que será apresentado à instituição a fim de implantá-lo no CRMB, como propósito de resolver os problemas decorrentes da retenção e a própria evasão escolar no campus.

Palavras-chaves: Direitos Sociais. Transformação. Insucesso Escolar.

LIMA, Maria Eliane de. **POLICY OF STUDENT ASSISTANCE AND TECHNOLOGICAL EDUCATION OF THE FIELD: strategies of school permanence.** 2017. 104f. Dissertation of the Graduate Program in Rural Development and Management of Agri-food Ventures of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Pará - Campus Castanhal, Professional Master in Rural Development and Management of Agri-Food Ventures, 2017.

ABSTRACT

This dissertation presents a discussion to perform an intervention appropriate to the problem of retention of the students of Agricultural Technician Course Integrated into the high school of the Rural Campus of Marabá (CRMB) – Instituto federal do Pará (IFPA). Was taken as an element of analysis and interpretation the perception of social actors investigated (students, administrative technicians and managers of the Campus). To meet this reality in order to create strategies for school residency under the Student Assistance Policy (PAE) in the context of the field's technological education. The main objective was to understand what are the most relevant factors that lead to a high number of students failed (which did not achieve the minimum average) and retained (that were disapproved in three or more and retained (which were disapproved in three or more subjects, in addition to the significant number of school dropouts in the last classes of the CRMB, considering the context of the rural technological education. Thus, the origin of these students was verified and where they are inserted, emphasizing that the majority is of farmers and children of farmers from the rural area, residents in settlements of the Land Reform and campsites located in the municipality of *Marabá-Pará* and other municipalities in the *Paraense* southeast . Data from the field were analyzed through consultations with the documents and institutional reports, which were complemented with essential information seized with students and teachers, which made it possible to access the a significant number of different social actors who work directly in teaching-learning, and from their testimonies the intervention project was elaborated, "product" of this masters that will be presented to the institution in order to implement it in the CRMB, as a purpose to solve the problems of retention.

Keywords: Social Rights. Transformation. School failure.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização do Campus Rural de Marabá	22
Figura 2– Organograma Funcional do CRMB	39
Figura 3– Residência estudantil (A) e parte interna de um dos alojamentos (B)	59

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Cursos oferecidos concluídos e em andamento.....	35
Tabela 2 - Número de Reprovações das Turmas de 2014 e 2015 por gênero e por disciplina no 2º Ciclo do ano de 2015.....	70
Tabela 3 - Número de Reprovações das Turmas de 2014 e 2015 por gênero e por disciplina no 2º Ciclo de 2016.	71

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Área de origem dos educandos	31
Gráfico 2- Renda de todos os integrantes da família.....	58
Gráfico 3- Municípios de Origem dos educandos	61
Gráfico 4 - Faixa etária dos educandos no ato da matrícula.....	72
Gráfico 5- Sistema de Ensino Fundamental	74
Gráfico 6- Evasão por gênero, Turma de 2014	80
Gráfico 7- Evasão escolar da Turma de 2014.....	80
Gráfico 8- Evasão de educandos por Município	81
Gráfico 9 - Número de educandos da turma de 2015 evadidos por gênero.....	83

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABNT- Associação Brasileira de Normas Técnicas
AIDS - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
CEFFAs - Centros Familiares de Formação por Alternância
CFRs - Casas Familiares Rurais
CONSUP – Conselho Superior
COOP- Cooperativa Escolar Agrícola
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
CREAS - Centro Especializado de Assistência Social
CRMB - Campus Rural de Marabá
CTA - Centro de Testagem e Aconselhamento
CTA - Curso Técnico em Agropecuária
DAE- Departamento de Assistência Estudantil
DASCA - Departamento de Assistência à Saúde da Comunidade Acadêmica
EFAs - Escolas Família Agrícola
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-Reitores e Assuntos Comunitários e Estudantis
HEMOPA - Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará,
HIV - Vírus da Imunodeficiência Humana
IFES- Institutos Federais de Ensino Superior
IFPA- Instituto Federal do Pará
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITCES - Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Cooperativas e de Economia Solidária
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LDBEN - Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional
MEC- Ministério da Educação
MFR - *Maison Familiale Rurale*
NAPNE - Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais
PAE - Política de Assistência Estudantil
PAO - Programa Agrícola Orientado
PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação Nacional

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNAES - Plano Nacional de Assistência Estudantil

PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil

PPC - Projeto Pedagógico de Curso

REUNI- Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SESPA - Secretaria de Saúde do Estado do Pará

SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

UNE- União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 NOS PASSOS DA EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA NO CRMB: UNIVERSO, SUJEITOS, MÉTODOS, TÉCNICAS E INSTRUMENTOS	21
1.2 PROCEDIMENTOS TÉCNICOS	23
1.3 INSTRUMENTAIS DA PESQUISA DE CAMPO E TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS.....	25
1.4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	27
2 CAMPUS RURAL MARABÁ E EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA: DESAFIOS À RETENÇÃO SOB A EDUCAÇÃO DO CAMPO	29
2.1 MATERIALIZAÇÃO DO CRMB: TEMPO E ESPAÇO	29
2.2 EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO CAMPO E ALTERNÂNCIA PEDAGÓGICA. ..	40
2.3 CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA: INTEGRANDO ENSINO MÉDIO PROFISSIONAL À EDUCAÇÃO DO CAMPO	42
2.4 PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC) TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO.....	46
3 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E AS INTERFACES DA EDUCAÇÃO DO CAMPO	51
3.1 A LUTA DOS ESTUDANTES EM PROL DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	52
3.2 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA PERSPECTIVA DOS DIRIGENTES INSTITUCIONAIS.....	53
3.3 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ÂMBITO DO CAMPUS RURAL DE MARABÁ/IFPA.....	55
3.4 DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: AVANÇOS E RETROCESSOS.....	57
3.5 POLÍTICA ESTUDANTIL E TEMPO COMUNIDADE: UMA ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO	65

4 RETENÇÃO, FAMÍLIA E ESCOLA: CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS NA SITUAÇÃO DE REPROVAÇÃO E EVASÃO ESCOLAR	68
4.1 RETENÇÃO ESCOLAR: OS DESAFIOS DA SUPERAÇÃO	68
4.1.1 Reoferta e seus desafios.....	78
4.2 EVASÃO ESCOLAR: INTERFACES DAS LIMITAÇÕES	79
4.3 FAMÍLIA E SUA INFLUÊNCIA NO RENDIMENTO ESCOLAR	84
5 CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS	91
APÊNDICE 01 -PROJETO DE INTERVENÇÃO	97

1 INTRODUÇÃO

Nesta dissertação problematiza-se a retenção dos educandos do Curso Técnico em Agropecuária do Campus Rural de Marabá (CRMB) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), buscando entender a percepção destes sobre a questão da retenção, reprovação e da evasão escolar, tendo como referência a Política de Assistência Estudantil (PAE) no contexto da educação do campo.

Dessa forma, nota-se que, em grande parte, a retenção escolar e também as reprovações são consequências de insucessos escolares no ensino fundamental, um fato que preocupa educadores, pesquisadores, educandos e seus familiares e com isso torna-se um tema de discussão nos debates contemporâneos da educação e dos envolvidos socialmente neste processo.

A retenção escolar tem relação direta com as reprovações, caracterizada como fracasso escolar. Esta, por sua vez, pode ser entendida como um problema de ordem psíquica, acarretando consequentemente em prejuízos emocionais e cognitivos ao educando, devido às dificuldades para se adequar às características educacionais da escola.

Assim, a retenção escolar está diretamente ligada à reprovação escolar, além de outros fatores. Dentre eles, questões culturais, socioeconômicas, raciais, psicológicos e, nas últimas décadas, tem-se associado a questões internas da instituição, bem como, às políticas pedagógicas educacionais desenvolvidas nas instituições de ensino (SANTOS; SANT'ANA, 2013).

Para Rebelo (2009), retenção escolar é uma medida de ordem administrativa que ocorre nas instituições de ensino e tem como base os resultados do ensino-aprendizagem dos educandos no ano curricular vigente e está diretamente relacionada aos resultados insatisfatórios, tendo como referência padrões estabelecidos pelo órgão maior de ensino e, no caso do Brasil, o Ministério da Educação (MEC).

Já na visão de Jimerson (2001) reter educandos tem consequências para o seu desenvolvimento acadêmico, interfere negativamente na aprendizagem e contribui para maiores possibilidades de evasão escolar, devido efeitos psicossociais sofridos por ele.

Autores como Brophy (2006); Xia e Kirby (2009) afirmam que são muitos os problemas relacionados à retenção escolar, como o possível prejuízo ao processo de socialização com os outros estudantes e a grande probabilidade de abandono da escola. Além

disso, cria uma série de problemas que vão desde a alienação da escola aos elevados custos orçamentários e patrimoniais para as instituições de ensino.

Sobre o fracasso escolar que culmina em retenção, autores como Brophy (2006); Xia e Kirby (2009) o compreendem na relação com os processos sociais influenciados, em grande medida, pelo capitalismo, que se perpetua no contexto escolar, nas relações familiares e sociais e, muitas vezes, percebem-se os reflexos através dos baixos rendimentos escolares.

Ao aprofundar a pesquisa teórica sobre a temática, percebeu-se que a retenção escolar, no âmbito do ensino técnico integrado ao ensino médio na educação do campo, ainda é baixa ou incipiente, com lacunas que se procurou preencher nessa dissertação, mostrando-se relevante em função da escassez desse tipo de pesquisa nessa área.

Além disso, a escolha do tema, na realidade do CRMB, foi necessária para atender demandas postas no âmbito do Curso Técnico em Agropecuária, visto que os educandos são oriundos do campo, em sua maioria adolescentes que precisam se adequar às condições oferecidas pelo CRMB, uma vez que ficam alojados no próprio Campus, convivendo diariamente com outros educandos, para realizarem atividades acadêmicas, práticas alheias a seu *modus operandi* do campo, em que as práticas de aprendizagem fazem parte das tarefas cotidianas iminentes aos trabalhos de ofício e, muitas vezes, não estão acostumados a um regime de ensino intenso, de aulas teóricas e práticas com disciplinas das áreas básicas e específicas, além de seminários, trabalhos em grupo, provas, dentre outras atividades.

Desta forma, mesmo que a pedagogia da alternância possa se caracterizar como uma modalidade de ensino adequada à necessidade de formação em tempo compatível com a sazonalidade das atividades do campo há uma decalagem que orbita entre a sala de aula e as atividades produtivas concretas que tem contribuído para a desmotivação dos educandos, fato esse que foi observado por meio dos depoimentos obtidos na pesquisa de campo durante as participações nos grupos focais.

Essa realidade vivenciada no âmbito do CRMB apontou uma preocupação, uma vez que muitos educandos têm dificuldades para alcançar sua plenitude acadêmica, embora tenham demonstrado a importância da valorização de sua formação.

Nesse sentido, esta dissertação visa contribuir para a realização de ações capazes de mitigar ou mesmo dar resolução a essa problemática e aprofundar o conhecimento sobre essa realidade, a fim de atender a demanda do CRMB, tendo como suporte a realização de ações por meio da Política Nacional de Assistência Estudantil (PAE), da qual visa apoiar e, ao mesmo tempo, favorecer condições para a qualidade do ensino oferecido pelas instituições federais. Para tanto, recorreu-se a uma série de elementos e informações tratados no decorrer

dos capítulos e na elaboração de Projetos de Extensão, visando integrar a equipe multidisciplinar¹, a fim de acompanhar o processo de ensino-aprendizagem no Tempo Comunidade e no Tempo Escola.

Com isso, se propõe dinamizar as unidades produtivas familiares com ambiente de ensino em complemento às atividades escolares. Esse projeto está em consonância com o orçamento de funcionamento do Campus (Apêndice I).

Destaca-se que a Política Nacional de Assistência Estudantil traz um conjunto de princípios e diretrizes capazes de nortear a elaboração e a implementação de ações visando o desenvolvimento acadêmico dos discentes, auxiliando na garantia, acesso, permanência e conclusão de cursos na educação profissional (IFPA, 2012). Tratando-se, portanto, de uma ação específica que visa dar suporte à política de educação tecnológica no âmbito do CRMB. Há a compreensão de que essa política tem como diretriz central a inclusão social, formação plena, produção do conhecimento e melhoria do desempenho acadêmico, abrangendo as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão (PPC/CTA/CRMB/2010).

Nestes termos, buscou-se estruturar ações de Assistência Estudantil (AE) capazes de materializar o atendimento das necessidades dos educandos para viabilizar a possibilidade de igualdade de oportunidades aos estudantes e, desta forma, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção decorrentes da insuficiência de condições financeiras e outros fatores que possam prejudicar a adequação do educando à educação tecnológica no ensino.

Ressalta-se que a pesquisa de campo trouxe novos elementos, pois conhecer a opinião dos estudantes e dos demais sujeitos envolvidos nessa realidade de ensino foi essencial para incorporar ações enquanto subsídios para elaboração das novas estratégias desenvolvidas em forma de um projeto de intervenção para o enfrentamento decorrentes da Política de Assistência Estudantil no CRMB.

O conhecimento da realidade dos discentes no CRMB proporcionou o entendimento sobre as vivências dos educandos, em relação à condução da educação do campo, tendo em vista a criação de condições na oferta de uma educação tecnológica de qualidade, sem perder a dimensão social, econômica e cultural dos educandos, isto é, sua realidade cotidiana, mesmo que esta última, por meio de depoimentos colhidos no grupo focal.

¹ Profissionais de Serviço social, pedagogia, enfermagem, nutrição e psicologia.

Diante das problemáticas apresentadas têm-se como questão de pesquisa quais os motivos que levam os educandos do Curso Técnico em Agropecuária do CRMB ao quadro de reprovação, retenção e evasão escolar?

Assim, para entender elementos desta problemática, a dissertação ora apresentada, partiu de uma revisão bibliográfica associada a métodos e técnicas para conhecer essa realidade, tais como, pesquisa documental e pesquisa de campo, com aplicação de questionário estruturado aos educandos do Curso Técnico em Agropecuária do Campus Rural de Marabá (CRMB), além de entrevistas com perguntas abertas (estas direcionadas somente aos técnicos administrativos que não puderam participar dos grupos focais). Também se utilizou a técnica do grupo focal, tanto para abordar os educandos que ficaram retidos em 2015, quanto àqueles que tiveram bons rendimentos, além de docentes, técnicos administrativos e gestores ligados ao ensino, de modo a fomentar as discussões sobre a temática da retenção, reprovações e evasão escolar no CRMB.

Esses instrumentais teóricos metodológicos permitiram a obtenção de informações para o alcance dos objetivos propostos. É importante ressaltar que nenhum participante foi identificado pelo seu nome, de modo que pudesse garantir a privacidade dos mesmos, evitando constrangimentos e/ou qualquer outro tipo de situação vexatória.

Ao finalizar esse processo de conhecimento, com base nas informações e interpretadas a luz do debate sobre a política de assistência estudantil, procurou-se construir o “produto final”, uma exigência do mestrado profissional.

Verificou-se, desta forma, a relevância da dissertação e seu produto em função da escassez desse tipo de estudo e de proposta de resolução. Entende-se que esses dois trabalhos acadêmico-técnicos se constituíram como uma oportunidade de atender uma demanda urgente e necessária, na medida em que a retenção seja por repetência ou evasão tornou-se uma problemática importante, de resolução posta no âmbito do Curso Técnico em Agropecuária.

Nestes termos, as ações de Assistência Estudantil (AE) se caracterizam por atender necessidades capazes de viabilizar a possibilidade de igualdade de oportunidades aos estudantes e, desta forma, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção, evasão, reprovação decorrentes, por exemplo, de insuficiência de condições financeiras e outros fatores que prejudicam a adequação do educando a educação tecnológica no ensino.

Nesse sentido, e com base nos depoimentos dos diferentes segmentos da educação tecnológico do campo (educandos, educadores, técnicos e gestores), questionou-se: a carga horária de aula de oito horas por dia, distribuída entre aulas teóricas e práticas e, ainda,

estudos dirigidos para as primeiras horas noturnas, com atividades a serem apresentadas no dia seguinte podem interferir negativamente no aprendizado? As deficiências advindas do ensino fundamental permanecem no ensino médio técnico como um enclave para o aprendizado? Essas realidades podem constituir-se em indicadores para a retenção escolar destes educandos?

O resultado desses questionamentos pode ser visto nos depoimentos dos sujeitos da pesquisa no interior dos capítulos desta dissertação, dos quais contribuíram para se repensar as práticas de acompanhamento, somente nas atividades do tempo escola, mas também do tempo comunidade, o qual segundo esses depoimentos, elencados no interior desta dissertação, acabam sendo um “tempo morto”.

Verificou-se ainda que as ações decorrentes da política estudantil no CRMB são abrangentes, mas ao serem confrontadas com os dados da pesquisa viu-se que há lacunas que podem ser enfrentadas no que diz respeito a mitigação ou mesmo resolução da problemática, objeto da dissertação ao identificar os principais motivos que levavam os educandos à retenção, a partir da percepção dos mesmos. Dessa forma, pode-se refletir com o intuito de auxiliar na compreensão dos problemas decorrentes da trajetória e do percurso pedagógico desses educandos no CRMB.

Destacou-se o Departamento de Apoio ao Educando (DAE) que tem como função principal intervir por meio das ações da assistência estudantil para garantir a permanência dos educandos e, conseqüentemente, a conclusão de seus percursos acadêmico-tecnológicos. Para tanto, o conhecimento da opinião dos servidores do campus sobre as ações desenvolvidas no âmbito deste departamento possibilitou utilizá-los como subsídio à elaboração de novas estratégias para a qualidade da inserção destes no processo de formação, pois a problemática da retenção escolar, por evasão ou repetência, no âmbito do ensino técnico integrado ao ensino médio, na educação do campo, ainda é pouco discutida ou ainda há um debate incipiente.

Desse modo objetivou-se nessa dissertação, aprofundar a questão retenção, reprovação e evasão dos educandos do Curso Técnico em Agropecuária da turma 2014 e 2015 do Campus Rural de Marabá, uma vez que houve índices elevados dessa problemática no decorrer do percurso formativo dessas turmas e com isso, procurou-se identificar os principais fatores relacionados, considerando a Política de Assistência Estudantil do CRMB, para pensar estratégias que possam contribuir para o ensino-aprendizagem do alunado, visando reduzir a retenção escolar, reprovações e, conseqüentemente, a evasão escolar, para isso realizou-se um levantamento sobre o perfil socioeconômico dos educandos, e, ainda, mapeou-se os principais

problemas/dificuldades cotidianos, apresentadas por eles, do Curso Técnico em Agropecuária CRMB, em relação à aprendizagem e rendimento escolar.

O item a seguir traz elementos que caracterizam os passos da educação tecnológica no CRMB, discutindo o universo, método e cenário da retenção. Este apresenta ainda as técnicas e instrumentos, que possibilitaram as abordagens utilizadas na obtenção dos dados qualitativos, explicitando os passos que foram seguidos durante o desenvolvimento deste trabalho.

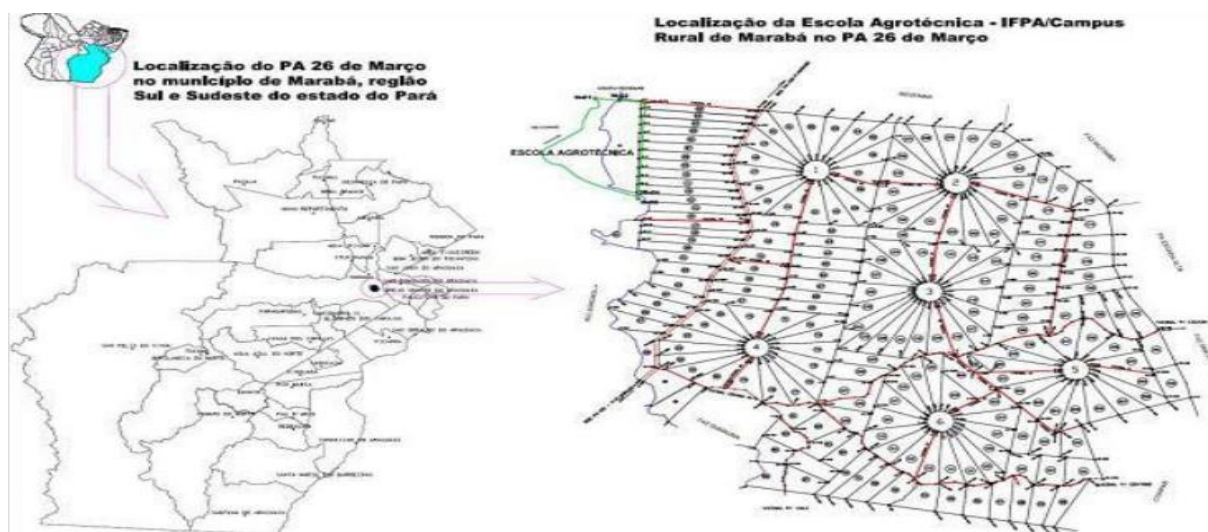
1.1 NOS PASSOS DA EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA NO CRMB: UNIVERSO, SUJEITOS, MÉTODOS, TÉCNICAS E INSTRUMENTOS

Esse item situa o leitor em relação às etapas percorridas na construção dessa dissertação, portanto no processo de construção do percurso que partiu do abstrato ao concreto como síntese, teórico-prática que vai desde a leitura dos autores que referenciam as análises, interpretação dos dados obtidos na pesquisa campo até a construção do produto em apêndice. Desse modo, mostram-se detalhadamente os passos metodológicos utilizados na obtenção de dados, a fim de responder aos objetivos inicialmente propostos.

Nesse contexto, apresenta-se o universo onde ocorreu a pesquisa, orientando o leitor no percurso decorrido no período de 2015 e 2016, no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Pará, Campus Rural de Marabá², localizado no município de mesmo nome, o qual está situado no Projeto de Assentamento 26 de Março, aproximadamente 28 km da sede do município, seguindo a BR 155, sentido Eldorado dos Carajás, em uma área de 354 hectares, como demonstrado na figura 01.

² O Campus Rural de Marabá foi fundado em 2007, fruto das lutas dos movimentos sociais no Sudeste Paraense, que lutaram por uma educação do/no campo para os povos do campo, e assim é visto no seu Projeto Político Pedagógico, o qual tem o caráter de atender exclusivamente os jovens e adultos oriundos do campo. É um dos dezoito *campi* do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Pará, sendo o pioneiro com o ensino voltado para a educação do campo, com um público de educandos oriundos do campo entre acampados, assentados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, ribeirinhos e pescadores e funciona sob o regime de alternância pedagógica, isso quer dizer em tempos e espaços de formação compreendidos em tempo escola e tempo comunidade, baseados na teoria freireana, valorizando saber popular no processo de construção de conhecimento e de formação.

Figura 1 - Localização do Campus Rural de Marabá



FONTE: IFPA/CRMB-PPP, 2017.

Os sujeitos da pesquisa foram constituídos por quatro categorias: educandos, docentes, técnicos administrativos e gestores. Quanto aos educandos foram abordados 230 (duzentos e trinta), inseridos no Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, os quais pertencem às turmas de 2014, com atualmente 165 (cento e sessenta e cinco (maio de 2017) e da turma de 2015, totalizando 65 (sessenta e cinco). Destes selecionou-se uma proporção amostral para a participação nos grupos focais, de quinze educandos.

A escolha dos mesmos se deu da seguinte forma: foram selecionados os líderes de classe, pelo fato de suas influências no campo, devido representarem a categoria estudantil nas reivindicações por melhorias no ensino; aqueles apontados informalmente tanto pelos colegas quanto pelos docentes como melhores da turma; os que têm baixo rendimento e ainda os que ficaram retidos em três ou mais disciplinas (que eram da turma de 2014) e, por orientação da Secretaria Acadêmica do Campus, tiveram que deixar a turma de origem e serem inseridos na turma de 2015, denotando a retenção e em consequência o prolongamento da conclusão do curso.

Quanto à escolha dos docentes, decidiu-se pelas diferentes áreas de atuação, dos mais antigos aos mais recentes em termos de tempo de serviço no Campus. No quantitativo de 60 (sessenta) docentes foram pesquisados 10 (dez), entre as áreas técnicas e básicas.

A escolha dos técnicos-administrativos primou-se por no mínimo um de cada departamento ou setor, principalmente, aqueles ligados diretamente ao ensino, como convém citar, o departamento pedagógico, departamento de saúde e departamento de assistência estudantil.

Optou-se também pelos gestores, devido suas funções na condução e comando da realização do curso, objeto de estudo, assim, selecionou-se as Direções de Ensino e Pesquisa, Coordenações de Curso e do Departamento Pedagógico, além dos Chefes do Departamento de Saúde e de Assistência Estudantil, tanto os atuais quanto os gestores que já haviam passado pela gestão do CRMB.

Assim, ressalta-se que as participações dos estudantes nos grupos focais foram essenciais, oportunizando-os a compartilhar suas experiências no CRMB, suas análises e sugestões sobre a realidade apresentada em termos de reprovações, retenção e evasão escolar, de modo a apontarem os principais problemas e fatores relacionados e que interferem, de alguma forma, no desenvolvimento escolar dos mesmos.

A participação dos demais sujeitos trouxe um leque de informações sobre as experiências dos docentes e técnico-administrativos, possibilitando identificar diferentes variáveis que foram sintetizados na construção das novas estratégias de intervenção, visando contribuir para a superação ou mitigação dos problemas de retenção, reprovação e evasão como estratégia de melhorar os indicadores do rendimento escolar dos educandos.

1.2 PROCEDIMENTOS TÉCNICOS

Para compreender a problemática da retenção, reprovação e evasão no ensino tecnológico no âmbito do CRMB, realizou-se uma pesquisa bibliográfica sobre as temáticas que se relacionam na formação profissional em nível técnico, política social, assistência estudantil e educação do campo, as quais foram analisadas a partir das abordagens dos autores pesquisados, tendo em vista criar em um movimento de apreensão, teórico-abstrata, a fim da análise e interpretação dos dados obtidos na pesquisa.

Nessa perspectiva, buscou-se entender os desafios relativos à retenção, reprovação e evasão tanto para os educandos quanto para a instituição de ensino; passo inicial da fundamentação científica do objeto questionado e como iniciar a pesquisa valendo-se de diversas fontes bibliográficas, a exemplo de revistas e artigos científicos, dissertações de mestrado, teses de doutorado, que contribuíram para a fundamentação e embasamento teórico da mesma, favorecendo a análise e interpretação do objeto de estudo (LAKATOS, 2003), as quais se constituíram como pressupostos para a estruturação que constituem a dissertação em discussão.

A pesquisa documental utilizada como aponta Gil (2008), possibilita compreender a natureza das informações contidas nos documentos institucionais. Assim foi realizada a

pesquisa através dos documentos de alguns setores e departamentos do CRMB, bem como Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agropecuária, Projeto Político Pedagógico do CRMB, principalmente, daqueles ligados ao ensino. Também se cercou de registros gerais que pudessem identificar elementos necessários a análise dos dados levantados, o que se tornou relevante para selecionar as informações que pudessem ser manuseadas e compreendidas no âmbito da sistematização, como relatórios de reuniões pedagógicas. Daí foi importante reunir os materiais dispersos, pois De Paula e Haydu (2010) a junção de informações formam um conjunto de conhecimento que contribuem para os resultados da pesquisa.

Desse modo, ter acesso aos relatórios das ações e atendimentos do Departamento de Assistência Estudantil (DAE) foi enriquecedor, na medida em que esse departamento atua diretamente na operacionalização das ações da assistência estudantil do Campus, trata da residência/alojamentos; material didático, setor de nutrição dentre outras ações que visam à melhor qualidade de aprendizagem dos educandos.

Também foram analisados os relatórios das ações desenvolvidas pelo Departamento de Assistência e Saúde da Comunidade Acadêmica (DASCA), pois através desse departamento foi possível identificar as ações relacionadas à saúde dos educandos, uma das áreas de atuação da Política de Assistência Estudantil. Dessa forma, consultar esses documentos que visam à promoção e prevenção de agravos a saúde, tanto dos educandos quanto dos servidores, realizando palestras e oficinas educativas e preventivas com temáticas transversais, de modo a possibilitar uma melhor qualidade de saúde da comunidade acadêmica do Campus.

Consultar os dados da Secretaria Acadêmica do CRMB também foi relevante, pois neste setor encontraram-se todos os dados acadêmicos dos educandos, bem como, os rendimentos e frequência escolares entre outros dados referentes a reprovações, retenção e evasão; através desses dados foi possível dimensionar a gravidade dos índices relacionados a essa problemática posta no CRMB.

E para embasar a pesquisa documental apoiou-se em Gil (2008), pois os documentos são classificados em dois tipos principais: os de primeira e os de segunda mão; os primeiros são aqueles que ainda não receberam nenhum tratamento analítico, como os oficiais e os segundos são os documentos que já passaram por uma avaliação ou análise, como convém citar os relatórios dos departamentos, tabelas estatísticas, pareceres, entre outros documentos que subsidiaram essa dissertação.

1.3 INSTRUMENTAIS DA PESQUISA DE CAMPO E TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

Os instrumentais utilizados na pesquisa de campo foram os questionários semiestruturados no ano de 2016, através de um conjunto de questões submetidos aos educandos do Curso Técnico em Agropecuária, turmas 2014 e 2015, com a finalidade de obter informações socioeconômicas, bem como conhecer o histórico da vida social, educacional, cujo eixo foi à vivência no Campus Rural de Marabá, tendo como parâmetro o ensino e a aprendizagem no ensino técnico oferecido pelo Campus, a fim de construir um perfil desses educandos.

Além desse instrumental, foram realizadas três entrevistas individuais com perguntas abertas para os servidores que, na ocasião do grupo focal, não puderam participar, por questões subjetivas e alheias a meu conhecimento com relação os dados coletados nas entrevistas individuais, foram denominadas por Entrevista 01, 02 e, assim, sucessivamente. No entanto, devido à importância do cargo que os mesmos ocuparam e/ou ocupam na instituição suas informações não poderiam deixar de serem apreciadas. Nessa construção, a observação participante foi outra técnica importante, sendo registradas em caderno de campo, pelo fato de estar implicada profissionalmente no contexto da pesquisa, atuando inclusive com ações da política de assistência estudantil.

Outra técnica que coube registro em caderno de campo e gravação foi à abordagem via grupo focal, com os diferentes sujeitos que compõe a comunidade acadêmica do CRMB: educandos do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio das turmas de 2014 e 2015, docentes, técnicos administrativos ligados diretamente ao ensino e gestores. Essa última técnica permitiu, aos participantes, apresentarem elementos e informações importantes para esta pesquisa, principalmente, para a elaboração do projeto de intervenção que será apresentada ao CRMB posteriormente, a fim de contribuir para a resolução da problemática da retenção, reprovação e evasão escolar. Vale registrar que foi convidado um auxiliar de pesquisa para anotar algo que pudesse passar despercebido pela moderadora, como as expressões, inquietações dos participantes durante os depoimentos dos colegas sobre as questões levantadas pela pesquisadora, dentre outros elementos importantes que foram significativos para a pesquisa.

Assim, decidiu-se criar uma nomenclatura para a interpretação dos dados obtidos na abordagem aos diferentes sujeitos da pesquisa. Foram dadas as seguintes denominações:

Grupo A, Grupo B, Grupo C e Grupo D. Os depoimentos dos participantes dos grupos focais foram tratados em suas diferentes inserções no interior do CRMB.

As reuniões dos grupos ocorreram no período de março a abril de 2017, de acordo com o cronograma de agendas com cada segmento da comunidade acadêmica, organizado de modo a se adequar a disponibilidade destes, ressaltando que nem todos os convidados compareceram; o primeiro grupo foram nove servidores convidados e cinco compareceram, este grupo foi composto por docentes das áreas técnicas e básicas, além dos técnicos administrativos dos departamentos de saúde e pedagógicos, tendo a duração 01h22min. Inicialmente foi feita uma pergunta norteadora e a partir das repostas dos participantes, foram levantadas outros questionamentos mais específicos de modo que pudesse obter resposta para os objetivos proposto na pesquisa. Assim, seguiu-se essa estrutura nos demais grupos focais.

O segundo grupo teve a duração de 01h10min, sendo constituído pelos educandos das turmas de 2015 e 2014; foram convidados onze e compareceram nove; o horário foi marcado para o período em que estes não tivessem em aula, portanto, entre às 19h30min às 20h40min, logo após o jantar, pois não poderia ocorrer no período do dia para não interferir no horário da aula.

O terceiro grupo durou 01h27min com a participação de docentes das disciplinas básicas e técnicas, diretores, coordenadores de curso e técnico administrativos do departamento de administração e pedagógico, foram convidados dez servidores e compareceram sete.

O quarto grupo e último também foi formado por educandos que haviam passado pela experiência de terem ficados retidos no ano de 2016; foram convidados quatro e todos compareceram, contribuindo de forma satisfatória com seus depoimentos. O grupo ocorreu no intervalo do almoço e durou 01h20min.

Conforme afirma Dias (2016), o grupo focal visa identificar às percepções dos participantes às questões relacionadas aos seus sentimentos e ideias, com isso os grupos permitiram identificar fatores relacionados às problemáticas apresentadas nesse trabalho no âmbito deste Campus. E durante a realização dos grupos, com o intuito de obter maior número de informações pertinentes à pesquisa, iniciou-se com uma questão norteadora e no decorrer dos depoimentos, foram surgindo novas perguntas específicas a exemplo foram feitos questionamentos com relação à carga horária de aula de oito horas por dia, distribuída em aulas teóricas e práticas e, ainda, estudos dirigidos para as primeiras horas noturnas com atividades a serem apresentadas no dia seguinte, sobre o tempo-comunidade, tempo escola de

aproximado trinta dias de modo a esclarecer, com maior profundidade, às circunstâncias momentâneas do grupo.

Essa técnica possibilitou à obtenção de informações de forma espontânea e livre dos participantes, assim, as respostas não estavam condicionadas a uma padronização de alternativas. Dessa forma, como aponta Manzini (1990/1991) esse método que permite maior flexibilidade e adaptações a partir das circunstâncias que ocorrem durante as exposições dos depoimentos.

O levantamento do perfil socioeconômico favoreceu a sistematização de dados para a compreensão do planejamento e desenvolvimento da assistência estudantil do CRMB e do mapeamento dos principais problemas/dificuldades, com relação à retenção escolar vivenciada pelos educandos do Curso Técnico em Agropecuária do CRMB.

1.4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Os dados obtidos a partir desta pesquisa foram contextualizadas e problematizadas no decorrer dos capítulos desta dissertação, considerando os pontos divergentes e convergentes da problemática abordada e confrontada as diferentes vertentes dos autores. Ressalta-se ainda que, a fim de construir um todo coerente, possibilitando identificar os principais problemas e dificuldades no que dizem respeito à retenção, reprovações e evasão escolar no CRMB, os dados coletados foram apresentados sob a forma de depoimentos, figuras, tabelas, gráficos, estes últimos com base em métodos estatísticos descritivos simples, por meio do programa Excel, em que se demonstrou também revelar quantitativamente as problemáticas evidenciadas tanto teórica quanto empiricamente.

Para a compreensão do leitor estruturou-se essa dissertação em cinco capítulos visando confrontar as informações tratadas pelos autores que referenciaram as análises e explicações dos dados obtidos no decorrer da pesquisa para a elaboração desta dissertação, bem como do produto configurado sob a forma de um projeto de intervenção em busca da superação do problema relativo à retenção dos educandos do Curso de Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio.

O primeiro trata da introdução seguido dos procedimentos metodológicos e etapas percorridas durante a pesquisa. O segundo aborda questões relacionadas à Educação do/no Campo, à historicidade da implantação do Campus Rural de Marabá, tratando dos principais desafios para sua materialização e implantação das atividades da assistência estudantil e sua

contribuição para a permanência dos educandos em suas trajetórias acadêmico-tecnológicas na instituição.

O terceiro discute sobre a Política Nacional de Assistência Estudantil, trazendo elementos sobre sua historicidade de lutas estudantil no âmbito dos direitos sociais, seguido do funcionamento da assistência estudantil no Campus Rural de Marabá em todas as áreas de atuação da Política.

O quarto trata da retenção relacionada à reprovação e à evasão escolar, uma vez que essa problemática é uma realidade do CRMB, buscou-se compreender com maior amplitude por meio de fundamentos teóricos e depoimentos dos sujeitos e dados da pesquisa para construir um todo articulado que pudesse favorecer estratégias de solução.

Em seguida as considerações finais e recomendações mostram os achados da pesquisa, que podem ser considerados como relevantes para a continuidade da educação tecnológica integrada ao ensino médio no âmbito da educação do campo, mas que há lacunas na efetivação das ações da Política de Assistência Estudantil e da própria estrutura metodológica do ensino-aprendizagem, porém aos problemas evidenciados e apresentados na pesquisa, não é colocado como obstáculo a sua realização, mas apenas coloca-se como uma questão com possibilidades de mitigação e/ou resolução, por meio de novas estratégias de ações da equipe interdisciplinar do campus.

Logo após no último capítulo encontram-se as referências de tudo o que foi pesquisado para a construção dessa dissertação e em anexo, o produto da dissertação, tendo como escopo a resolução ou mitigação dos problemas de retenção dos educandos e, como eixo central, a Política de Estudantil, um recurso estratégico para o acompanhamento da equipe multidisciplinar aos educandos no tempo comunidade, visando interagir com pais e/ou responsáveis, a fim de contribuir para que os mesmos também se envolvam no processo de ensino-aprendizagem desses educandos, objetivando melhorar o rendimento escolar da comunidade estudantil do Campus. Ressalta-se que estes recursos foram pensados a partir das pesquisas teóricas e dos depoimentos dos participantes da pesquisa.

2 CAMPUS RURAL MARABÁ E EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA: DESAFIOS À RETENÇÃO SOB A EDUCAÇÃO DO CAMPO

2.1 MATERIALIZAÇÃO DO CRMB: TEMPO E ESPAÇO

O Campus Rural de Marabá, situado na região Sudeste do Pará, é um espaço construído a partir de fatos e fenômenos que marcam a sua trajetória singular. Assim, é importante situar o leitor sobre o que ocorreu nessa região, principalmente, a partir da década de 60, considerado aqui como o início de um período de grandes influências políticas sob a égide das políticas desenvolvimentistas, com abertura de ferrovias, construções de hidrelétricas, incentivos fiscais, exploração mineral dentre outros investimentos que despertaram o interesse de expansão dessa fronteira e, com isso, a elevação de processos migratórios nessa região (BARROS, 2015).

Nesse período, o país vivia uma história de “excesso populacional” nas regiões Sul e Sudeste, que de certa forma, haviam ocupado os espaços, gerando conflitos de interesses na passagem de uma sociedade em transição agrária para uma sociedade industrial, cuja concentração e centralização de capital hegemonizavam as relações políticas, econômicas e culturais. Na região Norte e Nordeste, haviam demandas diferenciadas, as quais ainda se configuram por desigualdades regionais. Neste contexto sociocultural, a Amazônia e seus diferentes espaços sub-regionais passaram a se constituir como saída para os conflitos e crises agrária e urbano-industrial. No caso específico do Sudeste Paraense, houve um circuito migratório, com imigração dos mais variados estados do país, mas principalmente do Nordeste e do Sudeste, particularmente dos estados de Goiás e Minas Gerais, que buscavam acesso a terras para plantar (ASSIS, 2007).

O governo militar, nesse período, já tendo conhecimento da presença de grandes jazidas minerais, na região do Carajás, pensou em estruturar esses territórios como meio de obter investimentos externos e internos. Ressalta-se que os incentivos fiscais oferecidos pelo estado autocrático foram fundamentais para os investimentos em infraestruturas necessárias a fixação do capital expansionista (ASSIS, 2007).

Desta forma, a região Amazônica passou por transformações profundas e apontadas como as mais violentas, principalmente, no período compreendido entre a década de 60 e 80 na transição da ditadura militar para a Nova República, visto como o jogo das forças sociais e políticas, tendo em vista as disputas de interesses entre agricultores familiares e camponeses e

a agricultura empresarial, pois estas classes tinham interesses divergentes (SCHMINK; WOOD, 2012).

É importante ressaltar que o resultado dessas lutas e conflitos sociais agrários entre fazendeiros e posseiros, além das disputas por minérios, particularmente do ouro, envolvendo garimpeiros e mineradoras afetaram indígenas, moradores nativos, ribeirinhos, agricultores, religiosos, sindicalistas, dentre outros personagens e órgãos que se envolveram nesses conflitos, resultando em mortes de milhares de pessoas (SCHMINK; WOOD, 2012).

Sobre essa região, os autores Schmink e Wood (2012) apontam que nessas décadas, com singularidades para o início dos anos 60 em face das ausências no que tange a presença do estado por meio de políticas públicas, culminando na necessidade de intervenção do estado, com a criação do Programa de Integração Nacional, disseminado como ‘milagre econômico brasileiro’, devido à ideia do “Eldorado”, movido pela exploração econômica que ocorria especialmente na região amazônica, com especificidades para as regiões Sul e Sudeste do Estado do Pará.

Em síntese, a região Sul e Sudeste do Pará foi palco de muitos confrontos e até os dias atuais tem graves reflexos em relação aos conflitos movidos pelos interesses divergentes que atingiram milhares de pessoas, devido não somente às questões sociais e econômicas como sequelas resultantes da concentração de terras, degradação ambiental, aumento do efeito estufa que afeta a vida e a saúde dessa população.

Nesse contexto, pode-se verificar que ao longo de décadas os movimentos sociais foram se fortalecendo através de sindicatos e outras organizações para defenderem aos interesses da população do campo, a região, em especial, os ribeirinhos, indígenas por serem as mais afetadas pela grilagem de terras e grandes mineradoras que têm como principal objetivo a exploração, pecuária com extensas concentrações de terras trazendo consequências irreversíveis para a população do Sul e Sudeste paraense.

O Campus Rural de Marabá, para a efetivação da educação do campo, entende que não foi algo fácil, tão pouco do dia para a noite; esta foi fruto de muitas reivindicações por parte dos movimentos sociais, empenho de alguns políticos e das representações sindicais e sociais.

Dessa forma, a estruturação do CRMB foi pensada a partir de uma dinâmica relação entre movimentos sociais e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), uma articulação estratégica, na medida em que objetivou criar uma ligação direta ente educação com o Assentamento PA 26 de Março. O local de instalação do Campus, na área rural, teve como finalidade fazer com que os educandos se sintam no próprio ambiente de vida, ou seja, em um contexto social, econômico, cultural, cuja referência fosse constante, na

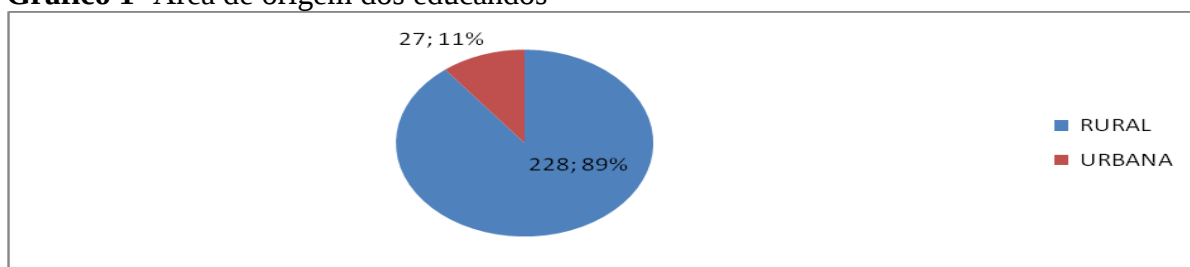
medida em que está situado fora da cidade; uma escola que vai até os jovens do Campo (IFPA/CRMB –PPP, 2010).

Portanto, o Programa Nacional de Reforma Agrária (PRONERA), na formação no âmbito do CRMB tornou-se uma forma de contribuir com a qualificação profissional dos assentados, visando à difusão de conhecimento e tecnologias aos jovens do campo, cuja finalidade era atender a demanda de capacitação dos agricultores camponeses para a melhoria de qualidade da agricultura familiar e comunitária.

Assim, pode-se dizer que a origem do Campus Rural de Marabá está marcada pelas mobilizações e movimentos da sociedade camponesa, organizada na luta pela reforma agrária³, na perspectiva de garantir melhores condições de desenvolvimento socioeconômico, para jovens e adultos oriundos do campo do Sul e Sudeste do Pará. Nesse sentido, trata-se de uma resposta a um novo comportamento e direcionamento das lutas sociais do campo para as ações de sustentabilidade da produção familiar no Sul e Sudeste paraense.

O Campus Rural de Marabá está em funcionamento desde 2010. Sua peculiaridade está relacionada ao compromisso de atender a demanda dos povos do campo por uma educação profissional e tecnológica. Em sua diretriz vê-se a consideração sobre a questão da diversidade e especificidades culturais, sociais, ambientais e econômicas dessas populações, o que o diferencia de outras Instituições de ensino ligado à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação (MEC). A seguir mostra-se o gráfico com dados referentes à origem dos educandos, visto que o CRMB prioriza educandos do Sudeste Paraense em especial da Mesorregião de Marabá-Pa que sejam do Campo.

Gráfico 1- Área de origem dos educandos



FONTE: IFPA/CRMB - Secretaria Acadêmica, 2017.

³ Como resultado das lutas relacionado aos anos 80 e 90, quando os movimentos sociais do campo obtiveram, como conquista, aproximadamente 500 projetos de Assentamento da Reforma Agrária. Os quais passaram a atender cerca de 80 mil famílias. Nessa perspectiva, a luta pela terra envolveu demandas por políticas públicas de apoio à produção e à garantia dos direitos de cidadania, dentre estes, o direito à educação básica e técnico-profissionalizante, com objetivo de qualificar os jovens do campo.

Como se observa no gráfico, a maioria dos educandos residem em áreas rurais e, como informações adicionais obtidas através do questionário sócio econômico, a maioria deles atuam com agricultura familiar (plantações de milho, feijão, arroz, mandioca, criação de pequenos animais (suínos), avicultura em especial frangos, piscicultura, laticínios, produção de frutas como (açaí, banana, mamão, dentre outras atividades), além das leguminosas e verduras que são cultivados nas propriedades dos educandos.(Serviço Social, CRMB, 2016). Ressalta-se a importância e a necessidade de os mesmos atuarem na agricultura familiar, uma vez que a proposta do CRMB é a educação do campo para os povos do campo.

A missão do CRMB é a formação profissional tecnológica em diferentes níveis e modalidades, sobretudo, ofertando curso técnico integrado aos povos do campo, em sintonia com a consolidação e fortalecimento das potencialidades sociais, ambientais, culturais e econômicas dos arranjos produtivos de âmbito local e regional da mesorregião do Sudeste Paraense.

Nesse sentido, se constitui como mecanismo privilegiado para o desenvolvimento sustentável, ao estimular a conservação da biodiversidade. Este Campus busca realizar pesquisa aplicada com vistas à geração e à difusão de conhecimento a fim de disponibilizá-las para a sociedade do Sul e Sudeste do estado do Pará, como conquista e benefício dos cidadãos.

Nessa perspectiva, o CRMB visa contribuir para a sustentabilidade da produção familiar e comunitária da mesorregião Sudeste Paraense, sob as dimensões econômicas, sociocultural, ambiental e político institucional. Além disso, o Campus tem como meta promover Cursos Técnicos Integrados e Cursos Superiores de Tecnologia para a formação de profissionais voltados a atender os setores agropecuários, agroflorestal, agroextrativista e agroindustrial, baseados nos princípios agroecológicos. Partindo desses princípios, além do ensino médio integrado, o CRMB se propõe a oferecer cursos de licenciatura em educação do campo e pós-graduação *lato sensu*; cursos de formação continuada, com a finalidade de aperfeiçoamento bem como, especialização e atualização de profissionais nas áreas que contemplem as diversidades do campo.

Além disso, visa também ministrar formação continuada aos educadores do campo com vistas aqueles que atuam na educação básica e na assessoria técnica e social dos assentamentos e comunidades; ministrar cursos de educação profissional para o público da educação de jovens Adultos (EJA); realizar e estimular a pesquisa e o trabalho como princípios e instrumentos educativos e a produção cultural.

Através dessas iniciativas o Campus objetiva estimular as iniciativas de cooperativismo, associativismo e economia solidária; desenvolver pesquisa-ação na área da educação profissional e tecnológica articulada ao trabalho de campo, visando à produção e difusão de conhecimento nas relações entre a escola e as comunidades rurais, a fim de estimular o respeito às diferenças na busca de inclusão de todos, valorizando a diversidade sociocultural e étnica dos povos do campo contribui para a criação de uma matriz científica e tecnológica da agricultura familiar e comunitária (IFPA/CRMB - PPP, 2010).

O CRMB vem avançando no âmbito dos projetos de extensão, como é possível citar, o Projeto Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Cooperativos e de Economia Solidária (ITCES), aprovado através do Edital 03/2016 da Pró-Reitoria de Extensão, com vigência entre 2016 e 2017, o qual teve a missão de promover as comunidades, ações que visassem a melhoria da produção e da gestão de empreendimentos cooperativos sob a perspectiva da economia solidária, com financiamento de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), com três bolsistas no valor de R\$ 260,00 (duzentos e sessenta) cada, por um período de cinco meses.

Segundo o relatório da coordenadora do projeto, o resultado das ações pode ser considerado como positivo, pois conseguiram capacitar mais de setenta pessoas das comunidades próximas ao CRMB. Neste sentido, a Incubadora tem buscado atuar com empreendimentos que têm a castanha do Brasil como um de seus produtos, a fim de melhorar a produção e rentabilidade para a comunidade nesse cultivo, embora esta ação ainda esteja em processo de construção, cuja verificação poderá ser melhor dimensionada na próxima safra. Agora com relação à produção do leite, no assentamento 26 de Março, foram realizados treinamentos e a comunidade está se integrando entre si e se mobilizando para formalizar o empreendimento, além da construção de outros projetos para captação de recursos, com o intuito de implantar laticínios, fatos que visam melhorar a qualidade da ordenha (IFPA/CRMB -ITCES, 2017).

Nessa direção, o currículo pedagógico do Campus traz vários elementos que se cruzam com a concepção de Moreira (2012), o qual defende que currículo é utilizado por diferentes sociedades e se constitui como instrumento desenvolvido em diferentes áreas de conhecimento com o intuito de transformação e renovação do conhecimento pedagógico e social.

Sobre o trabalho pedagógico é necessário ter uma visão de futuro numa perspectiva que possa desafiar os limites e possibilidades rumo ao alcance de um horizonte de bons resultados, de forma que atenda as perspectivas educacionais na valorização da escola e do desenvolvimento curricular para uma transformação social.

A seguir mostra-se uma lista de cursos oferecidos pelo Campus, alguns presenciais, outros a distância, além daqueles que foram realizados em outros municípios por meio de convênios, entre Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, Técnico Subsequente, Especialização e Graduação.

Tabela 1- Cursos oferecidos concluídos e em andamento

CURSOS	MODALIDADE	TIPO	DT. INÍCIO	DT. PREV. TÉRMINO	Número de Matrículas
TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA	ENSINO PRESENCIAL	TÉCNICO	27/10/2009	27/10/2012	98
EDUCAÇÃO DO CAMPO	ENSINO PRESENCIAL	LICENCIATURA	20/07/2009	20/07/2013	60
EDUCAÇÃO DO CAMPO, AGRICULTURA FAMILIAR E SUSTENTABILIDADE NA AMAZONIA	ENSINO PRESENCIAL	ESPEC. (LATO SENSU)	04/05/2009	15/12/2010	40
TÉCNICO EM RECURSOS PESQUEIROS	ENSINO PRESENCIAL	TÉCNICO	15/03/2011	29/11/2012	50
TÉCNICO EM INFORMÁTICA	ENSINO PRESENCIAL	TÉCNICO	15/03/2011	30/11/2012	50
TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA	ENSINO PRESENCIAL	TÉCNICO	05/08/2010	10/08/2013	50
EDUCAÇÃO DO CAMPO, AGROECOLOGIA E QUESTÕES PEDAGÓGICAS	ENSINO PRESENCIAL	ESPEC. (LATO SENSU)	14/10/2010	16/12/2011	40
TURISMO E HOSPITALIDADE	ENSINO PRESENCIAL	TÉCNICO	15/03/2011	29/11/2012	50
TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA	ENSINO PRESENCIAL	TÉCNICO	14/06/2011	28/06/2013	40
TÉCNICO EM AGROECOLOGIA	ENSINO PRESENCIAL	TÉCNICO	01/06/2011	30/06/2013	40
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO	ENSINO PRESENCIAL	LICENCIATURA	02/08/2011	21/12/2015	20
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO	ENSINO PRESENCIAL	LICENCIATURA	02/08/2011	21/12/2015	20
EDUCAÇÃO DO CAMPO, AGRICULTURA FAMILIAR E SUSTENTABILIDADE NA AMAZONIA	ENSINO PRESENCIAL	ESPEC. (LATO SENSU)	21/11/2011	29/11/2013	40
EDUCAÇÃO DO CAMPO, AGRICULTURA FAMILIAR E SUSTENTABILIDADE NA AMAZONIA	ENSINO PRESENCIAL	ESPEC. (LATO SENSU)	21/11/2011	29/11/2013	50
TÉCNICO EM AQUICULTURA	ENSINO A	TÉCNICO	01/12/2011	29/11/2013	50

	DISTÂNCIA				
TÉCNICO EM INFORMÁTICA	ENSINO A DISTÂNCIA	TÉCNICO	01/12/2011	29/11/2013	50
TÉCNICO EM SANEAMENTO	ENSINO A DISTÂNCIA	TÉCNICO	01/12/2011	29/11/2013	50
EDUCAÇÃO DO CAMPO, AGRICULTURA FAMILIAR E CURRÍCULO	ENSINO PRESENCIAL	ESPEC. (LATO SENSU)	07/12/2012	12/12/2014	40
ATENDENTE DE LANCHONETE	ENSINO PRESENCIAL	FORMAÇÃO INICIAL	05/02/2013	22/05/2013	50
TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA	ENSINO PRESENCIAL	TÉCNICO	10/03/2014	23/12/2016	240
MAGISTÉRIO INDÍGENA - PROJETO IBAOREBU DE ENSINO MÉDIO INTEGRADO MUNDURUKU	ENSINO PRESENCIAL	TÉCNICO	07/01/2013	18/12/2015	210
EDUCAÇÃO DO CAMPO, AGRICULTURA FAMILIAR E SUSTENTABILIDADE NA AMAZONIA	ENSINO PRESENCIAL	ESPEC. (LATO SENSU)	14/07/2014	30/07/2015	40
ARTESANATO BÁSICO	ENSINO PRESENCIAL	FORMAÇÃO CONTINUADA	19/09/2012	11/04/2013	40
BENEFICIAMENTO DE PRODUTOS	ENSINO PRESENCIAL	FORMAÇÃO CONTINUADA	17/10/2012	13/04/2013	40
TÉCNICO EM INFORMÁTICA	ENSINO A DISTÂNCIA	TÉCNICO	01/10/2014	30/11/2016	50
TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA	ENSINO PRESENCIAL	TÉCNICO	01/10/2015	01/12/2018	80
EDUCAÇÃO DO CAMPO, AGRICULTURA FAMILIAR E CURRÍCULO	ENSINO PRESENCIAL	ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)	01/01/2015	01/12/2016	40
EDUCAÇÃO DO CAMPO, AGRICULTURA FAMILIAR E SUSTENTABILIDADE NA AMAZONIA	ENSINO PRESENCIAL	ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)	01/01/2015	01/12/2016	40
TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA	ENSINO PRESENCIAL	TÉCNICO	01/05/2015	01/12/2016	40
EDUCAÇÃO DO CAMPO, AGRICULTURA FAMILIAR E CURRÍCULO	ENSINO PRESENCIAL	ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)	01/05/2015	01/12/2016	40
EDUCAÇÃO DO CAMPO, AGRICULTURA FAMILIAR E SUSTENTABILIDADE NA AMAZONIA	ENSINO PRESENCIAL	ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)	01/05/2015	01/12/2016	40
EDUCAÇÃO DO CAMPO, AGRICULTURA	ENSINO	ESPECIALIZAÇÃO	01/08/2015	01/12/2016	40

FAMILIAR E CURRÍCULO	PRESENCIAL	(LATO SENSU)			
EDUCAÇÃO DO CAMPO, AGRICULTURA FAMILIAR E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA	ENSINO PRESENCIAL	ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)	01/08/2015	01/12/2016	40
EDUCAÇÃO DO CAMPO, AGROECOLOGIA E QUESTÕES PEDAGÓGICAS	ENSINO PRESENCIAL	ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)	01/07/2015	01/12/2016	40
TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA	ENSINO PRESENCIAL	TÉCNICO	01/01/2015	01/07/2016	40
TÉCNICO EM AGROINDÚSTRIA	ENSINO PRESENCIAL	TÉCNICO	14/05/2016	14/1/2017	40
CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA EM AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA INTEGRADO AO ENSINO FUNDAMENTAL NA MODALIDADE EJA (PROEJA FIC)	ENSINO PRESENCIAL	FORMAÇÃO INICIAL	02/05/2016	02/05/2018	40
TÉCNICO EM AGROECOLOGIA	ENSINO PRESENCIAL	TÉCNICO	01/02/2013	01/12/2016	40
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ENSINO PRESENCIAL	TÉCNICO	01/01/2013	01/12/2016	50
SOMA TOTAL					2.118

FONTE: IFPA/CRMB - Secretaria Acadêmica do CRMB, 2017.

Ressalta-se que o foco do Campus é a educação do campo, com cursos diretamente voltados para o desenvolvimento rural sustentável, valorização da agricultura familiar utilizando-se de técnicas de manejo e produção agroecológicas. Esses cursos direcionados a outras áreas foram demandas por outros municípios e que o CRMB entrou como convênio, lembrando que a maioria dos cursos foram concluídos.

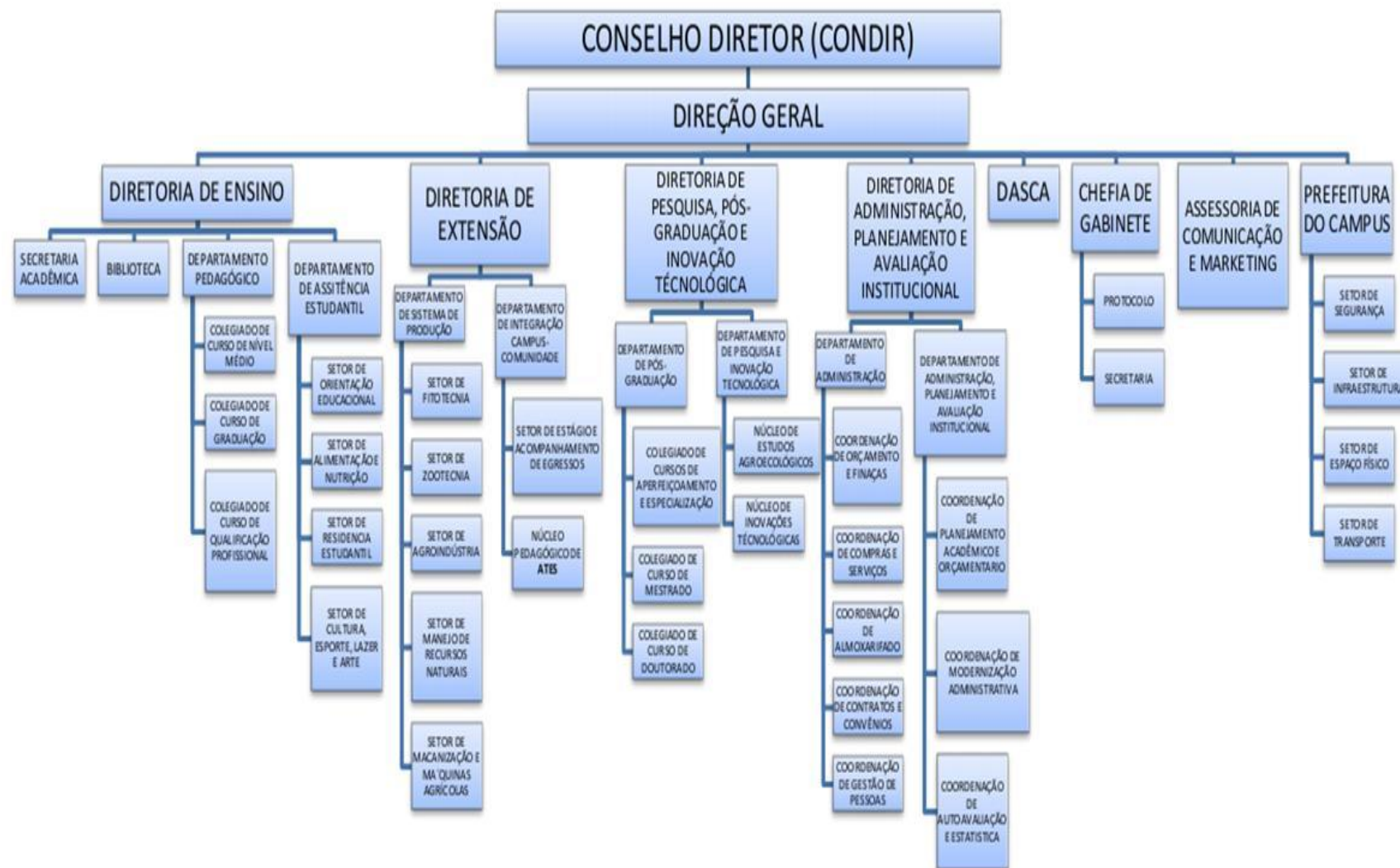
Vale à pena reiterar que isso tudo foi resultado de lutas dos movimentos sociais do Sudeste Paraense que se organizaram diante das demandas das famílias do campo, que emergiram a partir das experiências de educação formal e informal, coordenadas tanto por instituições estatais quanto pelos próprios sujeitos do campo, por meio de suas organizações sociais.

Atualmente o CRMB se constituiu como a primeira escola federal, cuja referência metodológica é a pedagogia da alternância, a qual considera os saberes culturais no processo formativo (IFPA/CRMB – PROJETO POLITICO PEDAGOGICO, 2010). Isso vem promovendo o estreitamento do diálogo entre escola e comunidade, de forma que ambas possam construir conhecimentos rumo a um sistema de produção agroecológico sustentável.

O Campus Rural de Marabá atende atualmente, na sede do Campus em regime de semi-internato (janeiro de 2017), duas turmas do Curso Técnicos em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, a Turma de 2014 que ingressou em março de 2014 e a Turma de 2015, e uma turma de subsequente com o Curso de Agroindústria, além de outros Cursos funcionando através de convênio/termo cooperação em outros Municípios do Sudeste Paraense, a exemplo de Piçarra, Itupiranga e Jacareacanga. Ressalta-se que o Campus já ofereceu diversos cursos tanto modalidade presencial como a distância como mostra no quadro anterior.

Vale lembrar que para que o Campus possa realizar todas as ações proposta é necessária uma estrutura composta de Diretorias de Ensino, Pesquisa, Extensão, Administração e outros Departamentos e Setores conforme apresentado no organograma abaixo.

Figura 2– Organograma Funcional do CRMB



FONTE: Arquivo Pessoal/2017.

É importante pontuar que essa estrutura que se apresenta é a ideal, porém nem todos esses setores apresentados estão em funcionamento e, alguns ainda estão em processo de estruturação.

2.2 EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO CAMPO E ALTERNÂNCIA PEDAGÓGICA

Sob a perspectiva da educação do campo, o Curso Técnico em Agropecuária do Campus Rural de Marabá tem como orientação metodológica a alternância pedagógica baseada na teoria freireana, dividindo em tempos e espaços diferentes a partir de duas grandes dimensões: Tempo-Espaço Escola/Acadêmico ⁴ e o Tempo-Espaço Comunidade ⁵.

A alternância pedagógica de acordo com autores como Caldart (2009); Molina (2009); Scalabrin (2008) é uma prática que teve início na década de 1930 na França, com a criação da primeira - *Maison Familiale Rurale* (MFR). Essa modalidade de ensino surgiu como uma alternativa de inclusão dos jovens do campo, com a possibilidade de não terem que desistir das suas atividades produtivas, no período que estivessem estudando. Nesse aspecto, um fator histórico importante que merece destaque, é a questão das duas grandes Guerras Mundiais, marcadas por crises econômicas e reconstrução política, cujo desenvolvimento industrial deixava de lado as demandas por investimentos no meio rural (NASCIMENTO, 2005; SILVA, 2003 e QUEIROZ, 2004).

É importante ressaltar que no Brasil as primeiras experiências com o ensino baseado na alternância pedagógica ocorreram no Estado do Espírito Santo na década de 1960, marcado por um contexto histórico radical, sob o comando da ditadura militar; nesse período os movimentos sociais eram perseguidos e seus líderes eram questionados, aprisionados, violentados e até mesmos extintos, como retaliação; segundo o discurso dos militares, o principal objetivo dos governantes era integrar o país ao capitalismo internacional sem “medir” as consequências para a sociedade (QUEIROZ, 2004).

Nesse contexto a alternância pedagógica, em nossa sociedade, é algo recente e tem se destacado principalmente na educação do campo, partindo da compreensão de que há uma nova possibilidade de ensino valorizando a construção de conhecimento. Nesse sentido, essa

⁴Período em que o educando fica na escola por um período aproximado de 30 dias em regime de semi-internato, que se organiza como um momento de distanciamento do cotidiano do educando (PPP, CRMB, 2010).

⁵ É o momento de vivência, da pesquisa, da experimentação e da resignificação dos conteúdos escolares e dos saberes/práticas tradicionais. Os estudantes investigam a realidade do meio familiar e comunitário em que vivem considerando as suas várias dimensões (histórica, econômica, cultural, social, educacional, ambiental e política), coletando informações que subsidiarão as atividades formativas no tempo escola (PPP, CRMB, 2010).

modalidade de educação é vista como estratégica para a concretização dos princípios que norteiam a educação do campo (SOBREIRA; SILVA, 2014). Com isso, vale destacar algumas experiências existentes no Brasil que utilizam essa metodologia de ensino, a exemplo tem-se as Escolas Família Agrícola (EFAs), Casas Familiares Rurais (CFRs) e Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAs) (SILVA, 2010).

No caso específico do CRMB, o ensino é organizado em ciclos e sob a modalidade da alternância pedagógica, caracterizada por uma didática que envolve em uma mesma unidade metodológica, o tempo escola e o tempo comunidade. Nesse aspecto, o ensino para Jacomini (2009) torna-se uma modalidade determinada por processos educativos que devem ser organizados e planejados para ser efetivado em um período que possa atender às demandas ligadas à aprendizagem dos estudantes em suas várias dimensões.

A alternância pedagógica no CRMB, ao longo dos sete anos de existência do Campus, tem em sua dinâmica um grande desafio como consta no depoimento de um de seus docentes: “essa realidade de ensino do CRMB é uma proposta muito interessante, mas precisa ser repensada, no meu olhar não está tendo êxito, uma vez que o espaço de tempo de aproximadamente 30 dias que o estudante fica na comunidade, se apresenta como uma desmotivação para o estudante, implicando nos altos índices de reprovação e evasão escolar”. Essa desmotivação é uma realidade preocupante como se constata através da fala de um dos educandos,

O tempo comunidade quebra muito o nosso ritmo; o professor passa atividade para casa, mas não é comparado aos daqui da escola. Trabalhando em casa com seus pais, com o que for, mas não é a mesma coisa que estudar. Aí volta novamente prá escola, não vai ter o mesmo ritmo; vai ter desacelerado sua mente; vai tá mais lenta né?

(...) a rotina é diferente da comunidade que eu estudava; não era ruim, era muito diferente; apenas quatro aulas por dia, apenas; e aqui tem também que acordar cedo aí vai estudar das oito às 17 horas; é um pouco complicado né, prá quem não está acostumado e quanto ao tempo comunidade, infelizmente, no meu lote (...), não tô tendo acompanhamento.

As causas dessa desmotivação podem estar associadas a uma série de fatores, tanto internos quanto do histórico cultural dos educandos que vivem em um ambiente familiar sem as cobranças e exigências que se tem no Campus, onde há a necessidade de dedicação exclusiva por parte dos educandos, em decorrência da modalidade de ensino, quando ocorrem atividades acadêmicas e práticas intensas de ensino teórico e de atividades pedagógicas, como: seminários, provas avaliativas, dentre outras atividades que na maioria das vezes são solicitadas para serem realizadas em curto período de tempo. Essa realidade exige dos

educandos empenho para desenvolver as diferentes atividades a cada dia, a fim de obterem bons rendimentos; isso causa sobrecarga de estudos podendo e em consequência stress e outros problemas de saúde. No próximo item serão abordadas questões específicas do ensino técnico integrado ao ensino médio realizado no CRMB, para os povos do campo.

2.3 CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA: INTEGRANDO ENSINO MÉDIO PROFISSIONAL À EDUCAÇÃO DO CAMPO

A educação agrícola surgiu no período colonial, na época, os trabalhadores foram inseridos para realizarem as atividades produtivas que consistiam na exploração extrativista de ouro e pau-brasil, posteriormente se ampliou para a produção em escala extensiva e sob a forma de monocultivo, como cana-de-açúcar, fumo, algodão dentre outros (OLIVEIRA, 2007). Nesse contexto, a produção era direcionada para o abastecimento da Europa, em especial, para Portugal, com utilização da mão de obra escrava, o que se caracterizava pelo mercantilismo agroexportador (MARINHO, 2016).

O ensino agrícola, na Primeira República, no ano de 1906, passou ser de responsabilidade do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, órgão recém-criado pelo governo, tendo como uma de suas políticas, o ensino agrícola com a finalidade de atender o mercado de trabalho.

A regulamentação do ensino agrícola no Brasil se deu inicialmente através do Decreto nº 8.319 de 1910, como aponta Sobral (2009). Nesse período não havia uma orientação governamental, embora tenham sido formalizadas por meio de aprendizagens agrícolas, seguido dos patronatos agrícolas. Estas eram direcionadas a filhos de agricultores com idades compreendidas entre 14 e 18 anos, com uma educação voltada para o trabalho no setor agrícola. Também se implantou o ensino agrícola superior, destinados aos filhos da elite da época.

No Pará, o Patronato Agrícola Manoel Barata situou-se no Distrito de Outeiro – Belém, sob a influência do extrativismo da borracha⁶, cujas regras foram estabelecidas pelo Decreto Federal n. 15.149, em dezembro de 1921.

⁶ Sobre o período auge da Borracha Borges (1983, p.72-73) apontam os efeitos da época para a sociedade paraense [...]lótima a situação financeira e em firme progressão dos Estados do Pará e Amazonas privilegiados com seringais nativos e exploração da borracha, cujo opulento comércio internacional criaram e dominaram sem competidor .Exportação iniciada em 1827, com 31 toneladas, elevadas no governo Lauro Sodré (1891-1896), de 16 e 20 mil toneladas [...] já então a borracha proporcionara à Amazônia a abertura de seus portos à navegação e comércio das nações, intensa migração nacional e estrangeira, grande frota fluvial a vapor e considerável

Assim, as primeiras escolas de educação agrícola eram direcionadas aos filhos de agricultores, pois na época havia uma crença de que se devia “aprender a fazer fazendo”. Daí se originou a escola-fazenda. Sobre estas, Tavares (2004) aponta que apresentava quatro espaços diferentes de aprendizagem: sala de aula, voltado para o estudo teóricos gerais e específicos do curso; aulas práticas no laboratório através dos projetos de produção agropecuária; Programa Agrícola Orientado (PAO). Essas atividades eram realizadas de forma individual ou em grupo como exemplo da produção sob o regime de Cooperativa Escolar Agrícola (COOP), que tinha como propósito a cooperação visando o desenvolvimento coletivo.

No entanto, como as transformações no setor agrícola devido à introdução da ciência e da tecnologia que passaram a modificar os processos produtivos, como a mecanização agrícola e inúmeras inovações tecnológicas, além dos insumos introduzidos e incorporados na produção; todos esses fatores têm contribuindo para a expansão do capital e da agricultura empresarial e em consequência dá-se por meio do êxodo rural, pois a utilização da máquina substitui a mão de obra humana, além de qualificação profissional para operá-las. Diante dessa nova realidade tem se intensificando as discussões e estratégias para o ensino agrícola (BRASIL, 2009).

O Seminário Nacional do Ensino Agrícola da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que ocorreu em 2008, marcou como uma iniciativa do Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica e pela Diretoria de Formulação de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica. Esse evento contou com a participação de diversos atores sociais que discutiram sobre a importância da (re)significação do ensino agrícola, tendo em vista as transformações que ocorreram nessa área, culminado com a necessidade de reestruturação da modalidade de ensino tecnológico (BRASIL, 2009).

Em meio aos incentivos governamentais para o modelo agroexportador, o meio ambiente encontra-se cada vez ameaçado pelo uso de produtos químicos nocivos ao meio ambiente. No tocante a essa discussão, percebe-se a necessidade imediata de as escolas técnicas agrícolas focarem-se na construção de propostas de um novo currículo, articulado para o fortalecimento da agricultura familiar camponesa, orientado para a formação integral da educação. Nessa perspectiva um dado importante no ensino agrícola foi marcado pela

aprovação do Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946, a “Lei Orgânica do Ensino Agrícola” que instituiu o curso de nível médio (SOBRAL, 2009).

Com o avanço da globalização e internacionalização da economia, todos os setores econômicos vêm passando por intensas mudanças em decorrência das transformações tecnológicas que são cada vez mais inseridas na produção agrícola e diante dessa nova realidade, Leite (2005) aponta que o ensino agrícola precisa acompanhar essas mudanças, a fim de instrumentalizar os alunos para enfrentar os desafios de uma agricultura ameaçada pelo processo de globalização e mecanização agrícola.

O processo de globalização da economia tem gerados efeitos para a produção agrícola e, por sua vez, para o próprio ensino agrícola que precisa se adequar ao atual momento histórico, a fim de construir estratégias do fortalecimento da agricultura familiar no âmbito da sustentabilidade ambiental, uma vez que as empresas agroexportadoras lançam mão de todos os recursos, produtos e maquinários possíveis capazes de gerar lucratividade sem uma preocupação com os recursos ambientais que são impactados pelo uso de mecanismos nocivos ao meio ambiente.

Nesse espaço de discussão e debates sobre a necessidade de reestruturação da educação agrícola, surgiu a vertente da educação do campo, como uma área própria de conhecimento, tendo um papel fundamental para a formação no âmbito do CRMB, uma vez que o mesmo tem a missão de formar profissionais para atuarem em suas comunidades, sob a ótica da valorização da agricultura familiar numa perspectiva agroecológica.

A reflexão sobre a educação do campo torna-se uma exigência para formar profissionais visando acumular forças para o desenvolvimento do campo sob uma visão de seus próprios sujeitos. A educação do campo é indissociável da reflexão sobre a constituição de um modelo de desenvolvimento e de um novo papel para o campo (MOLINA, 2002). Ela tem como princípio básico desconstruir o imaginário coletivo sobre a relação hierárquica entre campo e cidade, ou seja, do campo como lugar de atraso.

Nesse contexto, é preciso que a educação do campo seja específica e diferenciada, isto é, alternativa. Mas, sobretudo, deve ser educação no sentido amplo de processo de formação humana, que constrói referências culturais e políticas para a intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade, visando à humanidade mais plena e feliz (KOLLING et al, 1999).

Assim, a partir da especificidade do campo e do seu público, cujo objetivo é qualificar jovens e adultos, através da alternância pedagógica entre práticas e teorias científicas, e

valorizar o saber popular dos educandos no processo de aprendizagem. Nessa direção, Leite apud Antônio et al (2007, p. 2), afirma:

A educação rural no Brasil, por motivos sócio-culturais, sempre foi relegada a planos inferiores e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária, conhecida popularmente na expressão: “gente da roça não carece de estudos. Isso é coisa de gente da cidade.

Contra esses princípios ideológicos de que a educação do campo deve ser renegada, o CRMB tem como objetivo a formação técnica de qualidade dos jovens e adultos camponeses, uma vez que busca fomentar a formação acadêmica, a partir da produção de conhecimentos, em que os educandos estejam no centro da educação, para que possam atender suas próprias demandas, fortalecendo suas culturas e promovendo a integração entre eles.

Partindo desse princípio, verifica-se que o CRMB tem como política de educação do campo a inclusão social dos povos do campo, que no geral têm dificuldade de acessar educação de qualidade. No caso deste Campus, o orçamento da assistência estudantil tem buscado proporcionar aos estudantes oriundos do campo, condições de permanência e de qualidade para melhorar o processo de ensino-aprendizagem, no que se refere à estadia, alimentação e material didático, porém segundo depoimento de uma das pessoas entrevistadas, um dos maiores entraves está relacionado ao fato do “orçamento da assistência estudantil, [que] não é suficiente para atender a demanda, ficamos limitado a algumas ações”.

É nesse sentido que o CRMB tem como missão, ofertar uma formação para a elevação da escolaridade dos sujeitos do campo, com a produção de conhecimentos de forma a auxiliar no desenvolvimento da agricultura familiar e camponesa na região Sudeste do Estado do Pará, bem como, a organização do processo de escolarização do ensino médio, profissional-tecnológico desenvolvido pelo CRMB.

O respeito às diversidades e valores culturais de cada comunidade são fundamentais para o fortalecimento de uma educação do campo pautada nos princípios agroecológicos, valorizando e respeitando a natureza, uma vez que no geral os povos do campo têm sua atividade voltada para a produção da agricultura familiar.

Conforme a Constituição Federal de 1988, no Art.205: a “educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Entende-se que a conquista por garantias de direitos, voltada a uma educação de qualidade é fruto das lutas da classe trabalhadora. No caso específico, os trabalhadores do campo não têm acesso a uma educação do/no campo de qualidade e adequado a essa sociedade (PEREIRA; HERKENHOFF, 2011). Parte-se deste pressuposto para compreender a problemática que envolve essa realidade a fim de poder traçar novos desafios em busca de resposta em relação aos problemas decorrentes da retenção, reprovação e evasão de educandos do Campus Marabá.

Assim, é importante entender o próprio contexto do Sudeste Paraense para pensar na educação do campo no âmbito do Campus Rural de Marabá, principalmente quando se busca pensar soluções para os problemas de retenção dos educandos. Nessa direção, a seguir apresenta-se uma síntese sobre o Curso Técnico em Agropecuária.

2.4 PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC) TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO

Com relação à política dos processos seletivos para ingresso aos Cursos Técnicos em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio do CRMB Turma de 2014, os candidatos tiveram que ser submetidos às regulamentações através de edital público específico, em que constava a caracterização do público participante, bem como os requisitos em que os quais precisam ter, o perfil de pertencimento ao campo e/ou relação direta a atuação profissional com os sujeitos do campo, dentre outros (IFPA/CRMB – PPP, 2010).

Como uma das etapas dos processos seletivos a prioridade eram os jovens trabalhadores e trabalhadoras do campo, com isso alguns aspectos e critérios de inserção foram necessários como informado no IFPA/CRMB – PPP, 2010 p. 54 e destacados a seguir:

- ✓ comprovar ser oriundo do campo, identificando-se como pertencente a uma das categorias dos povos do campo, tais como, agricultores familiares, camponeses, agro-extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais, ribeirinhos e trabalhadores rurais assalariados sindicalizados. Essa comprovação poderá ser realizada através da (a) auto-identificação, a partir da análise de memorial, e da apresentação de (b) carta de recomendação da organização social de seu pertencimento na comunidade ou dos movimentos sociais e sindicais do campo ou declaração/documento da instituição governamental executora da reforma agrária;
- ✓ Apresentar documentação de validação da conclusão do ensino fundamental ou médio, conforme o caso;
- ✓ No processo seleção dos candidatos será observado o critério à equidade de gênero;
- ✓ O candidato será submetido a uma avaliação presencial, cujos instrumentos e regras serão estabelecidos em edital público do processo seletivo.

O CRMB preocupado com a inclusão dos povos do campo no Curso Técnico em Agropecuária vem desde a primeira turma do Curso, estabelecendo regras para a participação dos mesmos no processo seletivo e, conforme os desdobramentos avanços e limitações observadas durante a execução do curso são elaborados novas estratégias para os processos de acesso ao curso, como forma de garantir prioritariamente a participação e inclusão dos povos do campo entre aqueles já mencionados acima.

Como se observa, a participação dos movimentos sociais nesses processos seletivos é de grande importância e, os mesmos contribuem diretamente no fortalecimento da inclusão dos jovens do campo, no Curso Técnico Profissionalizante voltado para o ensino agrícola. Através das mobilizações feitas pelos movimentos sociais nas comunidades é enfatizada a importância da educação do/no campo voltada para os povos do campo. Nesse sentido, a relação do movimento social com a educação, ocorre através de ações práticas no interior da sua própria forma de organização política ideológica (GOHN, 2011).

Nesse aspecto vale à pena apresentar sinteticamente as principais etapas dos processos seletivos das turmas do CTA investigadas: a Turma de 2014 seguiu-se orientações do IFPA, matrícula pelo site do IFPA e prova objetiva, utilizando cartão resposta e, se inscreveram no processo 320 (trezentos e vinte) pessoas, sendo que a nota de corte foi muito baixa e, apenas 295 (duzentos e noventa e cinco) foram matriculados isso depois de várias chamadas, pois um grande número de aprovados não compareciam ao CRMB para realizarem a matrícula.

Já a turma de 2015, o processo seletivo inicialmente foi através de orientações internas do CRMB, diante das problemáticas relacionadas a vários fatores como indisciplina, relacionamentos interpessoais, reprovações, evasão escolar dentre outras dificuldades vivenciadas na turma anterior optou-se por realizar as inscrições no próprio Campus e nas Secretarias Municipais de Educação nos Municípios de base do Campus, seguido da prova de redação e entrevista individual, esta com o caráter investigativo e eliminatório com o intuito de perceber se realmente aquele(a) candidato(a) pertencia ao grupo de público alvo de educandos do CRMB. É importante pontuar que as formas de seleção em parte, foram se diferenciando de uma turma da outra, levando em consideração o real objetivo e missão do CRMB, em atender prioritariamente os povos do campo.

É importante enfatizar que muitos dos educandos do CTA, fazem parte dos movimentos sociais, e alguns inclusive são líderes dos movimentos sociais e exercem forte influência sobre os demais colegas. A participação da liderança dos movimentos sociais e outras entidades e/ou organizações a exemplo a Comissão Pastoral da Terra (CPT) ocupam

um espaço importante no processo democrático e participam efetivamente dos processos de decisões do Campus principalmente do Conselho Diretor em que são demandadas situações diversas e neste Conselho é avaliado, votado e encaminhado para a apreciação do CONSUP, quando necessário para as devidas providências.

Nesse sentido, o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agropecuária, reformulado em 2017, procurou responder a necessidade de revisão segundo os problemas identificados nas experiências vivenciadas com as turmas de educados já formados. Assim, se processou uma avaliação em diferentes momentos: em planejamentos, reuniões, socializações, bem como, dados da pesquisa sócio-antropológica e demais materiais que subsidiaram para a reelaboração desse PPC e sua matriz curricular (IFPA/CRMB – PROJETO PEDAGOGICO DE CURSO, 2017), como se observa em alguns apontamentos sobre a construção do PCC do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio:

(...) ementas dos componentes curriculares foram reformuladas e as cargas horárias revisadas, de modo fortalecer a relação entre ensino, pesquisa e extensão, teoria e prática nas unidades experimentais ensino-pesquisa-extensão desenvolvidas no Campus Rural de Marabá e os diferentes tempos e espaços formativos nos tempos-escola e comunidade, com vistas a garantir a qualidade do ensino no referido curso.

(...) No decorrer do processo formativo da primeira turma do referido curso experimentamos uma proposta curricular organizada em eixos temáticos, ciclos e alternância pedagógica constituída em tempos e espaços formativos na escola, nas unidades integradas de ensino-pesquisa-extensão (UNIEPES) e nos lotes das famílias, no qual manteremos a mesma proposta. Esse processo oportunizou avaliarmos a forma de organização da matriz curricular e propor mudanças que qualificam a formação dos técnicos agrícolas (PPC, CTA/CRMB, 2017, p.5).

O Projeto Político Pedagógico (PPP) do CRMB, traduz esses anseios de formar e qualificar os povos do campo, a fim de organizar os seus territórios para a própria existência, prioritariamente nas áreas da educação profissional, tecnológica e humanística, através de processos formativos integrados e na perspectiva intercultural, articulando áreas do conhecimento e os diversos saberes, visando à formação humana e profissional por meio de diferentes práticas, considerando os tempos e os espaços pedagógicos (IFPA/CRMB – PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2010).

No PPC do curso técnico em agropecuária integrado ao ensino médio, a metodologia de ensino é caracterizada por ações presenciais e não presenciais do educando, as quais são denominadas de tempo escola e tempo comunidade. A cada tempo escola, busca-se aproveitar para realizar procedimento da pesquisa que exijam a presença e vivência dos educandos no Campus Rural de Marabá.

Conforme o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio do CRMB (p, 23, 2017), o mesmo funciona da seguinte forma:

(...) em regime integral, sendo ofertadas anualmente 80 vagas, prioritariamente, aos jovens do campo (agricultores, quilombolas, indígenas, extrativistas, ribeirinhos, entre outros). O referido curso tem uma carga horária Total de 3.600 horas relógio referente ao Percurso Formativo envolvendo base comum, técnica e profissionalizante, estágio profissional e projeto integrador, conforme especificado no (quadro 4) da Matriz curricular.

Verifica-se que o Curso possui uma carga horária extensa e requer dos educandos muita dedicação e compromisso. Nesse sentido, o sistema de ensino do CRMB tem o caráter regular organizado em ciclos e o currículo está organizado em eixo temático, em regime de alternância pedagógica composto por tempos e espaços formativos na escola e na comunidade, sendo que o tempo escola funciona em regime de semi-internato, em que os estudantes permanecem por cerca de 30 dias na escola, estudando no período matutino, vespertino e noturno com carga horária diária de até 10 horas e aproximadamente 30 dias na comunidade onde residem (nos lotes), de modo que a carga horária de cada tempo escola é de cerca de 260 horas por tempo escola conforme aponta o IFPA/CRMB – Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agropecuária, 2014, p.5,

as atividades do Campus devem estar em sintonia com a consolidação e o fortalecimento das potencialidades sociais, ambientais, culturais e econômicas dos arranjos produtivos de âmbito local e regional, privilegiando os mecanismos de desenvolvimento sustentável, estimulando a preservação da biodiversidade e realizando a pesquisa aplicada com vistas à geração e a difusão de conhecimento disponibilizando para a sociedade as conquistas e os benefícios, na perspectiva da cidadania e da inclusão social.

Dessa forma, o investimento na educação profissional e tecnológica das famílias camponesas, em especial, dos jovens do campo, se fundamenta a partir da qualificação de técnicos para que após a formação possam atuar no campo, preferencialmente em seus assentamentos e ou comunidades de origem, os quais irão ter uma visão crítica sobre o modelo tecnológico da chamada “Revolução Verde”, ou seja, da homogeneização extrema dos agroecossistemas locais, buscando sua artificialização por meio da utilização de insumos químicos, mecânicos e genéticos de origem industrial e a partir desse olhar crítico, possa ser evidenciado no projeto agroecológico, é de suma importância para as comunidades que tem sua atividade voltada para a agricultura familiar (IFPA/CRMB -PPP, 2010).

Levando-se em consideração tal objetivo, conforme o PPP do CRMB deve-se fundamentar a prática de ensino da instituição no regime de alternância pedagógica baseada

na teoria freireana, a qual propõe que se deve ouvir a voz dos sujeitos valorizando o saber popular para poder construir e planejar as ações educativas de formação dos educandos.

É nessa direção que Veiga apud IFPA/CRMB-PPP 2010, p.5, aponta que: “na dimensão da pedagogia reside à possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo”, a fim de valorizar o saber popular dos educandos, a partir de suas experiências na sua comunidade e através de um processo democrático, com eixo a inserção e participação deles nos espaços de avaliação e planejamento, contribuindo numa perspectiva construtiva para garantir a eficácia e a eficiência das ações e atividades voltadas para eles.

Ressalva-se, ainda, que a proposta do CRMB é valorizar a cultura das comunidades, às quais os educandos pertencem, na perspectiva da construção de conhecimento, fortalecendo a prática desenvolvida na comunidade, observando as potencialidades a partir do saber empírico, baseado na experiência, no senso comum, nas práticas e costumes relacionados com o técnico científico na construção das práticas educativas.

Neste caso a política pedagógica do Campus visa formar os filhos dos agricultores, de modo a continuarem trabalhando na sua terra, porém de forma qualificada a partir do que aprenderam no Curso Técnico em Agropecuária, ressignificando seus saberes em face da troca de conhecimento para a sua comunidade, com objetivo de desenvolvê-la, seguindo caminhos da agroecologia.

Nessa direção, à educação profissional e tecnológica integrada à educação do campo, desenvolvida pelo CRMB, se realiza por meio de projetos pedagógicos e curriculares específicos, respeitando os preceitos da legislação da educação brasileira, valorizando os povos do campo como sujeitos de direitos, aos quais devem garantir uma educação do campo de qualidade (IFPA/CRMB - PPP, 2010).

Desse modo, o Campus por meio do corpo docente e técnicos administrativos, se empenha para oferecer aos educandos condições para que os mesmos possam ter a plenitude acadêmica e com isso, periodicamente os métodos utilizados são discutidos nos planejamentos com o propósito de levantar soluções para as problemáticas que são vivenciadas no percurso formativo dos mesmos.

3 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E AS INTERFACES DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Para entender a assistência estudantil, situamo-la no campo da política social em acordo com Behring (2012, p.169) ao entender que “... a política social não é uma estratégia exclusivamente econômica, mas também política no sentido da legitimação e controle dos trabalhadores...”, se busca responder questões em diferentes campos sociais enquanto componente da regulação societal. Portanto, está relacionada aos problemas e condições sociais, no que tange as várias formas de atuação governamental a fim de mitigar as necessidades sociais.

As políticas sociais surgem de forma gradual e diferenciam-se em face das diferentes formações sócio-históricas, uma vez que resulta do enfrentamento entre as forças sociais na relação com o Estado. Nessa perspectiva, um fator importante é que no final do século XIX o Estado capitalista passou a assumir de forma mais abrangente, ações de cunho social como obrigatoriedade (BERHRING, 2009).

Nessa direção, o acesso à educação de qualidade é um direito social, e por meio das políticas sociais traduz-se como respostas aos desdobramentos dos problemas sociais, que se explica em face dos processos de exploração do capital sobre o trabalho em seus diversos enfoques (BERHRING, 2009).

Nessa mesma linha de pensamento, Faleiros (2013) aponta que as políticas sociais são estruturas e estão diretamente ligadas às formas de articulação entre processos políticos e econômicos decorrentes das relações de trabalho e que por meio das políticas sociais é possível perceber a reprodução da força de trabalho.

Neste campo, ao se dar destaque a política de assistência estudantil, observa-se de acordo com Boschetti (2003), que esta pode ser encontrada em textos constitucionais desde 1934. A autora menciona que os orçamentos financeiros dirigidos ao auxílio a estudantes carentes são colocados por meio de bolsas de estudo, instrumentais escolares, alimentação e cuidado dentário.

Na Constituição Federal de 1946, conforme previsto no Art. 172 “cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar”. Nota-se que há um avanço ao citar, além dos auxílios já descritos, como obrigação a garantia da eficiência escolar dos serviços de assistência ao estudante necessitado.

Neste particular, elucidam-se os direcionamentos em relação à política como direito, o que se traduz por meio de uma ação profissional; faz-se referência ao profissional de serviço social que se coloca no âmbito da garantia, pois traz como responsabilidade, aliado a uma combinação complexa, a ética da inclusão social e política, considerando as dimensões pessoais, subjetivas, valorização do humano e da humanidade (FALEIROS, 2013).

Dessa maneira, conforme consta na Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional (LDBEN) de 1961 (BRASIL, 2017), a assistência ao educando como um direito e no decorrer de décadas foi legitimado. Assim, a mais nova Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) é fruto dessa trajetória de debates, discussões e afirmação de um sujeito político, como se observa nas conferências e encontros sobre a temática (BRASIL, 2016), como é possível verificar a seguir quando se aborda a trajetória de luta e conquistas dos estudantes.

3.1 A LUTA DOS ESTUDANTES EM PROL DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Ao longo da história, os estudantes têm conquistado direitos sociais que transcorrem os diferentes momentos, os quais repercutem em avanços em termos de enfrentamentos a forças policiais retrógradas em diferentes épocas, apoiados ou não por entidades e associações representativas, defendem princípios de igualdade na garantia de direitos.

Na Europa do século XIX, os jovens estudantes lutavam pela unificação alemã, organizavam-se secretamente utilizando códigos próprios e, inclusive, hinos relacionados às próprias reivindicações. Na Rússia, czaristas, estudantes anarquistas realizavam atentados contra autoridades do país, havendo até mesmo episódios com casos de homicídios. (ARAÚJO, 2007).

Em 1968 um grupo de estudantes franceses organizou o movimento chamado de “a imaginação do poder é proibido proibir”, fato este que se alastrou por outros países caracterizando os estudantes como protagonistas políticos do século XX. Esse movimento demonstrava o desejo de mudar o mundo, ao mesmo tempo em que os estudantes se encontravam insatisfeitos aos ditames do governo ocidental, que pregava a moralidade e a manutenção dos bons costumes (ARAÚJO, 2007).

As manifestações em suas diversas reivindicações expandiram-se pelo mundo. Nos Estados Unidos, por exemplo, nas décadas de 60 e 70, os estudantes universitários deram início a um vigoroso movimento contra a Guerra do Vietnã. Eles defendiam um novo estilo de viver baseado na paz e no amor. Nesse mesmo período, os jovens universitários da América

Latina lutavam contra a Ditadura Militar e muitos deixavam de estudar para se unir à luta armada, chegando a perderem suas vidas (ARAÚJO, 2007).

Na luta pela garantia da assistência estudantil, na década de 90, ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso, os estudantes, por meio do movimento estudantil, lutavam contra a ofensiva neoliberal e contra a precarização das universidades brasileiras. No período de 2003 a 2010, a União Nacional dos Estudantes (UNEs) conseguiu obter indicadores sobre as condições socioeconômicas dos estudantes dos Institutos Federais de Ensino Superior (IFES) e, com base nesses dados pressionaram e foram apoiados, pelo então presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, que favoreceu a aprovação do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), em dezembro de 2007, para além das universidades (FONAPRECE, 2012). Eles criticavam o modelo de ensino e exigiam o redimensionamento do ensino técnico dessa instituição, o que acarretou em uma mobilização ainda de determinados segmentos desta instituição e, em consequência, sua reestruturação.

Nesse sentido, a luta estudantil vem obtendo conquistas ao longo de décadas, ressaltando que as reivindicações se estendem não somente às Universidades como também aos Institutos Federais em prol de melhorias em todos os aspectos de funcionamento do ensino público brasileiro.

3.2 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA PERSPECTIVA DOS DIRIGENTES INSTITUCIONAIS

As lutas pela melhoria dos investimentos na educação se fortaleceram por meio de reivindicações dos movimentos sociais e de instituições que se sensibilizam em face da necessidade de garantir a educação para todos. A redemocratização do país, no ano de 1980, evidenciou a União Nacional dos Estudantes (UNE), Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e o Fórum Nacional de Pró-Reitores e Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) como sujeitos coletivos na luta pela assistência estudantil como um direito de cidadania e política pública de fundamental importância à formação dos estudantes (BAQUEIRO, 2015).

Na realidade brasileira, observou-se que em 1987 criou-se o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), congregando pró-reitores, sub-reitores, decanos ou responsáveis por assuntos comunitários e estudantis das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas do Brasil, com cinquenta e nove IFES representadas. Este fórum visou atender demandas da sociedade, e, especificamente, da juventude universitária.

Assim, houve participações das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste, articulando as universidades federais. Nesse sentido, ao pensar em um país de dimensão continental, houve a necessidade de um diálogo em face das diversidades.

Os principais objetivos foram unificados em torno do estabelecimento de políticas e normas que possibilitassem articulação para o provimento de atividades comuns, visando atender questões comunitárias e estudantis, em nível regional e nacional; também implicava em assessorar permanentemente a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES); participar e lutar em prol de uma educação pública de qualidade; realizar e apoiar estudos e pesquisas na área de sua competência e difundi-las por meio de congressos, conferências, seminários e outros eventos com essa natureza (FONAPRECE, 2012).

As ações como a ampliação de vagas e o combate à evasão, em que se destacou o FIES, Lei nº 10.260/2001, o SINAES – Lei nº 10.861 de abril de 2004; o Plano de Desenvolvimento da Educação Nacional (PDE) – 2007, pelo programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) – Decreto nº 6.096/2007, o FIES e, finalmente, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) – Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007 (BRASIL, 2016) visam atender as demandas reprimidas por expansão e, ao mesmo tempo, inclusão social no ensino superior.

Sob o Decreto no 7.234/2010, o PNAES torna-se responsável em normalizar e orientar as ações da Assistência Estudantil dos Institutos Federais do Brasil, mas restritas ao ensino superior. Assim, no âmbito do Instituto Federal do Pará foi necessário estender essa política com o objetivo de atender discentes do ensino médio, criando assim a normativa 134-CONSUP/2012, que delibera sobre ações para o ensino técnico/médio, mantendo os objetivos e as diretrizes do Decreto que regulamenta as ações de assistência estudantil e, em 2016, foi aprovado pelo Conselho Superior do IFPA a Resolução 147-CONSUP/2016, com novas adaptações sem ferir o Decreto já citado, mantendo a garantia dos direitos estudantis como prevê essa legislação (BAQUEIRO, 2015).

A discussão sobre essa temática vem obtendo variadas facetas com diferentes justificativas, mas se vê que a reforma da educação na década 2000 possibilitou o aumento de vagas do ensino superior, trazendo como efeito dessa ampliação a inserção de categorias sociais até então excluídas do ensino superior. A política de cotas é um exemplo, assim como, a educação para a reforma agrária.

Com a inserção desses sujeitos houve a necessidade de se criar ações específicas para a manutenção destes em face dos problemas como a evasão e a falta de condições para a permanência destes discentes provenientes das classes populares. Desse modo, a assistência estudantil passou obter um novo significado na medida em que se revestiu de novos conceitos na garantia de condições para a permanência dos discentes, com a finalidade de possibilitar meios para que estes possam concluir suas trajetórias formativas nos diferentes cursos (BAQUEIRO, 2015).

Para autores como Cislagui e Silva (2012), a Assistência Estudantil visa combater as desigualdades sociais, alargando o processo de democratização do acesso e permanência dos jovens no ensino superior público federal, baseado na Portaria nº 39/2007. De acordo com essa normativa, a assistência estudantil abrange as áreas da moradia, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico.

3.3 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ÂMBITO DO CAMPUS RURAL DE MARABÁ/IFPA

Na realidade do Instituto Federal do Pará – Campus Rural de Marabá, realiza-se as atividades da assistência estudantil por meio dos instrumentais legais, os quais dirimem as diretrizes para o seu funcionamento e tem como principal objetivo garantir a permanência dos educandos nos cursos, com isso o orçamento da assistência estudantil possibilita aos educandos oriundos do campo, em especial, do Sudeste do Pará, condições que favorecem o aprendizado na formação profissional plena.

A assistência estudantil no CRMB é de fundamental importância, uma vez que se trata de uma educação diferenciada da convencional, e isso se observa no depoimento de alguns educandos participantes do Focal B, quando foi perguntado se eles conseguiriam estudar no Campus Rural sem o subsídio da assistência estudantil “não, a minha família não teria condições financeiras de me manter neste campus, moro a quase 200 km daqui, e como eu ia fazer pra vim e voltar todos os dias? Impossível!”, o segundo participante acrescenta dizendo que,

o custo é muito grande, passagens, comida, se me cobrarem qualquer taxa eu não tenho como pagar, as vezes é preciso até pedir passagens para os meus parentes, o que ganho aqui de passagem, não supri as necessidades, principalmente quando tem feriados que somos dispensados e temos que voltar logo depois.

Vale lembrar que, com base em consultas aos dados socioeconômicos destes educandos, constatou-se que a maioria se encontra em condições de vulnerabilidade social (IFPA/CRMB - SERVIÇO SOCIAL, 2016) e, isso se caracteriza como um dos fatores

fundamentais para que o Campus, por meio do orçamento da assistência estudantil, subsidia parte das condições que contribuem para a permanência dos educandos no curso. Com isso, destaca-se que esses recursos possibilitaram a grande maioria dos educandos manterem-se em seus cursos, o contrário disso acarretaria em um quadro ainda maior de evasão escolar, como se comprova no depoimento de um dos educandos participante do Grupo Focal B: “Sem esses subsídios que o Campus nos oferece, de alimentação, alojamento, materiais didáticos e auxílio transporte, a minha família não teria como me sustentar para vim todos os dias e me manter nesse Campus”.

Diante dessa realidade, a política estudantil tem se colocado como um mecanismo para ofertar condições necessárias à permanência dos discentes nos processos formativos, o que vai ao encontro da missão do IFPA, ao propor ensino de qualidade aos povos do campo, mas, nem por isso, o campus pode deixar de cobrar a contrapartida do educando como se percebe no depoimento de um dos gestores participantes do Grupo Focal C:

(...) dentro da escola existe um “coitadismo”, entendeu; muita gente às vezes quer falar, mas muitas vezes fica com receio; outros não gostam de ouvir, mas eu acho que existe. Precisamos atuar com equilíbrio, temos que dar oportunidade para o aluno, mas também não se pode dar tudo pra eles, porque eu acho que eles tem tudo e por isso não valorizam como deveriam.

(...) a escola é direito deles, dar alimentação, dar isso, dar aquilo, tem, mas vamos cobrar; ser firme nas nossas cobranças exigir, entendeu? A educação do campo é muito flexível deixa o aluno muito à vontade; demais dá conta, pelo menos vejo isso aqui no Campus não tem cobrança e qualquer cobrança que você faz o aluno já enfrenta você e talvez seja o excesso de liberdade que resulta nas reprovações.

Nessa linha de raciocínio, um participante do Grupo Focal A, referindo-se à assistência estudantil, elenca que a mesma apresenta um problema de gestão e a compara com o programa Bolsa Família “precisa, ter uma contrapartida, no caso da Bolsa Família, para a família receber, o aluno tem que ter frequência de 75% na aula; se formos seguir as regras têm alunos que estão com falta, ficando em regime de semi-internato, recebendo tudo! E aí, como fica isso?”.

Os depoimentos acima são relevantes, pois, a “contrapartida” está prevista na própria Lei e Resolução que rege a Política de Assistência Estudantil no IFPA, por meio destes instrumentos, os estudantes para receberem os benefícios provenientes do orçamento da assistência estudantil tem o dever de apresentar frequência mínima de 75% nas atividades acadêmicas, e não reprovar, além do respeito ao regimento interno do Campus que impõe regras e normas para os alunos continuarem recebendo tais benefícios.

No caso específico do Campus Rural de Marabá, os discentes são oriundos de municípios do Sudeste Paraense, muitos destes distantes da sede do campus, aproximadamente 200 km. São filhos de agricultores que, muitas vezes, estão em condições de vulnerabilidade social⁷ e necessitam de auxílio da assistência estudantil para se manterem no curso. Neste sentido, as ações de assistência estudantil visam estender cuidados com os educandos a fim de que estes tenham apoio para permanecer nesse sistema de educação profissional, valorizando a aprendizagem (SOUZA, 2006).

A assistência estudantil é uma política pública de caráter amplo, podendo apresentar diferentes dimensões e elementos que buscam reforçar a garantia dos direitos sociais dos estudantes, no caso específico do Campus Marabá Rural, da educação profissional e, em especial, dos educandos da educação do campo, como se mostra a seguir, ao abordar o ambiente em que os educandos estão inseridos na problemática em discussão, fazendo-se necessário, portanto, mostrar como funciona o Departamento de Apoio ao Educando, pois este é responsável por planejar e operacionalizar as ações de assistência estudantil.

3.4 DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: AVANÇOS E RETROCESSOS

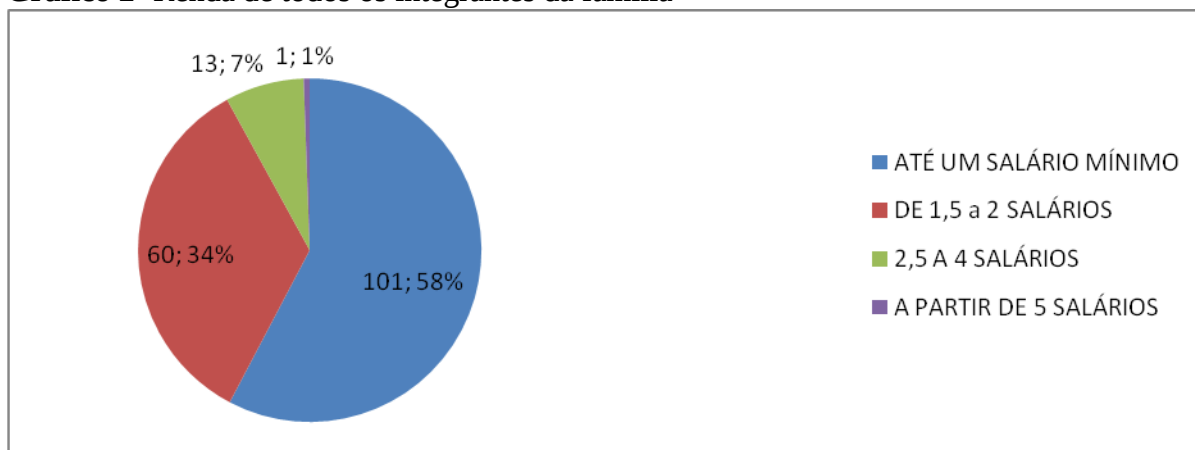
O CRMB dispõe de um Departamento de Assistência ao Educando (DAE), o qual é responsável por administrar e operacionalizar as ações da assistência estudantil; este é subordinado à Direção de Ensino; possui em seu quadro de servidores sete assistentes de alunos e uma nutricionista, os quais estão vinculados em acordo com suas funções aos setores de nutrição, material didático e da residência.

As ações realizadas nesse departamento são baseadas no Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), além das previstas na legislação específica da assistência estudantil, este departamento tem respondido por uma atuação junto à moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, esporte, apoio pedagógico, como se observa de forma mais detalhada logo a seguir. Vale ressaltar que a assistência estudantil além da residência/escolar aos educandos oferece alimentação, uniformes, material didático, equipamentos de proteção individual para a realização das atividades práticas, auxílio

⁷ Vulnerabilidade social está relacionada a situações sociais limites de pobreza ou marginalidade. Essas situações servem de parâmetros para a formulação de políticas públicas voltadas ao enfrentamento das mazelas da sociedade capitalista, cuja desigualdade social é a maior marca. A vulnerabilidade caracteriza-se por um conjunto de situações relacionadas à falta de acesso a meios de vida, tais como: emprego, salários, propriedades, moradia, nível mínimo de consumo; ausência ou dificuldades no acesso ao crédito, à terra, à educação, à cidadania, a bens e serviços públicos básicos (BRASIL, 2007).

transporte e auxílio óculos. A seguir será apresentada uma amostra da renda familiar dos educandos das Turmas de 2014 e 2015.

Gráfico 2- Renda de todos os integrantes da família



FONTE: IFPA/CRMB - Secretaria Acadêmica, 2017.

Sobre a renda familiar dos educandos, apresentada no gráfico, verifica-se que a maioria possui renda familiar igual ou inferior a um salário mínimo. Ressalta-se que para a assistência estudantil a renda familiar, em especial a per capita, é fundamental no ato de uma avaliação social e, de acordo com os editais de auxílio estudantil, é um dos critérios fundamentais para os educandos serem contemplados ou não. Ressalta-se que, nesse caso é apresentada a renda familiar, e indicados como familiar todos os que residem na mesma casa sem fazer a divisão por pessoa, muitas dessas famílias têm mais de dez componentes e, muitas vezes o orçamento familiar não supre as reais necessidades financeiras

a) Residência Estudantil

O Campus, por funcionar com atividades de ensino sob regime de alternância pedagógica, precisou dispor de residência estudantil, com isso possui 296 leitos (duzentos e noventa e seis), (camas), sendo 96 (noventa e seis) femininos e 200 (duzentos) masculinos. Nesse espaço o ambiente é climatizado, com centrais de ar, equipados com beliches e armários individuais para os educandos. Nesse espaço os educandos repousam em horários definidos pela instituição, de forma tenham conforto necessário, a fim de que possam permanecer no tempo escola, ou seja, um período de aproximadamente trinta dias.

As residências possuem copa-cozinha, lavanderias, sala de informática, espaço de leitura e recreativo, com TV. Nas residências há um profissional 24h, sendo o mesmo capacitado para orientar, e ao mesmo tempo supervisionar os educandos quanto aos horários

de se recolherem ao descanso, do horário de uso da TV, bem como, auxiliar em casos emergenciais de saúde, a exemplo, acionar o motorista com o carro para o transporte do educando que estiver enfermo, dentre outras ações que visam a melhor qualidade de estadia. Nesse sentido apresenta-se a seguir a imagem da residência estudantil do CRMB, considerado um espaço de grande importância para os educandos, uma vez que diante da intensidade de atividades acadêmicas que os mesmos são submetidos é importante ter um espaço para o descanso.

Figura 3– Residência estudantil (A) e parte interna de um dos alojamentos (B)



FONTE: arquivo pessoal, 2016.

Na imagem acima, mostra-se a parte externa das residências estudantis masculina e feminina, uma ao lado da outra, situação essa que preocupa muitos servidores, tendo em vistas a maioria dos educandos é adolescente em fase de descoberta, o que na visão de muitos servidores, conforme consultas de alguns relatórios do CRMB, há a necessidade de garantir maior privacidade nesses espaços residenciais, o que exige maior distância entre esses dois espaços (IFPA/CRMB - DAE, 2017).

Levando em consideração experiências de outros *Campi* e de outros Institutos Federais, em que os alojamentos masculinos e femininos são construídos separados e tem tido bons resultados, com isso entende-se que no CRMB, os futuros alojamentos também poderão ser construídos com uma certa distância um do outro, para garantir mais privacidade para ambos os gêneros.

b) Alimentação

A alimentação estudantil dos educandos do CRMB é outra preocupação por parte da Instituição e, principalmente, dos profissionais diretamente ligados ao setor de nutrição, pois em cada Tempo Escola o CRMB disponibiliza cinco refeições diárias para os educandos do CRMB, desde o café da manhã ao jantar (IFPA/CRMB-SETOR DE NUTRIÇÃO, 2016).

A alimentação é comprada com recursos advindos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), conforme a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), fundamentado no Art. 14, o qual determina que do total dos recursos financeiros repassados, no mínimo 30% (trinta por cento) deve ser utilizado na compra de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar, Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações, dando prioridade aos assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas, e como não impede que seja usado 100% (cem por cento), o CRMB, atualmente (março/2017) utiliza o total desse orçamento para a compra de alimentos desse seguimento, através de Chamada Pública⁸ (BRASIL, 2017). O segundo recurso é do orçamento da assistência estudantil do Campus, atendendo a maior demanda, ocorrendo por meio de pregão eletrônico, uma vez que nem todos os gêneros alimentícios necessários para as refeições diárias de todos os educandos são fornecidos pela cooperativa, e diante disso para efetuar a compra acima de um determinado valor necessariamente precisa ser através de pregão eletrônico, garantindo o princípio da legalidade⁹.

Vale ressaltar que grande parte dos investimentos originados do orçamento da assistência estudantil no CRMB está direcionada à alimentação estudantil e, conforme dados do relatório de execução 2016, por natureza de despesa do Setor Financeiro do CRMB, em 2016, foi pago R\$ 175.412,05 (cento e setenta mil quatrocentos e doze reais e cinco centavos). Isso é justificado pela especificidade do campus e das condições de vulnerabilidade da maioria dos educandos (IFPA/CRMB- SETOR FINANCEIRO, 2017).

Desse modo, para garantir a qualidade da alimentação existem dois grupos de funcionários terceirizados no setor da cozinha, totalizando quatro cozinheiras e dez auxiliares de cozinha, para prepararem a alimentação e servirem aos mais de 200 (duzentos) educandos diariamente. Os mesmos trabalham em dias alternados. Para esses profissionais, realiza-se periodicamente cursos de boas práticas de manipulação de alimentos, sob supervisão de uma nutricionista, servidora do Campus.

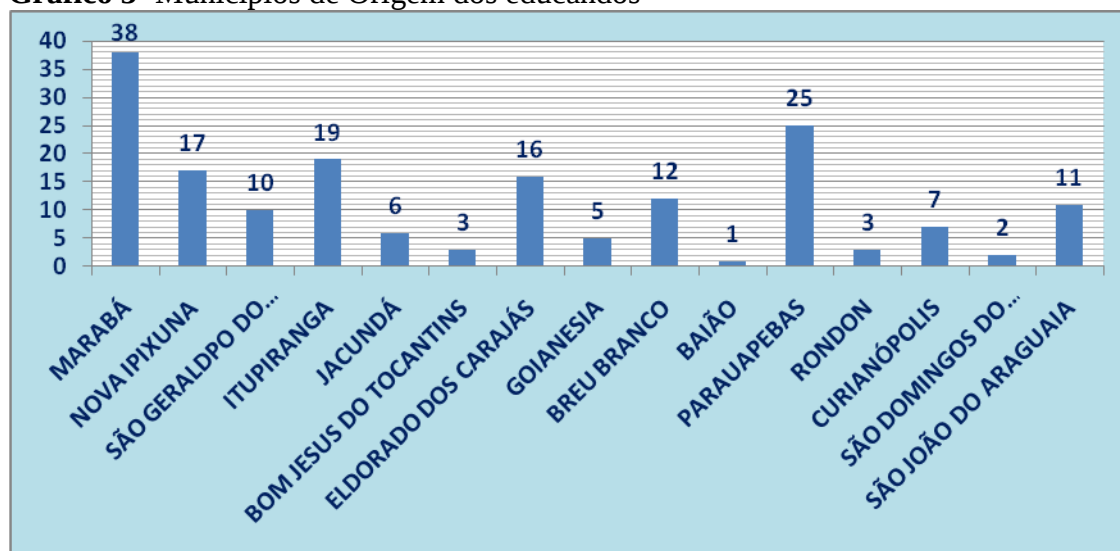
c) Transporte

⁸E uma modalidade de compra de gêneros alimentícios para alimentação escolar, que dispensa a licitação.

⁹ Princípios da Legalidade: A licitação objetiva garantir a observância do princípio constitucional da Isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, de maneira a assegurar oportunidade igual a todos interessados e possibilitar o comparecimento ao certame do maior número possível de concorrentes (Lei 8666/90).

Os educandos do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio do CRMB são oriundos de diversos Municípios da Mesorregião de Marabá, como convém mostrar o quantitativo por Município através de um gráfico 03.

Gráfico 3- Municípios de Origem dos educandos



FONTE: IFPA/CRMB - Secretaria Acadêmica, 2017.

Evidencia-se um número expressivo de educandos do Município de Marabá, mas é importante pontuar que são vilas, assentamentos, acampamentos, vicinais muitos deles de difícil acesso e distantes da Sede do Campus. Nesse contexto, o fato deles ficarem alojados na Instituição no Tempo Escola é um fator a ser considerado, pois, nos depoimentos foi possível observar que é positivo como mostra a seguir na fala de um dos participantes do grupo focal C “Essa estrutura que o campus oferece pra nós é muito importante, muitos de nós mora longe daqui, e como era que íamos fazer pra vim e voltar todo dia”.

Destacam-se também outros Municípios como Rondon do Pará, São Geraldo do Araguaia, que são distantes da Sede cerca de 170 a 200 km e isso requer investimentos da família para custear a ida e vinda dos educandos ao CRMB e, aqueles que se encontram em condições de vulnerabilidade social são subsidiados pelo campus com auxílio transporte, com intuito de garantir a permanência do educando no tempo escola.

Considerando a distância dos municípios de origem dos educandos e ainda os dados estatísticos de evasão, a assistência estudantil, por meio da equipe técnica de profissionais que a compõe, observou que, muitos educandos têm se evadido por problemas decorrentes de renda familiar baixa, mas, com o recurso da assistência estudantil tem sido possível abertura anualmente de editais para seleção de auxílio transporte. Sendo assim, em 2015 foram contemplados cerca de 145 (cento e quarenta e cinco) educandos, em 2016 esse número se

repetiu. Ressalta-se ainda que, neste ano (2017), o valor do auxílio subsidiado por tempo escola a cada educando dependia da distância e das despesas dos mesmos com o transporte, de suas residências para o CRMB e do CRMB para suas residências. Os valores subsidiados variaram entre trinta a duzentos e oitenta reais por educando. No ano de 2017, por orientação da procuradoria da Reitoria do IFPA, o recurso destinado a cada educando foi de R\$100,00(cem reais), independente da distância da sua residência para o CRMB. No entanto, foram contemplados cerca de 200 (duzentos) educandos, considerando as duas turmas de 2014 e 2015 (IFPA/CRMB - DAE, 2017).

Diante das condições de vulnerabilidade social que muitos educandos se encontram, esse recurso é muito importante para auxiliá-los no percurso para o Campus, o que funciona também como uma estratégia de permanência do educando no Curso, como foi visto nos depoimentos, tanto dos educandos quanto dos docentes e técnicos administrativos do Campus.

d) Atenção à saúde

O Departamento de Assistência à Saúde da Comunidade Acadêmica (DASCA) é composto por uma equipe multiprofissional: médico, enfermeira, técnico de enfermagem, assistente social, nutricionista, educador físico e psicóloga, os quais desenvolvem atendimentos de forma coletiva, interdisciplinar e individualizado. As ações de saúde aos educandos do CRMB são realizadas, em geral, em prol da promoção e prevenção de saúde dos mesmos, através de orientações grupais e atendimentos individuais, palestras, oficinas com diversas temáticas, reuniões de grupos, técnicas de relaxamento em grupo, dentre outras atividades, visando à melhor qualidade de vida da comunidade acadêmica do Campus. Além disso, o DASCA por meio de sua equipe realiza articulação com outras redes de serviços, como:

- ✓ Secretaria de Saúde do Município de Marabá, a qual contribui com a liberação da equipe do Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA), realizando a cada seis meses; testagem rápida de HIV/AIDS, Hepatites e Sífilis, Extra Muro¹⁰. A equipe da Secretaria de Saúde Municipal é composta de enfermeiros, auxiliares de administração, técnicos de enfermagem, os quais realizam consultas, atendimentos,

¹⁰ É uma ação, que tem como objetivo, levar informações e serviços à comunidade, ou seja, sai dos muros da Secretaria de Saúde.

verificação de pressão arterial, testes de glicemia, distribuição de medicações, palestras e encaminhamentos para atendimento as redes de serviços se necessário;

- ✓ Secretaria de Saúde do Estado do Pará (SESPA), por meio de diversos órgãos da saúde, a exemplo, o Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará (FUNDAÇÃO HEMOPA), que vem realizando, periodicamente, oficinas de sensibilização para doação de sangue, além de palestras educativas que visam a prevenção de riscos à saúde;
- ✓ Secretaria de Assistência Social através dos profissionais como psicólogos e assistentes sociais do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e do Centro Especializado de Assistência Social (CREAS), os quais realizam palestras e oficinas sobre violação de direitos, dentre outras temáticas ligadas à prevenção de situação de riscos à saúde e à condição humana.
- ✓ Representantes dos grupos dos Narcóticos e Alcoólicos Anônimos os quais, por meio de seus depoimentos, realizam a sensibilização dos educandos quanto aos efeitos e consequências psicossociais do uso de álcool e outras drogas.

O DASCA também executa ações de pesquisa e extensão valorizando o potencial dos educandos; elabora publicações de trabalhos científicos em eventos e ainda efetivam atividades de saúde nas comunidades dos familiares dos mesmos (IFPA/CRMB - DASCA, 2017). É importante pontuar que, para realizar essas atividades, o CRMB, por meio da Prefeitura do Campus, disponibiliza a logística de transporte desses profissionais, a fim de realizarem suas atividades, a todos os educandos, de forma satisfatória.

Destaca-se que mesmo desenvolvendo estas diferentes atividades, de cunho preventivo, ainda há uma parcela de educandos que chegam ao CRMB doentes, como aponta uma das participantes da entrevista de número 02,

Em todo tempo escola são esclarecidos aos educandos sobre a importância de realizarem consultas e exames de rotina em seus municípios antes de virem para o tempo escola, mesmo assim, existem uma expressiva quantidade de educandos que já chegam doentes no tempo escola, muitos com febre, problemas abdominais, gripados, pneumonia, até doenças infectocontagiosas; em alguns casos, a equipe de saúde avaliou e encaminhou ao hospital, e o educando ficou afastado por quase todo o tempo escola.

Nesses relatos, é possível identificar fatores que levam os educandos ao insucesso escolar e até evasão do curso. No depoimento acima, a participante acrescenta: “existem ainda aqueles educandos que adoecem frequentemente, aí ficam indo e voltando ao hospital no mesmo período de aulas, depois ficam no desespero para acompanhar as atividades, como

todos sabem o curso tem aulas teóricas e práticas e é intenso”. Como pesquisadora e observadora participante da realidade do campus, é comum verificar educandos doentes; ressalta-se a importância do Departamento de Saúde com uma equipe de profissionais para atendê-los, embora o foco principal seja ações de promoção e prevenção à saúde.

e) Esporte

O Campus tem em seu organograma um Núcleo de Cultura, Esporte e Lazer, sob coordenação do Professor de Educação Física, porém até o momento não dispõe de um espaço físico exclusivo para essa finalidade. Através desse núcleo os educandos são incentivados a participarem de eventos e torneios esportivos tanto internos quanto externos.

Assim, quando os locais das competições são em cidades distantes da sede do CRMB, o Campus subsidia o deslocamento destes com diárias e passagens, sempre acompanhado pelo Professor de Educação Física e quando necessário por um profissional de enfermagem, para prestar atendimentos emergenciais em caso de acidentes ou adoecimento durante essas atividades. Vale ressaltar que o incentivo ao esporte é um fator que motiva os educandos, que já representaram o campus em vários campeonatos trazendo vários troféus com destaque de campeões em diversas modalidades esportivas.

f) Apoio pedagógico e material didático

O Departamento de Assistência também oferta uniformes escolares a todos os educandos, tanto para atividades em sala de aula quanto para as atividades práticas de campo e esportiva, além de material didático, como o kit escolar (pen-drive, caneta, lápis, borracha, caderno e mochila), independente da condição financeira, todos os educandos receberam esse material, o qual totalizou no ano de 2016, R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) (IFPA/CRMB - DAE, 2017). O apoio através do subsídio desses materiais, é fundamental para os educandos, para que os mesmos possam desenvolver suas atividades teóricas e práticas com todos os recursos didáticos possíveis a fim de contribuir para as condições necessárias ao aprendizado.

g) Acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação

O Campus dispõe de um Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNEs) e os profissionais que fazem parte desse núcleo aplicaram um questionário aos educandos, com o objetivo de identificar algum tipo de deficiência ou

necessidades educacionais específicas. Com esse levantamento, verificou-se estudantes com dificuldade para enxergar, com isso, o DAE por meio de abertura de edital interno possibilitou auxílio óculos, contemplando uma educanda, embora muitos tenham se inscrito, devido às exigências burocráticas somente um educando conseguiu a documentação exigida.

A missão do NAPNE é a inclusão de educandos que possuem algum tipo de necessidade educacional especial e/ou específica e com isso a profissional de psicologia do DAE vem realizando atendimentos com educandos que apresentam déficit de aprendizagem, com o objetivo de melhorar o desempenho escolar do mesmo.

Assim, verifica-se que promover processos de inclusão não é algo isolado, na medida em que exigem uma ação coordenada e integrada por diferentes setores do CRMB, no que concerne à acessibilidade física e estrutural, quase imperceptível. O NAPNE por meio de seus profissionais tem procurado sensibilizar todos os setores para a situação do campus e, baseado na legislação 9050, que trata da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) referente à acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, a equipe construiu um projeto básico arquitetônico, juntamente com o termo de referência, solicitando da Direção Geral a construção e adaptações de estruturas visando à acessibilidade em todas as dependências do CRMB.

Conforme apontado no relatório do Núcleo, aos poucos as novas construções do Campus vêm implantando estruturas de acessibilidade, porém tem muito a ser feito, de modo a garantir condições para todas as pessoas no campus (IFPA/CRMB - NAPNE, 2017). Desse modo, com base nas ações do DAE, percebe-se que existem lacunas e dificuldades de se efetivar a política de assistência estudantil, uma vez que os meios legais exigem estratégias de execução a fim de garantir maior qualidade do ensino para os mesmos.

Desse modo, compreende-se que a missão da assistência estudantil, nesse aspecto, é garantir meios que favoreça a inclusão de educandos que possuem algum tipo de deficiência ou necessidade específica. A exemplo do auxílio óculos, que por questões burocráticas apenas um educando conseguiu acessar, o que se caracteriza como entrave para de fato para sua efetivação.

3.5 POLÍTICA ESTUDANTIL E TEMPO COMUNIDADE: UMA ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO

A partir da coleta de dados e a dimensão de informações obtidas durante a pesquisa, abriu-se espaço para se repensar a metodologia de abordagem dos educandos do ponto de

vista da política de assistência estudantil imanente à alternância pedagógica, na perspectiva da educação tecnológica do campo.

Os depoimentos de alunos, professores e técnicos deixaram claro a necessidade de acompanhamento da equipe multidisciplinar tanto no tempo escola quanto no tempo comunidade, com maior necessidade do tempo comunidade, uma vez que o tempo escola tem uma atenção maior desses profissionais, devido a facilidade de contato direto com os educandos, mas também pelo acesso às informações contidas em relatórios institucionais consultados durante a pesquisa.

Desta forma, e tomando por base a política de assistência estudantil, percebeu-se a necessidade de criar uma proposta estruturada sob forma de um projeto com orientações destinadas principalmente ao tempo comunidade, tendo como objetivo contribuir para a redução dos problemas de retenção escolar relacionados à fatores socioeconômicos e psicossociais que repercutem em situações de dificuldades de aprendizagens.

Nos depoimentos das diferentes categorias da comunidade acadêmica foi possível perceber a necessidade de ressignificar a prática do ensino agrícola da rede tecnológica, particularmente no que se refere ao acompanhamento dos educandos e a necessidade de estreitar as relações com os familiares dos mesmos, a fim de criar um ambiente próprio ao tempo escola e ao tempo comunidade. O acompanhamento multiprofissional no tempo comunidade, segundo o que se percebeu nos processos de abordagem, sendo considerado, particularmente pelos educandos como um elemento importante no processo de ensino-aprendizagem, a fim de que não haja descontinuidade das ações definidas no planejamento da unidade pedagógica constituída por um todo da alternância pedagógica (tempo escola e tempo comunidade).

As transformações societárias e as mudanças no processo de produção têm contribuído para que haja dispersão na relação entre escola e comunidade (BRASIL, 2009). A luta histórica dos sujeitos do campo para uma educação diferenciada da política educacional urbana, ainda é uma experiência recente e encontra-se em construção, exigindo assim uma constante reflexão sobre suas particularidades e especificidades, a fim de considerar os fatores sociais, econômicos, culturais e políticos das regiões e suas comunidades rurais.

Outro elemento identificado através dos depoimentos foi a necessidade de se ter um nivelamento de conhecimento, uma vez que, o conteúdo necessário ao ensino técnico exige fundamentos básicos que os educandos não obtiveram anteriormente, como pode-se perceber mediante os depoimentos dos próprios educandos e de educadores, o que tem gerado

dificuldades de aprendizagem dos conhecimentos básicos, o que em si é um complicador em relação a assimilação de novos conteúdos diretamente ligados à qualidade do ensino fundamental.

Silva (2004) aponta que é preciso haver planejamento no processo ensino-aprendizagem para que tenha coerência entre a teoria e prática e acrescenta-se que este deve envolver o conjunto dos educandos a fim de que os mesmos possam expor suas necessidades e estas sejam contempladas pelas práticas pedagógicas. Um modelo de educação autoritário, dinamizado de cima para baixo, sem uma reflexão coletiva, os objetivos poderão ser afetados negativamente sem o êxito desejado. É preciso diálogo e monitoramento das ações planejadas principalmente no que concerne à educação.

A educação é um dos direitos fundamentais do ser humano e precisa estar assentada na realidade dos educandos, sem perder de vista o contexto global e local, particularmente quando a estratégia é formar cidadãos críticos, em consonância com a missão do Campus Rural de Marabá, por meio de sua proposta metodológica de ensino e engajamento social. Assim, a elaboração do projeto de intervenção visa contribuir com o processo de formação ensino e aprendizagem dos educandos, fortalecendo cada vez mais a educação do/no campo.

4 RETENÇÃO, FAMÍLIA E ESCOLA: CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS NA SITUAÇÃO DE REPROVAÇÃO E EVASÃO ESCOLAR

4.1 RETENÇÃO ESCOLAR: OS DESAFIOS DA SUPERAÇÃO

Questões relacionadas à retenção escolar tem sido alvo de investigação desde o século XX, sendo a reprovação um dos fatores que determinam a retenção de estudantes. Observa-se que nos primeiros estudos sobre essa temática, era comum assemelhá-la a algo congênito e hereditário ou de disfunções neurológicas, portanto, o problema individual do educando, pois desta forma, era colocado como um problema de saúde (SANTOS; SANT'ANA, 2013).

Posteriormente, as causas da reprovação escolar passaram a ser identificadas em outros fatores, dentre os quais, questões culturais, socioeconômicas, raciais, psicológicos. Nas últimas décadas, associa-se esse problema a fatores internos das instituições de ensino, particularizando às políticas pedagógicas educacionais (SANTOS; SANT'ANA, 2013). Essa realidade é evidente quando se confronta com alguns dos depoimentos dos participantes do grupo A

(...) fatores que levam à retenção e consequentemente à evasão é a questão econômica e a forma que é organizada a assistência estudantil no Campus, enquanto coordenação mesmo, o que deixa a desejar, pois no meu entendimento a assistência estudantil vai além de subsidiar com um material didático ou uma moradia, por exemplo.

Esse elemento é fundamentado e apoiado em dados obtidos por meio da aplicação dos questionários socioeconômico, realizado pelo Serviço Social do Campus, mostrando que a maioria dos educandos possui renda per capita monetária baixa (IFPA/CRMB-SERVIÇO SOCIAL, 2016). Essa realidade deve-se ao fato da família ser produtora rural e obter alimentos em sua própria unidade familiar. Isso, na realidade, expressa o *modus* de vida da agricultura familiar e camponesa, que produz, em grande medida, para o autoconsumo, criando pequenos animais e cultivando alimentos para a própria subsistência familiar e, por isso, não dispor de renda monetária.

Nesse contexto, observa-se que a retenção escolar não é um fator isolado, tão pouco independente de outras condições que contribuem para a retenção dos alunos na escola. É preciso avaliar o contexto socioeconômico em que este está inserido, pois não é algo apenas relacionado à capacidade ou vontade individual do aluno ou de sua família, mas também a questões culturais e de acesso a direitos básicos (FORNARI, 2010).

Nessa perspectiva, existem outros fatores que estão relacionados à reprovação, retenção e a evasão escolar, como se observa nos depoimentos dos educandos participantes de um dos grupos focais:

Muitos de nós, já vêm de uma escola municipal que, muitas vezes não tem muitas aulas; a carga horária também não é muito pesada, igual deles daqui do CRMB, [com] oito horas de aula por dia; [lá na escola municipal], às vezes quase não tinha trabalhos para casa, então tem alguns alunos que já vêm com essa deficiência, aí quando chega aqui se depara com uma rotina tão extensa, até ele pegar o ritmo vai ter um pouco de erros.

A escola que eu vim tinha muita deficiência, porque o professor passava uma semana sem ir, duas semanas; aí (...) quando eu vim prá cá eu tive um problema muito grande, por exemplo, filosofia, química; eu nunca tinha matemática que eu vi aqui; eu nunca tinha visto, eu nunca tinha visto biologia. Já fiquei duas vezes em recuperação, não sei se é porque não consigo acompanhar o professor; porque com a outra professora eu até consigo entender.

Essas falas são importantes para refletir a respeito, pois isso corrobora com a posição dos próprios docentes, os quais concordam com o fato de muitos educandos não terem boa base escolar no ensino fundamental e essa defasagem reflete nos resultados no CRMB e, isso vai ao encontro do depoimento de uma docente participante do grupo focal C.

Primeiro eu fiz os meus próprios levantamentos e realmente identifiquei que os estudantes não tinham a base necessária do ensino fundamental, o que vira uma bola de neve e acaba prejudicando, quando esse aluno entra no ensino médio (...). Outra coisa preocupante é que eles estão há quatro anos na escola e esse tempo, pelo menos, já deveriam saber pelo menos o básico do básico e, aí, tô falando da minha disciplina (...). Eles estão saindo do curso e não têm domínio da linguagem simbólica da minha disciplina.

O resultado dessa realidade são os índices de reprovações que o Campus Rural de Marabá vem vivenciando nos últimos anos devido esses dados cada vez crescentes, o IFPA através da Pró-Reitoria de Ensino estabeleceu que cada Campus tenha uma Comissão de Êxito e Permanência, para fazer o diagnóstico dessa realidade e atuar preventivamente nesses aspectos, como pode ser visto no quadro a seguir, referente aos índices de reprovações no segundo ciclo do de 2015, considerando uma amostra de 329 (trezentos e vinte e nove) reprovações em relação aos educandos das Turmas de 2014 e 2015.

Tabela 2 - Número de Reprovações das Turmas de 2014 e 2015 por gênero e por disciplina no 2º Ciclo do ano de 2015

TURMAS	MASCULINO	FEMININO	DISCIPLINA	
			BÁSICAS	TÉCNICAS
2014	QDE	QDE	QDE	QDE
	93	49	25	13
2015	128	50	12	10

FONTE: IFPA/CRMB - Secretaria Acadêmica, 2017.

Ressalta-se que os maiores índices de reprovações estão nas disciplinas básicas desse ciclo, ou seja, filosofia, língua estrangeira (espanhol), geografia, história, química e matemática, ou seja, os educandos apresentam dificuldades. Os índices de reprovações são preocupantes, embora muitas dessas disciplinas já terem sido reofertadas. Conforme aponta um dos participantes da entrevista individual

(...) esse fato gera prejuízos financeiros, tanto para a Instituição quanto para o educando, uma vez que ela tem que dispor de toda a estrutura física, de pessoal e logística para mantê-los pelo período da reoferta, e poderá afetar no desenvolvimento escolar dos mesmos, pois se estes não obtiverem a recuperação ainda no ciclo vigente, esses educandos podem ficar retidos e, e até evadirem do Curso.

Ressalta-se que o Curso já tem uma carga horária total extensa e quando o educando tem que cumprir uma jornada de atividades a mais do programado, torna ainda mais cansativo e muitas vezes desestimulador, culminando para o prolongamento da conclusão do curso, correndo o risco de uma desistência.

O quadro a seguir mostra dados das Turmas de 2014 e 2105, com relação ao segundo ciclo de 2016 e o índice de reprovação, ainda se apresenta bem elevado e, diante desses índices com objetivo de intensificar ações voltadas para minimizar e/ou erradicar essas problemáticas, a equipe da coordenação pedagógica no final do ano de 2016, ganhou reforço com mais profissionais para atuarem efetivamente na Comissão de Êxito e Permanência do Campus¹¹.

¹¹ É uma comissão composta por profissionais do serviço social, psicologia, técnico em assuntos educacionais, pedagogia, que tem a finalidade de elaborar estratégias para atuarem preventivamente em situações de retenção, evasão escolar.

Tabela 3 - Número de Reprovações das Turmas de 2014 e 2015 por gênero e por disciplina no 2º Ciclo de 2016

TURMAS	MASCULINO	FEMININO	DISCIPLINA	
			BÁSICAS	TÉCNICAS
2014	QDE	QDE	QDE	QDE
	106	55	13	9
2015	163	77	14	9

FONTE: IFPA/CRMB-Secretaria Acadêmica, 2017.

Nesse quadro, mostra-se ainda dados relevantes com relação às reprovações nas disciplinas básicas e conforme relatório da Secretaria Acadêmica do CRMB, os índices maiores são nas disciplinas de história, matemática, física, artes, filosofia, geografia, português e literatura. Observa-se, portanto, que as dificuldades quanto ao aprendizado ocorrem em várias disciplinas e, em maioria, são vistas no ensino fundamental, o que corrobora com o depoimento do discente já mostrado anteriormente. Nessa perspectiva, questiona-se a qualidade do ensino fundamental que estes educandos estavam inseridos. E, sobre essa fragilidade, é possível observar na fala de um dos componentes participantes do grupo focal A, quando faz um recorte sobre esse assunto.

Quando o aluno do ensino médio, independente de ser do campo ou não, não sabe ler, por exemplo, a culpa talvez seja do próprio sistema e da trajetória escolar do aluno, que passa ele pra frente mesmo sem ele saber, e isso é um problema de política pública (...); sabemos que o fato do aluno tirar uma nota X, não é o suficiente para medir o conhecimento dele, mas a instituição precisa atender também o que o sistema do MEC solicita.

Outro participante de um dos grupos focais defende a idéia acima, e acrescenta novos elementos que podem colaborar para a compreensão do elevado índice de reprovação escolar no CRMB,

(...) quando os educandos chegam aqui não se dedicam o suficiente como tem que ser, porque todos nós sabemos da intensidade de atividades, são altas; e o aluno não consegue absorver tudo isso, mesmo porque não tem aquela cultura de estudar muito (...); na zona rural em que a maioria deve ter estudado não é fácil e quando ele chega aqui ele encontra outro nível.

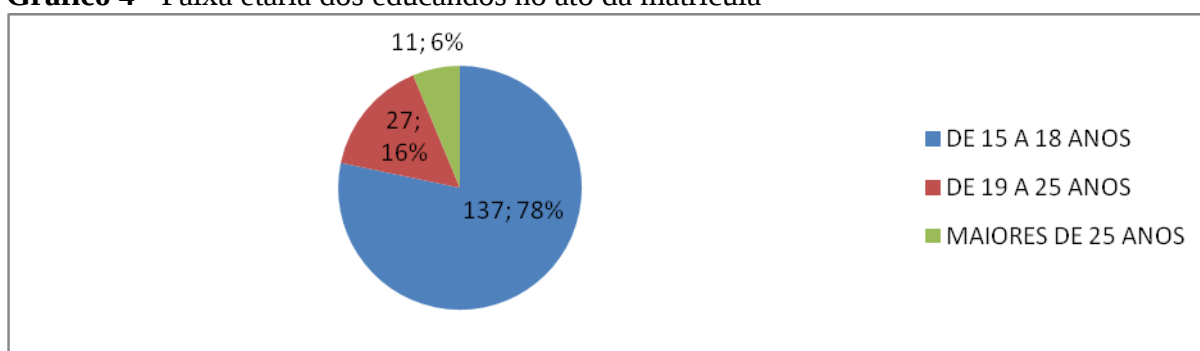
Vejo que o campus dispõe de toda estrutura, com o intuito de dar condições para esses educandos ficarem aqui no tempo escola, então eles têm que entender que aqui é um espaço para estudar e não uma colônia de férias. Entendo que a carga horária

de aula é intensa, mas tem tempo sim prá eles fazerem todas as atividades solicitadas, basta focar e isso a gente não vê em grande parte.

Os educandos que apresentaram índices de reprovações elevados e ainda aqueles que ficaram retidos nos anos de 2015 e 2016 pertencem as duas turmas, tanto a de 2014 quanto de 2015, os quais se encontravam na faixa etária de 16 e 46 anos de idade, ressaltando que o maior número de educandos se encontra na faixa etária de 15 e 18 anos.

Considerando uma amostra da turma de 2014, muitos educandos, ao serem vinculados ao CRMB, ainda se encontravam na fase da adolescência como mostrado no gráfico a seguir.

Gráfico 4 - Faixa etária dos educandos no ato da matrícula



FONTE: IFPA/CRMB - Secretaria Acadêmica, 2017.

É possível observar que um número expressivo de educandos ainda na fase da adolescência e, isso requer da instituição um cuidado maior no sentido de garantir a integridade dos mesmos conforme aponta o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei n. 8.609/90, em BRASIL, 2017,

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (p.01).

Nesse sentido, o CRMB, mobiliza os diversos Setores, Departamentos e Diretorias, por meio de seus profissionais competentes das diversas áreas, a fim de, realizarem ações tratando temas transversais que vão desde orientação sobre sexualidade, relacionamento interpessoal, respeito às diferenças, uso de álcool e outras drogas, políticas sociais dentre outras temáticas que tem como propósito orientações e esclarecimentos em prol de uma melhor qualidade de aprendizagem dos educandos.

Na situação da retenção, em relação ao aluno e à escola, é preciso cautela antes indicar causas e tomar algumas decisões, pois, muitas vezes, para justificar o baixo rendimento de um

aluno, por exemplo, se rotula: o “aluno só quer brincar” e, geralmente, o aluno internaliza esse conceito, reforçando dificuldades no processo ensino-aprendizagem. Porém é importante ouvir o educando, antes de culpabilizá-lo, a exemplo, pode-se identificar o desabafo de um dos participantes do grupo focal B, sobre a sua realidade e sentimento pessoal ao ser inserido no Curso do CRMB:

é como se fosse para um nível mais alto; como se tivesse dado um avanço bem alto, bem grande já, porque não é querendo desqualificar as escolas municipais, que eu vim, mas o ensino lá é um pouco mais baixo (...), quando a gente entra numa instituição federal dessa, têm professores mestres e doutores; eles pensam que a gente aprendeu as coisas que eles vão perguntar (...), que era pra gente ter aprendido no ensino fundamental.

Corroborando com essa afirmativa, um participante do grupo focal C, acrescenta afirmando que o ensino do CRMB nem se compara ao ensino da área rural que são as municipais e quando o educando chega ao CRMB, sofre o impacto,

(...) aqui o aluno encontra outro nível do que ele vivenciou no ensino fundamental, provavelmente na zona rural. Aqui as cobranças são maiores, vai você ver uma disciplina, por exemplo, a física que ele não teve nem noção no ensino fundamental, então aqui o professor vai aprofundar. Como se ele já tivesse visto; isso traz estranheza e aí podem dizer que não consigo, não consigo, e isso vai desistindo.

Há situações que podem estar relacionadas ao cotidiano de inúmeras escolas, as quais podem ser vistas de outra maneira pela gestão, educadores e pelos profissionais de apoio administrativos de determinadas instituições de ensino. Portanto, é verificar no âmbito escolar as dificuldades e as possibilidades e, desta forma, poder avaliar a questão, sob a perspectiva de uma possível transformação educacional, para garantir a inclusão e educação para todos, como direito social que cada um tem (JACOMINI, 2009).

A reprovação escolar resulta em uma situação de exclusão que pode gerar desmotivação do educando ou até mesmo ocorrer evasão escolar. Essas, por sua vez, podem refletir, negativamente, na sua vida social e profissional. Além disso, à reprovação e à retenção escolar levam à vacância de vagas e, em aparência, escolares desnecessárias, tendo em vista avaliações apressadas. Todos esses problemas repercutem em desgastes tanto dos estudantes retidos quanto de gestores, docentes e da própria família (VIEIRA, 2012).

Nessa perspectiva, os insucessos escolares não podem ser tratados por abordagens simplistas, é preciso investigação interdisciplinar com os técnicos especialistas de diferentes áreas do conhecimento, pois muitas vezes, como afirma Vieira (2012) os problemas podem

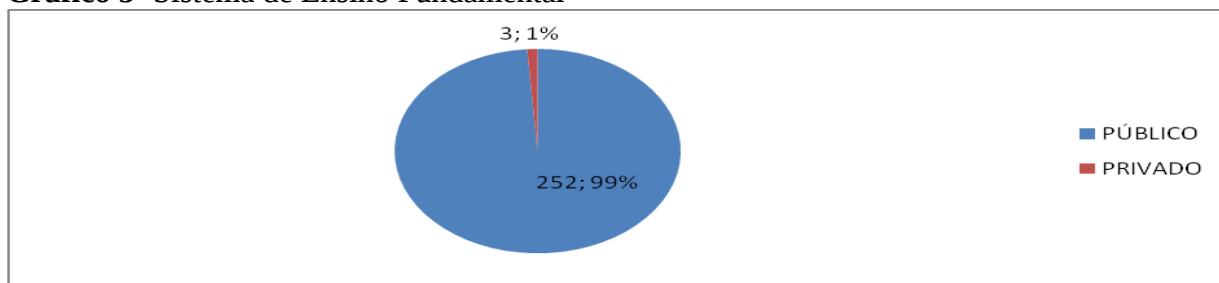
ser de outra ordem, como observa no depoimento de uma profissional da área técnica, participante de um dos grupos focais,

seus professores do ensino básico, na maioria das vezes, não eram qualificados e tinham deficiências; e, quando se trata das escolas no campo se trabalha o ensino seriado e professor não consegue passar nem o conteúdo mínimo, por mais esforço que tenha (...) e, muitas vezes, esses professores têm que desenvolver outro papel, de merendeiro, zelador, enfim essa é uma realidade.

Infelizmente é uma realidade brasileira principalmente nas escolas do campo, de onde vieram à maioria dos educandos do CRMB e essas deficiências foram apontadas tanto pelos educandos, quanto pelos docentes e técnicos, refletindo negativamente ao longo da trajetória formativa do educando e, na prática, se concretiza no alto número de reprovações, retenções e evasão escolar.

O gráfico a seguir, apresenta o tipo de sistema de ensino em que os educandos das turmas a de 2014 e a de 2015 cursaram o ensino fundamental. Ressalta-se que de uma amostra de 255(duzentos e cinquenta e cinco) educandos, observa-se que, 98% são provenientes de escolas públicas (em especial municípios do Sudeste Paraense) e, apenas 2% de instituições privadas. Nessa perspectiva, fazendo uma relação com os resultados obtidos nos rendimentos escolares no CRMB, pode-se levantar um o seguinte questionamento como objeto de futura pesquisa, “como está sendo a qualidade do ensino fundamental nos Municípios do Sudeste Paraense em especial da mesorregião de Marabá?, levando em consideração ao nível de ensino avaliado por alguns educadores do CRMB, uma vez que muitos educandos tem muitas dificuldades em diversas disciplinas entre língua portuguesa, química, matemática, física, história.

Gráfico 5- Sistema de Ensino Fundamental



FONTE: IFPA/CRMB - Secretaria Acadêmica, 2017.

Os indicadores relacionados à retenção escolar estão diretamente ligados tanto a questões do sistema educacional, devido às práticas pedagógicas inadequadas, quanto também

precarização de infraestrutura física escolar; quanto a condições ditas como extraescolares, como situações psicossociais, culturais, econômicas e biológicas, pois estas duas dimensões concorrem para a qualidade do ensino. Assim, é preciso que o ambiente como um todo favoreça para o ensino de qualidade (VIEIRA, 2012).

Condições extra-escolares são ampliadas quando se percebe outros aspectos que podem interferir ao desenvolvimento educacional do educando, embora a qualidade do ensino fundamental seja um elemento importante como apontam os participantes dos grupos focais, “quando o aluno sai de um ensino municipal, que não tem a mesma organização e qualidade equivalente ao do IFPA, e se os professores forem mesmo avaliar como deveria ser complicaria mais, para aumentar o número de reprovações”.

Um outro depoimento vai na mesma linha, quando afirma não conseguir acompanhar de modo adequado os conteúdos repassados no ensino tecnológico: “as deficiências de aprendizagem apresentadas por muitos alunos no ensino médio, as vezes vêm do próprio processo de ensino no qual esteve inserido, ou seja, não possui os requisitos básicos para a continuação de um ensino médio”.

A educação deve ser de acesso a todos os cidadãos e às instituições de ensino precisam buscar estratégias e mecanismos pedagógicos que possam contribuir para a inclusão escolar. Nesse sentido, há a necessidade de se organizar recursos didáticos, tempo, espaço, conteúdo, metodologia, avaliação entre outros mecanismos, a fim de adequá-los em prol da superação dos fracassos escolares, garantindo o acesso e a permanência na escola (JACOMINI, 2009).

Para superar os problemas decorrentes da retenção escolar é preciso visão ampla sobre o contexto escolar e do estudante. Isto porque há uma infinidade de fatores que podem interferir na aprendizagem e no sucesso escolar. Dentre esses fatores, as condições socioeconômicas, as relações familiares, mas também situações de ordem pessoal e biológica. Portanto, pode-se dizer que se um destes elementos estiver em desequilíbrio poderá ocasionar problemas de reprovações, retenção e até mesmo de evasão escolar (FORNARI, 2010).

Nessa relação, é importante considerar a metodologia utilizada na escola, bem como, o contexto sócio cultural e familiar em que dos educandos: suas histórias de vida e escolar, como mostra a preocupação dos próprios docentes participantes do grupo C, os quais vivenciam as dificuldades e deficiências no ensino-aprendizagem desses educandos, com isso “tiram” suas próprias conclusões a respeito dessa problemática no âmbito do CRMB.

(...) a questão das 15, 18 e 20 disciplinas dentro dos trinta dias eu acho uma carga muito grande; o dia inteiro de aula, com intervalo para o almoço e somente a noite para realizarem as atividades propostas pelos professores.

(...) é por causa do costume; eles ficam trinta dias em casa e durante esses dias, penso que eles não pegam no caderno, não pegam no livro, não estudam nada e quando eles chegam tem que entrar numa rotina a qual eles não estão acostumados desde criança e chegam aqui com essa carga horária, que as vezes nem é tão assim, lógico é o dia todo, mas tem horário prá compensar isso, o problema grande é porque eles não têm essa rotina.

a estrutura metodológica do curso; o fato de ter muitas disciplinas dentro de um mês, as aulas da mesma disciplina acabam sendo espaçadas e às vezes eu dou uma aula por semana; então eles não conseguem, uma semana depois, lembrar do que eu falei na anterior e acaba que eles não veem muita relação com as matérias e também com a proposta do tema gerador que é muito bacana, mas as vezes não funciona da maneira mais eficaz, um assunto que eu dou num tempo escola ele não tem nenhuma relação no tempo seguinte dentro da mesma disciplina, então eles ficam perdidos.

(...) uma outra questão é a carga horária baixa; eu tenho pouquíssimos encontros com meus alunos. São poucas horas para trabalhar de fato com eles, assuntos, muitas vezes complexos e, por eles, muitas vezes, não terem esse domínio da base, se torna mais complicado ainda.

(...) a recuperação é um dos pontos, pois, não tem tempo na carga horária para isso (...); a empatia dos professores com os alunos é outro ponto a ser levantado, pois precisa existir para o negócio funcionar, como eles não gostam de determinadas disciplinas criam traumas de professores do passado e tem questão que eu, como professor, tenho que adequar a minha forma de avaliar e aquele público; se não gosta da disciplina, não tem estímulo perde o interesse, fica complicado.

Os elementos apontados nos depoimentos exigem avaliação coletiva do CRMB, de forma interdisciplinar, pois as versões apresentadas têm diferentes dimensões e estão associadas diferentes problemáticas. São questões de ordem diversa, que vão desde a estrutura metodológica do curso, costumes e rotinas familiares, que passam a ser incorporadas no cotidiano deste educando no contexto do campus e tudo isso interfere nos resultados e rendimentos escolares dos educandos.

A realidade da reprovação escolar faz parte não só do CRMB como da educação pública brasileira e tem sido tema de diferentes debates e reflexões. Nessa perspectiva, é importante enfatizar que todas as pessoas têm direito a educação, mas para que haja a inclusão existem vários elementos necessários para a inserção de todos, os quais estão diretamente ligados aos problemas decorrentes das desigualdades socioeconômicas do Brasil, as quais repercutem nas relações familiares e culturais, além da adequação dos métodos de ensino-aprendizagem no âmbito escolar.

Nessa perspectiva, a inclusão, enquanto direito de todos, é criticada por participantes de um dos grupos focais, particularmente em relação ao próprio currículo, o qual “(...) não abre vantagem pra pessoa do campo (...) e, concordando com essa fala, outro participante reitera dizendo que a nota muitas vezes não traduz o real conhecimento do aluno” e ainda nessa linha de raciocínio um dos educandos de um dos grupos focais, lamenta pela forma que está sendo realizado o ensino, “extremamente cartesiano e burocrático; eu vejo como um espaço de diversidades e de disputa de ego, que é claramente evidenciado, muitos educadores não compreendem a metodologia da educação do campo e essa relação afeta diretamente o educando”.

A educação do campo, como todo processo educacional é um processo de constante construção e formação dos sujeitos envolvidos. Nesse sentido, Silva (2004) aponta que é preciso ter um posicionamento ético-crítico no que diz respeito à prática educativa no âmbito escolar. O sistema educacional e as normas, regras, objetivos, critérios avaliativos, dentre outros fatores, são influenciados pelas transformações sociais, econômicas e culturais. Nesse aspecto, as ações pedagógicas precisam acompanhar essas mudanças e ressignificar a prática educativa com o intuito de atender as demandas postas em curso.

Como afirma um participante do grupo B: “há muitas disciplinas, muito conteúdo para pouco tempo, aí fica muito pesado pra gente, porque, além das atividades práticas, tem os exercícios escritos, tanto durante o dia como a noite e as pesquisas são extensas, entendeu?” Outro participante do mesmo grupo acrescenta dizendo que “devido tantas atividades, os alunos acabam decorando, ou copiando do colega depois só entrega ao professor sem aprender, porque não dá tempo de se dedicar e aprender como deveria”.

A educação é um direito social, porém está cercada de desafios que precisam ser superados a cada dia, principalmente, quando se trata de uma educação do campo, para os povos do campo, precisa-se constantemente utilizar novas estratégias metodológicas de modo a adequá-las também a realidade e dar conta de uma formação humana, a fim de garantir inclusão democrática e transformadora, causando mudança social e econômica dessa sociedade (JACOMINI, 2009).

Nesse sentido, é possível apontar que a retenção escolar é algo de grande preocupação entre os pesquisadores da educação brasileira, um problema que interfere no desenvolvimento social, pois leva à exclusão, geralmente, dos indivíduos mais vulneráveis (FORNARI, 2010). É importante considerar os apontamentos acima, muitos deles fazem parte da própria estrutura da sociedade, regida pela dinâmica do capital. Assim, as transformações sociais e econômicas

são elementos que influenciam e interferem na educação, principalmente, quando se trata de grupos sociais vulneráveis face à desvantagem socioeconômica.

Os depoimentos mostram que a necessidade de um trabalho interno de toda a equipe do CRMB a fim de mitigar os problemas identificados. Os resultados da pesquisa mostram que há equívocos nas tentativas de solução em relação ao problema de retenção, o que exige um processo de discussão do conjunto dos segmentos que constituem essa instituição, a fim de melhorar a compreensão das necessidades dos educandos e mesmo da possibilidade que a política de assistência estudantil tem de contribuir como suporte de processo de ressignificação das práticas pedagógicas e assistenciais no âmbito deste Campus.

Desse modo, a retenção, vista a partir da percepção dos próprios educandos e de servidores (docentes e técnicos administrativos), tornou-se importante e de grande relevância para auxiliar, não somente na compreensão dos problemas de retenção, reprovação e evasão, mas também na necessidade de estruturação de novas ações estratégicas para a resolução dos efeitos desta na trajetória e percurso pedagógico desses educandos no CRMB.

4.1.1 Reoferta e seus desafios

A reoferta é um procedimento legal do ponto de vista acadêmico. Segundo a Secretaria Acadêmica do CRMB, a partir do Regulamento Didático – Pedagógico do Ensino do IFPA no "Art. 282 nos cursos de regime semestral o estudante reprovado em 03 (três) ou mais componentes curriculares, ficará automaticamente reprovado no período letivo, devendo cursar no período letivo seguinte apenas os componentes curriculares em que ficou reprovado.", mediante essa orientação, em 2016 cerca de dezenove educandos da turma de 2014 tiveram que ser desligados da turma de origem, por terem ficado reprovados em mais de três disciplinas. Em 2017, estes foram matriculados em uma turma específica de reoferta e posteriormente matriculados na turma de 2015. Destes, a maioria é da mesma localidade, ou seja, a Vila de Palmares situada no Município de Parauapebas-Pa. Ressaltando que destes, apenas cinco educandos conseguiram continuar no Curso. Nessa perspectiva, em depoimentos no grupo focal D, sobre a reoferta, percebe-se o seguinte:

Eu sei da dificuldade que passei, eu e meus companheiros, eu sou militante e foi uma luta grande para poder fazer essa reoferta, viramos noite, para poder juntar a documentação para mandar o processo para a Reitoria. (...) do Campus, não tivemos nenhum apoio do Instituto, pela maioria, nós seríamos logo desligado (...). Me sinto orgulhoso de tá ainda no curso, mesmo sabendo que a instituição dificultou nossa vida aqui dentro, mas lutamos e estamos aí.

(...) como já disse a reoferta foi uma possibilidade para nós, mas vejo que hoje estão facilitando para outros educandos que ficaram na mesma situação que nós e estão recuperando de boa, ao mesmo tempo, por isso que vejo também, como uma retaliação ao militante, no nosso caso, que por sinal tenho orgulho de ser, de defender meus companheiros e unir forças quando necessitamos.

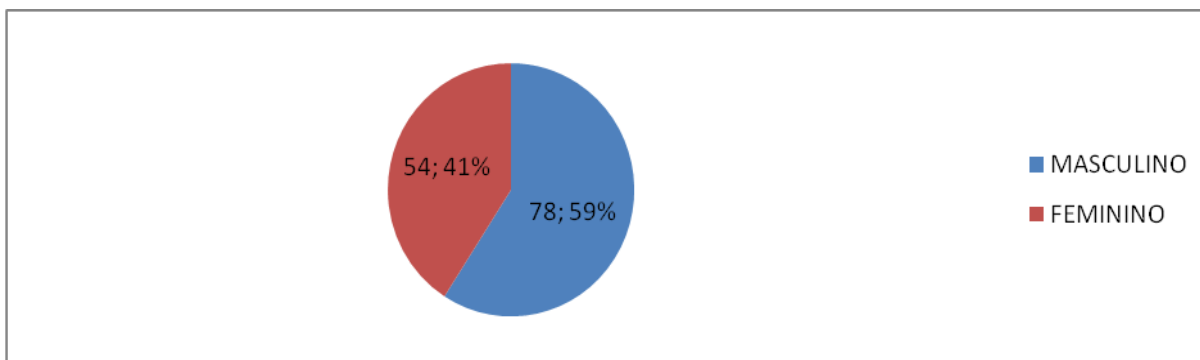
Entende-se que são épocas diferentes, como o próprio PPC do Curso mostra e a estrutura metodológica passa por reavaliação, sendo vistas outras possibilidades para mitigar os entraves decorrentes dos altos índices de reprovações.

A reoferta é um procedimento feito a cada final de ciclo a aqueles educandos que ficaram reprovados nas disciplinas e, em maio/junho de 2017 foram reofertadas mais de 20(vinte) disciplinas aos educandos da Turma de 2014. Foram cerca de 45 (quarenta e cinco) educandos que ficaram reprovados em uma ou mais disciplinas, considerando ainda que a previsão de término do curso será em agosto de 2017 e se não conseguiram recuperar possivelmente não concluirão o curso juntamente com os demais da turma. No próximo item, serão abordadas questões sobre a evasão escolar, fato que também inquieta e preocupa os profissionais do CRMB.

4.2 EVASÃO ESCOLAR: INTERFACES DAS LIMITAÇÕES

A evasão escolar ocupa, nos dias atuais, espaço relevante no cenário das políticas públicas da educação em geral. Face a isso, as discussões, acerca dessa problemática têm tomado, como ponto central de debate, o papel tanto da família quanto da escola, relacionado à situação acadêmica do educando.

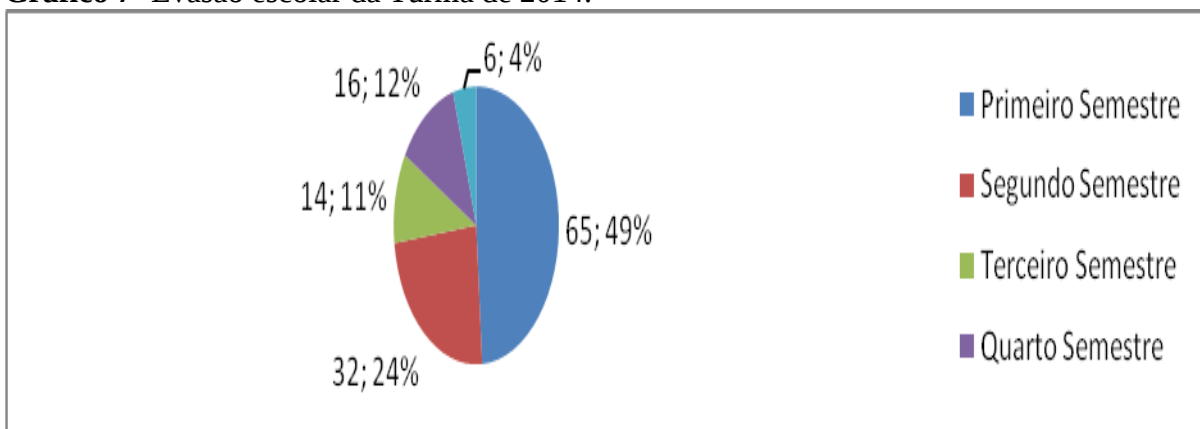
No tocante a problemática são diversos fatores internos e externos que levam a evasão escolar, os quais vão desde a necessidade do estudante complementar no orçamento familiar e, com isso, precisam entrar no mercado de trabalho ainda muito jovem no período escolar, o cansaço do dia somado as atividades escolares, geralmente no turno da noite e, com isso ficam desmotivados e, por questões financeiras optam pelo trabalho, aspectos e mudanças estruturais da família e muitas delas não acompanham as atividades escolares dos filhos, aliada a condição e estrutura de vida, bem como também o nível de escolaridade dos mesmos (SOARES, et al 2015). No CRMB, é possível mostrar os dados de evasão por gênero conforme gráfico a seguir:

Gráfico 6- Evasão por gênero, Turma de 2014.

FONTE: IFPA/CRMB - Secretaria Acadêmica, 2017.

Destaca-se que proporcionalmente o número de educandos do gênero masculino é maior e, muitos destes desistiram do Curso por diversos motivos os quais serão destacados posteriormente e quanto as do gênero feminino entre aquelas que evadiram pelo menos seis foram por motivos de gravidez na fase da adolescência, no período escolar do CRMB e, não conseguiram conciliar, as atividades do tempo escola principalmente com a jornada de cuidado do filho ao mesmo tempo, levando em consideração também que, o Campus não dispõe de um espaço apropriado para manter essas crianças por longos períodos.

No próximo gráfico vale a pena apresentar o percentual de educandos evadidos por semestre.

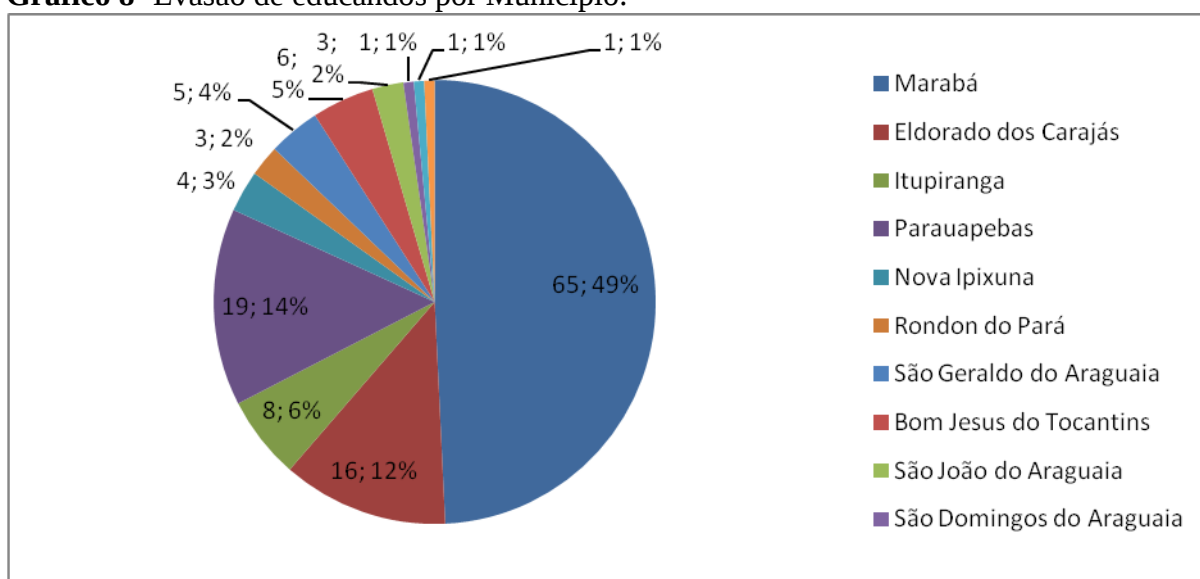
Gráfico 7- Evasão escolar da Turma de 2014.

FONTE: IFPA/CRMB - Secretaria Acadêmica, 2017.

De um total de 295(duzentos e noventa e cinco) educandos matriculados na turma de 2014, cerca de 133 (cento e trinta e três) evadiram do Curso e, 87 (oitenta e sete) equivalendo 66% (sessenta e seis por cento) na faixa etária de idade entre 15 e 18 anos, os demais com idade entre 19 e 46 anos com um percentual maior do gênero masculino

Como já foi mencionado nesta dissertação, o CRMB tem educandos de diversos municípios da Região Sudeste do Pará, com isso, é importante apresentar uma amostra dos dados de evasão por município, levando em consideração que as evasões ocorreram principalmente no município de Marabá, alguns da área urbana e os demais de vilas, acampamentos e assentamentos em áreas rurais, tanto distantes da sede, quanto localidades nas proximidades do CRMB. E, quanto aos demais municípios, os números significativos foram referentes aos municípios de Eldorado dos Carajás com 12%(doze por cento) e Parauapebas 14%(quatorze por cento), este com distância de cerca de 200 km da sede.

Gráfico 8- Evasão de educandos por Município.



Fonte: IFPA/CRMB - Secretaria Acadêmica, 2017.

Independente do município de origem, a evasão escolar constitui em uma grande preocupação para o Campus e, infelizmente não é uma preocupação apenas do CRMB, como também vista como uma problemática, para diversas escolas e universidades no Brasil e, são vários fatores que levam a essa situação, como muitos autores pontuaram anteriormente. No caso do CRMB, conforme dados obtidos da Secretaria Acadêmica do Campus, em 2017, ao avaliar o período compreendido entre 2014 a 2016 (Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, Turma 2014), foi possível identificar algumas causas da evasão, a partir do termo de desistência, em que alguns deles assinaram como se observa a seguir:

- ✓ Questões de trabalho, em que o educando teve de optar por ajudar na renda da família ou estudar no CRMB, pois a mãe do mesmo estava passando por dificuldades financeiras;

- ✓ Outros relataram além da dificuldade financeira, problemas de saúde na família;
- ✓ Educandas que ainda na fase da adolescência engravidaram no período escolar, mesmo tendo apoio da família houve desistência do curso;
- ✓ Mudança para outro Estado;
- ✓ Aprovações no exame do ENEM,
- ✓ Não adaptação ao curso;
- ✓ Considera a Escola desorganizada, dentre outros fatores determinantes para o educando evadir do CRMB.

Esses fatores foram informados no ato do trancamento da matrícula. No entanto, até final de 2016, esses elementos não haviam sido problematizados e investigados por profissionais habilitados para tal procedimento. São questões que englobam várias dimensões, como fatores sociais, econômicos, culturais, dentre outros, os quais precisam ser aprofundados por meio de discussões e debates, a partir de planejamentos coletivos e interdisciplinares com o intuito de se estabelecer metas e estratégias visando à diminuição e/ou erradicação desse problema.

A consequência de uma evasão extrapola os muros institucionais, afetando principalmente o desenvolvimento educacional, a vida social e econômica do estudante. A educação problematizada como aponta Freire (1982) liberta o homem e o torna mais consciente, crítico e “desalienado” diante do círculo e das vertentes dominadoras.

Com relação à turma 2014, o Campus disponibilizou 320 (trezentos e vinte) vagas para o Curso Técnico em Agropecuária, com ingresso no ano de 2014, destas, 26 não foram preenchidas, sendo aprovados 295 (duzentos e noventa e cinco) educandos que foram matriculados no curso.

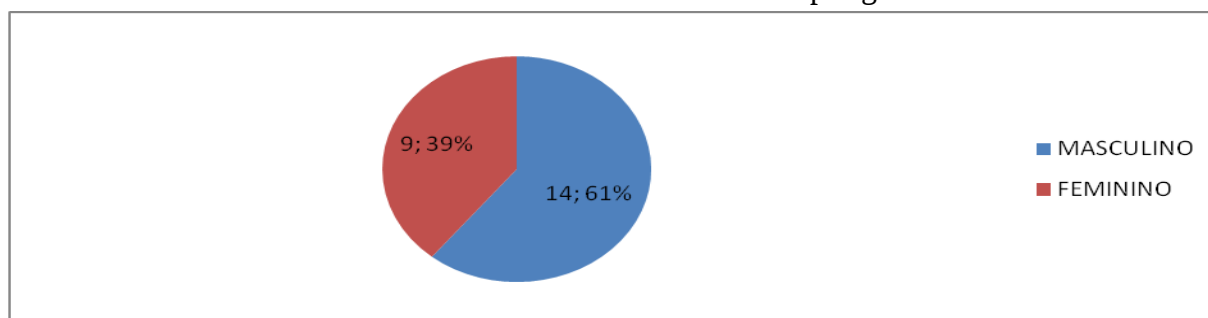
Conforme dados da Secretaria Acadêmica do Curso, houve alto índice de evasão principalmente no primeiro ciclo do Curso. Observou-se que muitos desses educandos evadidos não chegaram sequer a frequentar nenhuma disciplina, ou seja, realizaram a matrícula e não compareceram para cursar. Com isso, ao longo dos ciclos, veio se percebendo o aumento do índice de evasão e, em junho de 2017 aproximou-se de 45% (quarenta e cinco por cento).

Ainda em acordo com dados obtidos da Secretaria Acadêmica do Campus, sobre o problema de evasão no CRMB, os dados mencionados foram obtidos a partir das rematrículas que foram ocorrendo a cada semestre, mas é importante enfatizar que muitos desses

educandos evadidos, não chegaram a cursar nenhuma disciplina e nem justificaram a ausência; não vivenciaram nenhuma etapa do curso, com isso a instituição não tem conhecimento sobre os fatos que levaram a essa desistência.

O segundo ciclo de matrícula para Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, teve oferta de 80 vagas para o ano de 2015, as quais foram preenchidas. O campus dispõe em junho de 2017, de um total de 57 educandos matriculados e frequentando o curso. No gráfico abaixo é possível verificar o número de evasão por gênero.

Gráfico 9 - Número de educandos da turma de 2015 evadidos por gênero



FONTE: IFPA/CRMB - Secretaria Acadêmica, 2017.

Um total de 28.75% de evasão é preocupante, ressaltando que a maioria se encontrava na faixa etária entre 15 e 21 anos de idade e dos diversos Municípios do Sudeste, entre os quais, Rondon do Pará, Marabá, Nova Ipixuna, São Geral do Araguaia, Breu Branco, Parauapebas. Quanto aos motivos que os levaram a evadirem, levando em consideração somente aqueles que preencheram o termo de desistência, vão desde a não identificação com o curso, como também necessidade de trabalhar para ajudar na renda familiar, dentre outros motivos, mesmo o estando em idade adolescente e jovem.

Percebe-se também nesta turma um número alto de evasão, considerando o total de 80 educandos matriculados, inicialmente, o que requer da instituição atitudes imediatas e constantes, a fim de investigar os principais fatores que levam a essa evasão escolar na educação do campo, sendo que esta dissertação visa contribuir para a realização de ações voltadas à resolução desta problemática no âmbito do CRMB.

Esses dados são preocupantes, pois trazem prejuízos para esses educandos; muitos deles terão que recomeçar o ensino médio em outra escola, com o ensino convencional e reiniciar do primeiro ano, pois as disciplinas vistas no CRMB, pelo que consta, não têm como creditar na escola convencional, devido ser o sistema da alternância pedagógica integralizada as disciplinas técnicas e básicas. Nesse contexto, no item a seguir aborda-se questões referentes à educação tecnológica do campo e os desafios da problemática da retenção escolar

para o CRMB na relação com a família, por entender que esta se constitui como um sujeito importante na equalização dessa problemática, pois se ressalta que a maioria dos educandos ativos são oriundos do Município de Marabá, com um grande percentual dos Municípios de Parauapebas, Eldorado dos Carajás, Itupiranga, Jacundá e outros da mesorregião Sudeste do Estado do Pará, exigindo com isso o estabelecimento do vínculo escola-comunidade.

4.3 FAMÍLIA E SUA INFLUÊNCIA NO RENDIMENTO ESCOLAR

A Constituição do Brasil de 1988 traz como orientação educacional que é dever da família e do Estado, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/96 art. 2º: “a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais da solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

A família e o Estado precisam estar integrados e em prol do maior fortalecimento da educação brasileira e essa relação se baseia na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nº 9.394/96, no art. 2º, o qual defende o princípio de liberdade e os ideais da solidariedade humana e, tendo por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, preparando para o exercício da cidadania, além da qualificação e formação para o trabalho (BRASIL, 2016).

A integração entre escola e a família tem implicações positivas na medida em que há estas instituições favorecem o desenvolvimento social, cultural, cognitivo escolar do educando (DESSEN; COSTA, 2007). É importante deixar claro que as responsabilidades são diferenciadas, embora precisem andar juntas, comungando do mesmo objetivo, a fim de alcançar a plenitude educacional do educando.

A importância da família na escola foi apontada por um dos participantes do grupo focal, como uma necessidade fundamental: “a minha família nem vem aqui, saber como estou e que na verdade esse acúmulo de atividades me leva muitas vezes ao desespero, que se tivesse minha mãe ou meu pai por perto, pelo menos de vez em quando eu ficaria mais tranquila”. Esse depoimento reitera a necessidade da presença da família na escola e, nessa modalidade de ensino, em que os educandos passam muitos dias na escola, é de extrema importância que a família possa vir periodicamente acompanhar o desenvolvimento do educando no CRMB.

Sabe-se das dificuldades financeiras de muitos pais, pois residem a quilômetros de distância do campus, mas existem outras estratégias a serem utilizadas, a fim de estreitar as relações e comunicações entre pais e escola, como aponta um dos participantes de um dos

grupos focais: “os tempos formativos da escola não são isolados e sim integrados, no entanto precisa ser acompanhados tanto pelos docentes, como a equipe técnica, principalmente, enfermagem, serviço social, psicologia, a fim de interpretar os problemas da família desses educandos”.

Nesse sentido, Silveira e Wagner (2009) interpretam essa realidade, apontando que a escola também pode educar as famílias através das ações educativas, fornecendo-lhes informações, orientações sobre temas transversais voltados para o desenvolvimento no ambiente familiar, pois determinados comportamentos de um educando pode ser reflexo de situações vivenciadas no seu próprio ambiente familiar.

O contexto familiar, em que o educando se encontra inserido, exerce influências na permanência ou não do mesmo na escola. Os reflexos dessa relação familiar podem ser observados no comportamento, principalmente nos resultados dos rendimentos escolares. Então, são vários fatores observados do educando no ambiente escolar, os quais vão desde o cumprimento das normas e regras da escola, respeito às diferenças, assiduidade e responsabilidade; são hábitos e costumes que “teoricamente” se adquire em família e se um deles tiver em desacordo ou desarmonia pode refletir negativamente nas relações interpessoais e no próprio resultado acadêmico (DESSEN; COSTA, 2007).

É comum relacionar o baixo rendimento escolar com os aspectos estruturais da família. Muito tem se falado: quanto mais baixo o nível de escolaridade da família do aluno, há probabilidade de maior tempo de permanência do aluno na escola (FORNARI, 2010). Por outro lado, Silva (2004) aponta que muitos dos fracassos escolares têm relação com o não cumprimento de responsabilidades dos indivíduos, seja dos profissionais como docentes, gestores escolares, além de outras situações sociais, econômicas e políticas que funcionam na sua imperfeição, ocasionando inúmeros problemas e deficiências na educação.

Como mostra em um dos depoimentos: “a família é de suma importância no acompanhamento dos alunos e quando ela está ausente é onde há maior número de problemas com indisciplina e baixo rendimento escolar”. A importância dessa responsabilidade vem sendo debatida nas reuniões de planejamento e de pais a fim de somar forças e estratégias para minimizar ou erradicar a problemática.

Os pais e/ou responsáveis do educando precisam conhecer a estrutura da escola, a missão, os objetivos, bem como, a metodologia, a dinâmica do curso, os serviços oferecidos aos mesmos, para compreender o todo e assim poder, juntamente com a escola, exercer o seu papel de família que tem responsabilidade de acompanhar no processo formativo do seu filho,

tendo em vista que o papel da escola vai além de educar e formar através de um ensino de qualidade, contribuindo para que se torne um profissional qualificado para realizar qualquer atividade que compete ao técnico em agropecuária. Nessa perspectiva, um dos participantes critica o fato de muitos pais de educandos não conhecerem a escola

A comunidade, os pais não entendem a metodologia da escola, na verdade não conhecem o sistema do Curso e não têm compreensão dos tempos alternados, tanto que, quando estamos no nosso tempo comunidade muitos deles perguntam vocês não estudam, não? Que escola é essa, vocês tão aprendendo mesmo?

Nesse sentido, além dos encontros de pais, os profissionais das diversas áreas que estão envolvidos no processo de formação dos educandos mostram os avanços e as limitações do Campus, esses atores também precisam ir conhecer a realidade dessas famílias, uma vez que os educandos do campus são de diversos municípios, com particularidades que também precisam ser interpretadas e discutidas.

Com isso, muitos pesquisadores e profissionais defendem a importância do acompanhamento dos pais no processo de formação escolar, a fim de favorecer um ambiente familiar capaz de influenciar na aprendizagem e no sucesso escolar do aluno (BATISTA et al, 2015). Dessa maneira, a família na escola precisa participar de reuniões de planejamento e avaliações do processo de ensino-aprendizagem a fim de contribuir com a escola, apontando ou mesmo dando sugestões em prol de uma melhor qualidade do ensino e aprendizagem do educando.

5 CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES FINAIS

A compreensão da problemática sobre a retenção escolar, tendo como escopo as reprovações e evasão escolar no Instituto Federal do Pará – Campus Rural de Marabá, foi possibilitada a partir dos dados coletados em níveis das pesquisas bibliográficas e de campo, as quais foram fundamentais para identificar os principais fatores que levaram os educandos a ficarem retidos por reprovação ou evasão do Curso Técnico em Agropecuária.

Tratou-se de uma reflexão sobre a Política de Assistência Estudantil no CRMB, com o propósito de contribuir para a redução ou mitigação desse fenômeno. Assim, constitui-se como uma ação interessante, na medida em que se passou a conhecer essa realidade do Campus a partir de suas especificidades, na medida em que a educação do campo volta-se caracteristicamente à necessidade de se contemplar a realidade dos povos do campo, os quais têm dificuldades de acessar a escola em períodos de colheita no campo. Dessa realidade, o regime de ensino sob a alternância pedagógica divide-se em dois ciclos de aprendizagens, com períodos concretos, o tempo escola e o tempo comunidade, duas dimensões do espaço formativo, como se percebeu nos relatórios e documentos institucionais.

No entanto, apesar de se buscar atender a demanda das lutas camponesas por uma educação adequada, há de se fazer uma referência às dificuldades evidenciadas pelos educandos. Na maioria dos depoimentos das categorias profissionais observou-se a mesma ideia e percebe-se que há uma preocupação em querer melhorar essa modalidade de ensino, como pressupõe as etapas do PPC do Curso.

Conforme visto nos documentos e depoimentos, são realizados planejamentos, avaliações, e mesmo assim o índice de insucesso escolar é alto e, com isso, tem-se pensado e também realizado ações que visem amenizar essa problemática. Porém ainda se caminha em passos lentos nessa trajetória, na medida em que o sistema de ensino fundamental não atende as exigências básicas de aprendizados para serem aprofundadas no ensino tecnológico, portanto, essa realidade não se aplica apenas ao Campus Rural, embora neste âmbito torna-se necessário criar métodos e estratégias que possam contribuir para resolução dessa problemática.

Percebe-se que, a modalidade de ensino oferecido pelo CRMB, é importante e necessária, levando em consideração a distância da Sede do Campus para as localidades de origem dos educandos. Nos depoimentos dos educandos e dos demais atores sociais envolvidos no processo de ensino aprendizagem e de relatórios institucionais vê-se que é

preciso repensar essa realidade e criar novas abordagens e estratégias, pois o campus oferece condições de estadia, com materiais, estrutura física, além de outros instrumentais didáticos e o ensino é realizado por um quadro de profissionais qualificados, mas os educandos continuam com altos índices de reprovações e evasão escolar existe algo que está em descompasso e necessita de intervenção imediata.

Diante dos vários elementos pontuados e levantados durante a pesquisa, surgiu a possibilidade de elaborar um projeto de intervenção para contribuir com os educandos das próximas turmas do Curso Técnico em Agropecuária, ou seja, garantir um mini-curso de nivelamento de conhecimento das disciplinas básicas através de uma breve revisão ou mesmo introdução dos alunos as disciplinas, por ser um curso complementar, não haveria nota, mas avaliação e acompanhamento dos alunos que tivessem melhor rendimentos nas referidas disciplinas¹².

Nesse sentido, é importante enfatizar que já teve uma primeira iniciativa quando foi marcada uma reunião com a maioria dos docentes das disciplinas básicas, onde se apresentou tal sugestão; nesse sentido, estes argumentaram pontos a favor e contra. Depois de vários argumentos apresentados pelos docentes, percebeu-se que neste momento essa atividade não pareceu surgir o efeito desejado, uma vez que a carga horária de aula do curso é muito intensa, uma semana ou mais de dias, para uma “revisão” não irá resolver os problemas de defasagem escolar que a maioria dos educandos trazem em sua trajetória escolar, isso fazendo uma comparação aos educandos das últimas turmas do Curso Técnico em Agropecuária¹³.

Portanto, dessa reunião, resultou que seria muito importante que todas as turmas do Curso Técnico em Agropecuária, fossem submetidas a um diagnóstico em relação a todas as disciplinas básicas, para que os docentes e os demais profissionais, como os técnicos diretamente envolvidos no processo de ensino possam conhecer, de forma preliminar, como se encontra o nível de conhecimento dos mesmos. Ressalta-se que esta pesquisa faz parte de um Mestrado Profissional e essas sugestões também serão apresentadas ao Campus, para serem avaliadas e, se aceitas enquanto sugestão, inseridas no calendário escolar dos educandos.

¹² Já existem cursos dessa natureza em outras unidades de ensino superior, particularmente para as disciplinas de matemáticas, física, química e cálculos.

¹³ Embora se tenha informação que esse tipo de ação tenha efeitos na redução das reprovações e, conseqüentemente, retenção.

Além dessas questões, também foram postas as questões da fragmentação do tempo comunidade, que além de não haver acompanhamento, como se propõe no PPC, há uma ruptura da sequência das atividades, pois segundo os relatos das categorias investigadas, quando o educando retorna ao tempo escola, as atividades que foram previstas para o tempo comunidade não são problematizadas.

Outro ponto debatido e discutido foi à necessidade de se pensar novas estratégias metodológicas, pois há uma preocupação na qualidade do Curso Técnico em Agropecuária. E, enquanto profissionais, os educandos precisam sair do curso, qualificados para desempenhar o seu papel em qualquer atividade inerente à profissão e, considerando a atual jornada de atividades, carga horária de aulas, aliadas às dificuldades na aprendizagem da maioria dos educandos, a qualidade da formação profissional pode ser comprometida.

Observou-se, no decorrer da pesquisa, que existe um leque de dificuldades no que tange à aprendizagem dos educandos e à qualidade do ensino, porém percebe-se que são situações que podem ser problematizadas a fim de traçar novas estratégias para a melhoria dos resultados esperados na formação técnica-profissional.

No entanto, ressalta-se que existem vários pontos de obstáculos que dificultam atingir as metas quanto à formação de todos que buscam o ensino técnico, mas também que o CRMB também oferece uma estrutura física para aulas teóricas e práticas, profissionais qualificados tanto docentes quanto técnicos e gestores empenhados na resolução das problemáticas identificadas e apresentadas, mas precisa repensar ou mesmo ressignificar determinadas atividades, tendo em vista alcançar os objetivos da educação do campo sob a perspectiva da educação tecnológica, particularmente no que diz respeito do tempo comunidade, para implantar novas tecnologias ou novas estratégias de ação para adequar a metodologia da alternância pedagógica na educação tecnológica do campo.

Neste sentido, propõe-se maior articulação entre a política de assistência estudantil como suporte metodológico para o funcionamento racional das duas dimensões do processo de ensino aprendizagem (tempo escola e tempo comunidade), com investimento da política estudantil na educação pública, movidos pela garantia de direitos. Por essa razão, estruturou-se o projeto de intervenção sob a mesma denominação da dissertação, como uma ação da política estudantil no contexto da educação tecnológica do campo.

Desse modo, considerando a alternância pedagógica do Curso Técnico em Agropecuária, se propõe ações contínuas da equipe multiprofissional do Campus, abrangendo

todos os tempos formativos principalmente tempo comunidade uma vez como observado neste trabalho o tempo escola já vem sendo contemplado.

REFERÊNCIAS

- ANTONIO, Clésio Acilino; LUCINI, Marizete. **Ensinar e aprender na educação do campo:** processos históricos e pedagógicos em relação Cad. Cedes. Campinas, vol. 27, n. 72, 2007, p. 02.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **Memórias estudantis, 1937-2007 da Fundação da UNE aos nossos dias.** Org_In: Rio de Janeiro.Re Dumará. Fundação Roberto Marinho, 2007.
- ASSIS, Willian Santos de. *A construção da representação dos trabalhadores rurais do sudeste paraense.* 2007. 242f. (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2007.
- BAQUEIRO, Dícíola Figueirêdo de Andrade. *Equidade e Eficácia na Educação:* contribuições da política de assistência estudantil na permanência e desempenho discente. 2015. 156f. (Dissertação de Mestrado). Salvador-Bahia.UFBA, 2015.
- BARROS. Manuel Fábio Matos . *Educação do Campo e Cooperativismo:* da utopia à prática. 2015. 128 f. (Dissertação de Mestrado). Castanhal-Pa, PPGMPDRGEA/IFPA, 2015.
- BATISTA, Eraldo Carlos; et al. Percepção de suporte familiar de alunos com histórico de reprovação escolar. **Revista Debates em Educação**, Vol. 7, n. 13, 2015;
- BEHRING, Elaine Rossetti. **Política Social no Capitalismo Tardio.** São Paulo: Cortez, 2012, p. 169.
- _____. **Política Social:** fundamentos e história. Orgs.: Elaine Rossetti Behring, Ivanete Boschetti. 6 edição. São Paulo: Cortez, 2009.
- BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência social no Brasil:** um direito entre a originalidade e o conservadorismo. 2 ed. Brasília, 2003.
- BRASIL, **Constituição Federal de 1988.** Art. 205; Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 12 de Out de 2015;
- _____. **Ministério da Educação. Lei 11.947/2009.** Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 17 de Jan. de 2017.
- _____. **Ressignificação do Ensino Agrícola da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.** Brasília, DF, 2009.
- _____. **Portaria Normativa N. 39, de Dezembro de 2007.** Disponível em <http://www.portal.mec.gov.br>. Acesso em Outubro de 2016.
- _____. **Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) Decreto nº 7.234, 2010.** Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 12 de Out. de 2016.
- _____. **Lei 4.024 de Dezembro de 1961.** Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/ccivil>>. Acesso em janeiro de 2017.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 5. edição Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb_5ed.pdf>. Acesso em: 14 out. 2016.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Aspectos Conceituais da Vulnerabilidade Social**. Convênio TEM-DIEESE, 2007.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CEB nº 16/99, de 05 de outubro de 1999**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/cne/index.php?option=content&task=view&id=147&Itemid=206#1999B>>. Acesso em 29 de abr. de 2016.

_____. Ministério da Justiça. **Lei. 8.069**. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/ccivil>03/leis/L8069.htm>. Acesso em 14 de abr. de 2017.

BROPHY, J. (2006), **Grade Repetition**. Paris/Brussels: The International Institute for Educational Planning (IIEP) and The International Academy of Education (IAE), <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001520/152038e.pdf>. Acesso em 15 de jun de 2016.

CALDART, R. S. _____. **Educação do Campo**: notas para uma análise de percurso. II Encontro Nacional de Pesquisa sobre Educação do Campo. Brasília, 2009.

CISLAGHI, Juliana Fiúza; SILVA, M ateus thomaz da. O Plano Nacional de Assistência Estudantil e o Reuni: ampliação de vagas versus garantia de permanência . **Revista SER Social**, Brasília, v. 14, n. 31, 2012;

DE PAULA, R. B. C. & Haydu, V. B. **Revisão bibliográfica de pesquisas brasileiras sobre equivalência de estímulos**. Psicologia: Teoria e Pesquisa. 2010, p.281-294.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA Ana da Costa. **A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano**. Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2007.

DIAS, Cláudia Augusto. **Grupo Focal**: técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas. Disponível em <https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1255610/mod_resource/content/0/Tecnicade_coleta_deDados.pdf>. Acesso em: 15 de Jun. de 2016;

FALEIROS, Vicente de Paula. Desafios de cuidar em serviço social: uma perspectiva crítica. **Revista Katal**. Florianópolis. V. 16, 2013.

FERREIRA, Fabiano de Jesus; BRANDÃO, Elias Canuto. Educação do Campo: um olhar histórico, uma realidade concreta. **Revista Eletrônica de Educação**, 2011.

FONAPRACE : **Revista Comemorativa 25 Anos** : histórias, memórias e múltiplos olhares / Organizado pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, coordenação, ANDIFES. – UFU, PROEX : 2012.

FORNARI, Liamara Teresinha. Reflexões acerca da reprovação e evasão escolar e os determinantes do capital. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 17, n. 1, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 11. ed 1982

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. Org._ In. 6. ed. São Paulo : Atlas, 2008.

GUERRA, Oldênia Fonseca; BOMFIM, Maria do Carmo Alves do. **O ensino agrícola e a inserção de mulheres e homens no mundo do agronegócio** Disponível em <Http://www.Http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/ppged. Acesso em 18 de mai. de 2017.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. V. 16, n. 47, 2011.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO (IFSP). **Plano de Desenvolvimento Institucional, 2009-2013**. 2009. Disponível em: <http://http://www.ifspcaragatatuba.edu.br/sobre-ifsp>. Acesso em: 10 abr. 2016.

IFPA. **Resolução de N. 132/2012-CONSUP de 04 de Dezembro de 2012**. Instituto Federal do Para. Disponível em: <[Http// www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em: 17 de Out de 2015.

IFPA/ CRMB. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio**. Marabá, 2009.

_____. **Projeto Político Pedagógico**. Marabá: 2010, p. 05.

_____. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio**. Marabá-Pa, 2017, p. 05 e 23

_____. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio**. Marabá-Pa, 2014, p. 05.

_____. **Relatório de Atendimento do DAE**. Marabá-Pa, 2017.

_____. **Relatório de Atendimento do DASCA**. Marabá-Pa, 2017.

_____. **Consultas documentais do Setor de Nutrição**. Marabá-Pa, 2017.

_____. **Relatório do Setor Financeiro: extratos de pagamentos**. Marabá-Pa, 2017.

_____. **Relatórios da Secretaria Acadêmica** . Marabá-Pa, 2017.

_____. **Relatório Serviço Social do CRMB** . Marabá-Pa, 2017.

_____. **Relatório do NAPNE**. Marabá-Pa, 2017.

_____. **Relatório do Projeto de Extensão ITCES**. Marabá-Pa, 2017.

JACOMINI, Márcia Aparecida. Educar sem reprovar: desafio de uma escola para todos. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.35, n.3, 2009;

JIMERSON, S. R. (2001). **Meta-analysis of Grade Retention Research**: Implications for Practice in the 21st Century. School Psychology Review. Retrieved <http://researchroom.wikispaces.com/file/view/meta+analysis+of+grade+ret+research.pdf>. Acesso em. 19 de Junho de 2016 às 17h.

KOLLING, Edgar Jorge; ET AL. **Por uma Educação Básica do Campo**. Fundação Universidade de Brasília. DF, 1999, p.23-24;

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. Org.in_. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

LEITE, Francisco Carlos Trindade. Caracterização dos diretores das escolas agrícolas de educação profissional de nível técnico e de suas percepções acerca da agricultura e do meio rural. In: **Revista Educação**. Universidade Federal de Santa Maria. 2005 - Vol. 30 - Nº 01. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/reeducacao/article/view/3782>>. Acesso em Abr. de 2017.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, v. 26-27, p. 154. 1990/1991;

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, v. 26-27, p. 154. 1990/1991.

MARINHO, Dalcione Lima. **Rompendo Cercas e Construindo Saberes**: a juventude na construção da educação profissional do campo no sudeste paraense. Recife, 2016.

MOLINA, M. C. **Possibilidades e limites de transformações das Escolas do Campo**: reflexões suscitadas pela Licenciatura em Educação do Campo, da Universidade Federal de Minas Gerais. In Educação do Campo – desafios para a formação de professores. Orgs.: ANTUNES et al. Belo Horizonte, Editora Autêntica, 2009.

MOLINA, Mônica Castágna. **A contribuição do Pronera na construção de políticas públicas de educação do campo e desenvolvimento sustentável**. Brasília, 2002.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. **Currículo, utopia e pos-modernidade**. In__: Antonio Flavio Barbosa Moreira. Currículo: questões atuais. 18 edição. Capinas, SP: Papirus, 2012.

MUNARIM, Antonio. **Educação do Campo**: identidade em construção. FETAEMG. 2 Edição, 2011.

NASCIMENTO, C. G. **A educação camponesa como espaço de resistência e recriação da cultura**: um estudo sobre as concepções e práticas educativas da Escola Família Agrícola de Goiás – EFAGO. 2005. (Dissertação de Mestrado) da Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP, 2005.

OLIVEIRA, Gleice Izaura da Costa. *De Patronato Agrícola à Escola Agrotécnica Federal de Castanhal*: o que a história do currículo revela sobre as mudanças e permanências no

currículo de uma Instituição de Ensino Técnico. 2007. 222f. (Dissertação de Mestrado). Belém-Pará. PPGE-UFPA, 2007.

PEREIRA, Célia Barbosa da Silva; HERKENHOFF, Maria Beatriz Lima. Ensaio para compreensão da função da educação no sistema capitalista. **Revista SER Social, Brasília**, V. 13, n. 29, 2011.

PEREIRA, L. A. C. **Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia**. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/artigos_ifet_jornal.pdf>. Acesso em 12 de mai. de 2016.

QUEIROZ, J. B. **Construção das Escolas Famílias Agrícolas no Brasil** – ensino médio e educação profissional. 2004. (Tese de doutoramento) do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. Brasília-DF, 2004.

REBELO, José A. S. Efeitos da retenção escolar, segundo os estudos científicos, e orientações para uma intervenção eficaz: Uma revisão. **Revista Portuguesa de Pedagogia**. Ano 43, 2009.

SANTOS, Jéssica Augusta; SANT'ANA, Ruth Bernardes. Significações da reprovação escolar por alunos adolescentes de escola pública. **Revista educação**. V. 38, n. 3, 2013.

SCALABRIN, Rosemeri; Paiva Irene Alves de. O protagonismo dos movimentos sociais e sujeitos na materialização da educação do/no campo. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 32, n. 18, 2008.

SCHMINK, Marianne e WOOD, Charles H. **Conflitos sociais e a formação da Amazônia**. Belém. Ed. UFPA. 2012.

SILVEIRA, Luiza Maria de Oliveira Braga; WAGNER Adriana Relação família-escola: práticas educativas utilizadas por pais e professores. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)**, Volume 13, número 2, 2009.

SILVA, Antônio Fernando Gouvêa da. *A construção do currículo na perspectiva popular crítica: das falas significativas às práticas contextualizadas*. 2004. 405 f. (Tese de Doutorado). São Paulo. PPGE- UCSP, 2004.

SILVA, Idelma Santiago da. *Migração e Cultura no Sudeste do Pará*. 2006. 181f. (Dissertação de Mestrado). Goiânia. PPH-UFG, 2006.

SILVA, L. H. da. **As experiências de formação de jovens do campo: alternância ou alternâncias**. Viçosa: Editora UFV, 2003.

SILVA, L. H. da. Concepções, práticas e dilemas das escolas do campo: a alternância pedagógica em foco. In: SOARES, L. et al. (Org.). **Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SOARES, Tufi Machado; ET AL. **Revista Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 41, n. 3,. 2015.

SOBREIRA Milene Francisca Coelho; SILVA, Lourdes Helena da. Vida e construção do conhecimento na Pedagogia da Alternância **Revista Eletrônica de Educação**, v. 8, n. 2 Universidade Federal de Viçosa, UFV, 2014.

SOBRAL, Francisco Jose M. Retrospectiva Histórica do Ensino Agrícola no Brasil. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**. V 02, n. 02, 2009.

SOUZA, Maria Antônia de. Educação do Campo: políticas, práticas pedagógicas e produção científica. **Revista Educ. Soc. Campinas**, V. 29, n. 105, 2008.

SOUZA, Maria Antonia de. **Educação do Campo**: propostas e práticas pedagógicas do MST.Org.:_In. Petrópolis , RJ: Vozes, 2006.

VIEIRA, Maria de Fátima A. Prevalência de retenção escolar e fatores associados em adolescentes da coorte de nascimentos de 1993 em Pelotas, Brasil. **Rev Panam Salud Publica** V. 31, 2012.

WOLFF, Eliete Ávila. **Licenciatura em Educação do Campo**: registros e reflexões a partir das experiências piloto. Organizadores: Mônica Castagna Molina e Laís Mourão Sá. Belo Horizonte: Editora Autêntica, Cap. XV, 2011

XIA, N; S.N. Kirby.Retaining Students in Grade: **A Literature Review of the Effects of Retention on Students'** Academic and Nonacademic Outcomes, prepared for the New York City Department of Education, RAND Corporation, Santa Monica,2009.

APÊNDICE 01 - PROJETO DE INTERVENÇÃO

1 NOME DO PROJETO:

A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO TEMPO COMUNIDADE DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

2 INSTITUIÇÃO PROPONENTE

CAMPUS RURAL DE MARABÁ			
CNPJ	10.763.998/0002-10	Profissional para Contato	Maria Eliane de Lima
Estado	Pará	E-mail	eliane.lima@ifpa.edu.br
Município	Marabá	Telefone	91 981092094

3 ABRANGÊNCIA TERRITORIAL

ESTADO	REGIÃO	POLO DE CONCENTRAÇÃO POR MUNICÍPIO	SUJEITOS	RESULTADOS
Pará	Sudeste	Marabá, Parauapebas, São Domingos e Rondon do Pará	Famílias e educandos	Integração, informações e êxito dos educandos no Curso de formação

4 LINHAS DE ATUAÇÃO

PALESTRAS E/OU OFICINAS COM TEMAS TRANSVERSAIS	OBJETIVOS	PROFISSIONAIS*
EDUCAÇÃO DO CAMPO, TRABALHO E CIDADANIA	Fomentar sobre a importância da educação no processo de formação profissional	Pedagogo (a), Assistente Social, Psicólogo (a)
SAÚDE E MEIO AMBIENTE	Orientar sobre os diversos meios de	Enfermeiro (a), Técnicos em Enfermagem, Psicólogo (a),

	prevenção a saúde	Nutricionista
SEXUALIDADE	Fomentar o diálogo sobre sexualidade na adolescência, bem como as transformações que ocorrem com o corpo.	Enfermeira (o), Assistente Social e Psicólogo
DIREITOS E DEVERES DOS EDUCANDOS	Realizar momentos de reflexão sobre questões relacionadas aos direitos e deveres dos educandos	Assistente Social e Pedagogo (a)
FAMÍLIA	Levantar aspectos fundamentais sobre a importância da família para o desenvolvimento do educando na escola no processo de ensino aprendizagem	Assistente Social, Psicólogo (a) Pedagogo (a)
INTEGRAÇÃO ESCOLA E FAMÍLIA	Estabelecer uma maior proximidade da escola e a comunidade, com a finalidade de prestar orientações e intervenções que se fizerem necessárias.	Nutricionista, assistente social, psicólogo, enfermeiro e pedagogo. *Respeitando a área de conhecimento/especialidade de cada profissional.

5 HISTÓRICO DO CAMPUS RURAL DE MARABÁ

A Escola Agrotécnica Federal de Marabá foi criada em 2007, dentro da fase I de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Em 2008, tornou-se Campus Rural de Marabá, ligado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. O Campus é fruto de grandes mobilizações dos movimentos sociais que lutaram por uma educação do/no campo. Com isso, a escola foi pensada para atender além de assentados da Reforma Agrária, os ribeirinhos, extrativistas, agricultores, indígenas e quilombolas, prioritariamente do Sudeste do Estado do Pará (BRASIL, 2017).

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) aponta que o Campus Rural de Marabá tem como principal missão promover a formação profissional e tecnológica em diversos níveis e

modalidades de ensino, em especial de nível técnico profissionalizante integrado ao ensino médio, voltados para povos do campo os quais organizam e trabalham em seu território produtivo de sua existência (IFPA/CRMB PPC/ CTA, 2017).

Dentre os principais objetivos do CRMB, é formar profissionais que irão contribuir para o desenvolvimento de uma agricultura familiar camponesa de forma sustentável, considerando todo o contexto em que os sujeitos estão inseridos em suas varias dimensões, sejam econômicas, culturais, ambientais, políticas e sociais.

A educação do campo é a linha principal de atuação partindo do princípio da valorização dos sujeitos do campo, da proposta metodológica dos Cursos, a qual especialmente precisa estar articulada a outras políticas e ações que vislumbram o desenvolvimento rural e a sustentabilidade ambiental, a partir do respeito ao modo de vida e as experiências do povo do campo, conforme aponta o PPC/CTA, 2017, p.22,

estes princípios assumidos no desenvolvimento do currículo podem ajudar a escola a contribuir para um processo de construção e/ou reafirmação identitárias dos povos do campo e dos próprios projetos educativos inseridos na realidade camponesa, contribuindo para a transformação e melhoria das suas condições de vida.

O CRMB, ao longo de sua trajetória vem acumulando diversas experiências no âmbito da educação técnica profissional. Diversos cursos já foram oferecidos pelo Campus, seja na sede do CRMB, nos *Campi* avançados a exemplo de Vigia, ou mesmo aqueles cursos realizados em outros Municípios através de Termo de Cooperação. Ressalta-se que a prioridade do Campus é a educação do campo e para os povos do campo. Vale lembrar que, além dos Cursos Técnicos já foram realizados Cursos de Graduação e Pós-Graduação através de Programas do Governo Federal formando diversos profissionais que inclusive já atuavam na educação do campo.

6 JUSTIFICATIVA

Este Projeto de Intervenção é o produto da dissertação Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares, do Instituto Federal de Educação, Ciencia e Tecnologia do Pará - Campus Castanhal, intitulada como “POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO CAMPO: estratégias de permanência escolar”.

A pesquisa foi desenvolvida no período de 2016 a 2017, no Campus Rural de Marabá (CRMB), o qual tem em seu regime de ensino, a alternância pedagógica que conta com

tempos e espaços formativos alternados definidos como Tempo Escola e tempo Comunidade. Esses tempos são fundamentais para a formação dos educandos e com isso precisam ser planejados, executados, monitorados e avaliados periodicamente.

Levando em consideração a assistência estudantil e os tempos formativos dos educandos do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, o principal objetivo da dissertação foi investigar os principais fatores que levaram os educandos a condições de reprovação, retenção e evasão escolar e, para isso foram utilizados métodos e técnicas para a obtenção desses dados como pesquisas bibliográficas, pesquisas documentais, entrevistas individuais e técnicas de aproximação de grupo focal, além de registros como observação participante.

A partir das informações obtidas através dos documentos e falas significativas, dos sujeitos investigados, obteve-se uma maior compreensão sobre o tempo escola e tempo comunidade do CRMB e, muitas questões foram levantadas em relação aos mesmos, como é possível mencionar logo a seguir:

❖ **TEMPO ESCOLA**

- ✓ Excesso de carga horária de aulas por dia;
- ✓ Greves dos servidores federais;
- ✓ Espaçamento muito grande da mesma disciplina no mesmo tempo escola;
- ✓ Muitas atividades acadêmicas ao mesmo tempo;
- ✓ Ausência da família no Tempo Escola;
- ✓ Falta de maior rigor e exigência por parte da gestão e da assistência estudantil, precisando haver contrapartida e resultados por parte dos educandos;
- ✓ Precisa de mais dedicação por parte dos educandos;
- ✓ Falta de identidade com a educação do campo, por parte dos docentes;
- ✓ Falta de empatia dos docentes para os educandos;
- ✓ Problemas de saúde rotineiramente;
- ✓ Trajetória escolar (do ensino fundamental) deficiente;
- ✓ Não há tempo para revisão nem recuperação;
- ✓ Final de semana “tediante” para educandos que ficam na escola, precisaria ter algo para se distrair, levando em consideração a intensidade de atividades acadêmicas durante a semana;
- ✓ Necessidade de um diagnóstico de conhecimento de todos os educandos do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio.

❖ TEMPO COMUNIDADE

- ✓ Ausência dos técnicos administrativos no Tempo Comunidade, em especial do serviço social, psicologia, pedagogia, nutrição e enfermagem;
- ✓ Municípios de origem dos educandos muitos distantes da sede do Campus;
- ✓ Tempo comunidade sem resultados, considerado “tempo morto”
- ✓ Desmotivação para os educandos e servidores;
- ✓ Tempo Comunidade sem um sentido real, pois não se cumpre o que prevê o PPC.

Nesse sentido, a partir dessas informações coletadas, percebeu-se lacunas em vários setores no processo de ensino-aprendizagem por parte da instituição, com isso, pensou-se em desenvolver um projeto de intervenção relacionado ao tempo comunidade e essa proposta de se deu a partir das demandas apresentadas pelos sujeitos investigados, uma vez que, apesar de estar proposto do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), através de visitas técnicas, pelos docentes, dentre outras atividades, não vem se cumprindo na sua totalidade, o que deixa lacunas e interferem diretamente no processo de ensino aprendizagem dos educandos. É importante ressaltar que as visitas técnicas são realizadas conforme polos de abrangência como mostra parte do PPC/CRMB, 2017.

As atividades de acompanhamento dos Tempos-Comunidade dar-se-ão por meio de encontros de orientação dos estudantes em cada tempo-comunidade por um ou dois professores da instituição, sendo um deles o coordenador da turma¹⁴, que tratará sobre as pesquisas em desenvolvimento, no sentido de provocar reflexões sobre os experimentos em curso, em cada tempo comunidade, por meio de encontros presenciais de um dia que são realizados nos pólos de concentração, quais sejam: **Marabá** (que aglutinam os municípios de Marabá, Itupiranga, Jacundá e Nova Ipixuna), **Parauapebas** (que aglutinam os municípios de Parauapebas, Canaã, Eldorado e Curinópolis), **São Domingos** (que aglutinam os municípios de São Domingos, São Geraldo, Piçarra, Brejo Grande, Palestina e São João) e **Rondon do Pará** (que aglutinam os municípios de Rondon, Bom Jesus e Abel Figueiredo), sendo que o **local dos encontros de orientação dos estudantes nos tempos-comunidade** será definido pela aproximação geográfica dos estudantes das turmas (p.25).

Como se observa, no próprio PPC do Curso Técnico em Agropecuária, são previstas visitas no tempo comunidade, somente pelos docentes e este projeto de intervenção volta-se para a extensão dessas visitas a equipe interdisciplinar da Assistência Estudantil do Campus,

¹⁴ As atividades que envolvem os tempos-comunidade serão coordenadas por um professor por turma, os quais compõem a coordenação ampliada do curso. Esse procedimento visa garantir tanto sistematização quanto a socialização e sua apropriação no processo de construção curricular pelos professores das diferentes áreas do conhecimento.

em que os profissionais desenvolverão atividades na comunidade, direcionadas tanto aos educandos quanto as famílias dos mesmos, tendo como base inicialmente as demandas apresentadas nesta dissertação.

Ressalta-se que, conforme os dados apresentados existem problemas de toda ordem, os quais contribuem para o índice de reprovações, retenção e evasão escolar no CRMB, porém como já foi dito, este projeto se detém ao tempo comunidade, uma vez que muitas ações voltadas para o tempo escola direcionadas aos educandos já vem sendo realizadas de forma contínua pelos profissionais das áreas do serviço social, psicologia, enfermagem, pedagogia, nutrição, medicina, professor de educação física, dentre outros profissionais, entre docentes e técnicos administrativos. Nesse sentido, essas ações poderão ser ampliadas para o tempo comunidade de forma mais efetiva

Ressaltando que os problemas apresentados levaram à motivação quanto ao aprofundamento dos mesmos no âmbito do mestrado profissional e desenvolvimento rural, o qual exige uma ação concreta e, tomando como referência esse pressuposto, se constituiu como objetivo principal do mestrado a estruturação do Projeto de Intervenção voltado ao Tempo Comunidade, na medida em que este passa a se constituir como uma proposta de intervenção vinculada à política de assistência estudantil do CRMB, a qual tem como objetivo atingir não somente o educando como também seus familiares, possibilitando a articulação Instituto e comunidade, na perspectiva de se constituir uma unidade de formação, segundo os fundamentos da educação do campo, cujo tempo comunidade passa a ter maior encaixe na dinâmica da formação.

Desse modo, esse projeto tem como principal objetivo estabelecer uma maior proximidade da escola com a comunidade, com a finalidade de prestar orientações e intervenções que se fizerem necessárias de acordo com cada área e é nessa direção que a instituição precisa lançar novas estratégias como esta, pois o que se percebeu foram desmotivações das categorias profissionais e, principalmente, dos educandos quanto a esse tempo formativo que se encontra com déficit e, ao dimensionar este projeto no contexto da assistência estudantil possibilita-se tratar as atividades enquanto instância do desenvolvimento educativo e profissional dos mesmos.

7 METODOLOGIA

As atividades serão realizadas nos núcleos de abrangência dos municípios de origem dos educandos, ou nas residências individuais, em acordo com o acompanhamento da equipe

técnica interdisciplinar aos educandos no tempo escola, portanto, cabendo ação de acompanhamento constante dos educandos nos períodos de internatos, a fim de que se possa observar a necessidade de acompanhamento específico, lembrando que os tempos formativos não são isolados e as ações precisam ser integradas.

As atividades poderão ser desenvolvidas por meio de rodas de conversa, reuniões em grupos, apresentação em *slides*, distribuição de informativos e/ou orientações, tanto aos educandos quanto aos seus pais/responsáveis e familiares e/ou de acordo com a metodologia da preferência dos profissionais que desenvolverão as atividades, podendo inclusive contar com a rede de serviço dos municípios para a realização das atividades propostas.

8 CRONOGRAMA

As visitas e ações dos profissionais já citados poderão ocorrer durante o curso, na mesma data em que os docentes realizarem a visita técnica e/ou em datas previamente programadas e agendadas entre os profissionais e as famílias dos educandos. Ressalta-se que as atividades se constituem como uma dimensão do planejamento do tempo comunidade, a fim de garantir a unidade dos procedimentos sócio-técnicos na vigência do Curso.

9 ORÇAMENTO

Para a realização das atividades será necessário que o campus por meio dos recursos do funcionamento da educação, possa subsidiar com auxílio de diárias, logísticas e materiais de consumo (canetas, papel A4, cartolinas, impressões, dentre outros), a equipe técnica multidisciplinar que desenvolverá as atividades propostas.

10 RESULTADOS ESPERADOS

O resultado esperado com este projeto é a maior proximidade da família e o CRMB, através das ações desenvolvidas pela equipe multidisciplinar, diminuição das reprovações, retenções e evasões no CTA do CRMB.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. **Educação Profissional**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/>> Acesso em 16 de Junho de 2017.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ - CAMPUS RURAL DE MARABÁ. **Projeto Pedagógico do Curso de Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio**. Marabá-PA, 2017.